



NA PARAÍBA

Mais de 50% dos eleitores só votaram em urna eletrônica

Cerca de 1,6 milhão não conheceram a cédula de papel, que foi usada pela Justiça Eleitoral até 1998. **Página 13**

Foto: Ortilio Antonio



Às margens da estrada, o sustento da família

Comerciantes vendem, principalmente, frutas em barracas improvisadas à beira de rodovias. **Páginas 17 e 18**

Pensar

Problema estrutural e enraizado na cultura nacional, o clientelismo escapa aos poderes fiscalizadores e marca o jogo da troca de favores na política brasileira.

Páginas 29 a 32



■ “Huizinga argumenta que forças imateriais são tão e, às vezes, até mais poderosas que as forças econômicas e políticas”

Estevam Dedalus

Página 10

■ “O diário, como as memórias e outros gêneros afins, trai, sem dúvida, um curioso compromisso com o tempo”.

Hildeberto Barbosa Filho

Página 11

Escritora aborda a improvável relação entre o Direito e a música

Para Nicole Leite, a música vem sendo utilizada como instrumento de modificação social, inclusive, para a reformulação do modelo jurídico.

Página 4

Exposição em excesso a som alto pode causar perda da audição

A Organização Mundial da Saúde estima que mais de um bilhão de pessoas de até 35 anos terão audição afetada por ouvir música em volume alto.

Página 7

Esburacadas, calçadas são risco para segurança de pedestres em JP

Em diversas ruas da capital, o pedestre precisa se equilibrar em calçadas inclinadas e repletas de buracos ou disputar espaço com os carros na rua.

Página 5

Antologia celebra os 120 anos de nascimento de Cecília Meireles

‘Um país no horizonte de Cecília’ mostra faceta jornalística da escritora através de nove ensaios -reportagens produzidos entre 1939 e 1940.

Página 9



O mistério dos fardos de borracha no litoral do NE

Pesquisadores estão intrigados com o reaparecimento desses fardos, que foram localizados pela primeira vez entre 2018 e 2019. **Página 19**

Foto: Arquivo Museu Exea

Foto: Arquivo Pessoal



Fabinho Gouveia surfa no mar e nos negócios

Primeiro brasileiro a ganhar um mundial de surf, paraibano está radicado em SC, de onde falou sobre as perspectivas do esporte. **Página 21**

Editorial

O futuro nas ruas

Agora em maior número, eles reapareceram ao lado dos semáforos e nas entradas dos estabelecimentos comerciais, principalmente supermercados. Alguns, mais taludinhos, pedem e brincam ao mesmo tempo; outros, ainda sem o dom da palavra, dormem o sono dos anjos com as bocas ajustadas aos seios de suas mães, a maioria composta de mulheres negras.

O Brasil está coalhado de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Homens e mulheres que pedem esmolas e dormem ao relento nas ruas. A situação é grave, mas torna-se ainda mais trágica quando se percebe que, nesta comunidade de pobres absolutos, o número de crianças aumentou, inclusive, em alguns casos, como elemento de persuasão para o óbolo.

Dramático verificar, que há também mais trabalhadores mirins nas ruas. Crianças, entre 10 e 12 anos, vendendo frutas, água mineral e outros produtos baratos, ou tentando os motoristas com a proposta de limpar os para-brisas de seus automóveis por dois reais. Meninos e meninas - que deveriam estar em casa ou na escola - arriscando o corpo e a vida aos vícios da cidade.

O poder público precisa tomar providências, no sentido de impedir que esses cidadãos e cidadãs brasileiros tenham o amanhã subtraído de maneira tão precoce. A cidade que movimenta-se dentro dessa ilha cambiante chamada automóvel parece não ter olhos para as crianças em situação de rua. No máximo, baixa o vidro da porta e lhes atira uns trocados.

Há poucos dias foi visto, em uma das avenidas principais do bairro de Manaíra, em João Pessoa, um garoto, trajando quimono branco e segurando nas mãos um pequeno cartaz, pedindo ajuda à cidade insensível. Certamente deve estar se preparando para alguma competição de judô ou karatê, e precisa levantar o dinheiro para as despesas de viagem, que seus pais não tem.

Um herói, esse garoto. Nocautear o pudor e toda sorte de julgamento que devem fazer sobre ele e sua família, para perfilar-se ao lado dos que nada têm, embora diferenciados pela necessidade: um pedindo passagens para viajar; os demais requerendo o direito de sobreviver. Até quando o Brasil terá apenas as ruas para oferecer a uma parte de seu próprio futuro?

Artigo

Romaria

No tempo do ouro a capital de Goiás era Goiás Velho, uma joia colonial incrustada no Sertão do Brasil Central. A arquitetura da época está preservada porque a cidade parou de crescer quando o ouro acabou. E não decaiu porque chegou o ouro do boi, uma civilização parecida com a civilização do couro que o Semiárido nordestino viveu no começo do Brasil. Até o chão está preservado em Goiás, as ruas com seu calçamento de pedra como no tempo a cavalo, as casas a cavalo do tempo de ouro e couro.

Outras pedras também preciosas ou semipreciosas calçavam a História de Goiás. O Brasil era rico, de Minas a Goiás e Mato Grosso. Um tempo dourado. Até que o berrante substituiu a bateia. Se o ouro e as pedras de brilho foram tirados às águas dos rios pelo braço escravo, o espaço foi tomado ao índio exterminado. E o camponês substituiu o escravo. Assim com o índio foi eliminado daquela geografia desumana, o camponês, quando colono, também foi sacrificado como o boi. O horizonte medrou do cerrado e da mata irrigado por sangue.

Otom do berrante é fúnebre. Um tom que nasceu na lida do gado e nas comitivas que levavam os bois pelos caminhos dos matadouros. O berrante é a trompa que anuncia a vitória do homem senhor sobre o índio, o negro, o camponês, o espaço. O pequeno proprietário, o posseiro, foi tangido a rifle ou semeado na terra com seu corpo defunto. Nesse espaço brotou a insatisfação social do posseiro contra o grileiro. O primeiro uma espécie de índio mestiço, o novo homem que veio ocupar o chão tomado ao homem antigo e nativo da terra. O segundo, o grileiro, o senhor das armas e da capangagem.

Foi nesse espaço que nasceu, viveu e morreu Dom Tomás Balduino, o bispo de Goiás. O bispo pós-graduado em antropologia e linguística, que falava a língua e a linguagem dos índios e dos pobres, que defendia com seu báculo de pastor os oprimidos dos tempos modernos. O ouro, as pedras, foram substituídos não só pelo boi, mas ainda pelo ouro em grão do feijão-soja – que fez do Brasil o seu maior produtor no mundo. Mas se o espaço do garimpo é restrito ao leito dos rios, o ouro do couro e o ouro do grão exigem um espaço além do horizonte, onde só cabe o homem vaqueiro e o cavaleiro do trator. Quem não se submeter, tem de sair ou morrer.

Sitônio Pinto

Foto Legenda



Contrastes

Artigo

A importância de uma biblioteca

Com uma biblioteca se é livre, você não está confinado por climas políticos temporários. É a mais democrática das instituições porque ninguém, ninguém mesmo, pode dizer-lhe o que ler, quando e como ” Gosto muito desse pensamento da escritora britânica Doris Lessing, prêmio Nobel de Literatura em 2007, sobre a importância da biblioteca na difusão dos conhecimentos contidos nos livros. É o espaço público em que ganhamos novas experiências e reformulamos ideias já existentes. Nela aprendemos e reaprendemos.

Etimologicamente a palavra biblioteca significa “armário de livros”, onde encontramos os saberes da humanidade. É, então, um instrumento de democratização da leitura, socialização do conhecimento. O que se revela um exercício de cidadania. O silêncio e o espaço rodeado de livros, é, sem dúvidas, o melhor local para que, concentrados, tenhamos a sabedoria ao nosso alcance, em todas as suas manifestações.

A EPC – Empresa Paraibana de Comunicação, consciente de que as bibliotecas são disseminadoras da informação e dos saberes, decidiu instalar as duas formas de oferecer o acesso às publicações da editora de A União: o ambiente físico que se localizará no Espaço Cultural, e o virtual, proporcionando, assim, oportunidades de leitura, estudos e pesquisas, sobre os mais variados temas tratados, de forma escrita, pelo mundo cultural paraibano. A EPC se ajusta às mudanças que a sociedade experimenta. Há a perfeita compreensão de que, assim, estará contribuindo para preservar a nossa memória cultural e estimular a educação permanente dos paraibanos e dos que, além fronteiras, terão acesso à sua produção editorial.

A biblioteca, em sendo uma instituição milenar, ao longo do tempo, passa por transformações na sua forma de se apresentar como instrumento de desenvolvimento

“

A EPC se ajusta às mudanças que a sociedade experimenta

Rui Leitão

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC

Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

André Cananéa
GERENTE EXECUTIVO DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / 99117-7042
Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$350,00 / Semestral R\$175,00 / Número Atrasado R\$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

O U V I D O R I A : 99143-6762



As compras e doações da nova etapa do Programa Alimenta Brasil (antigo Programa de Aquisição de Alimentos), na modalidade compra com doação simultânea (PAA-CDS), foram retomadas no Assentamento Vanderley Caixe, na cidade de Pedras de Fogo

AGRICULTURA FAMILIAR

Governo retoma compras e doações de produtos

Sessenta mil quilos de alimentos foram adquiridos em assentamentos

O Governo do Estado, por meio da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes)/Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh), retomou, esta semana, no Assentamento Vanderley Caixe, na cidade de Pedras de Fogo, as compras e doações da nova etapa do Programa Alimenta Brasil (antigo Programa de Aquisição de Alimentos), na modalidade compra com doação simultânea (PAA-CDS).
Foram mais de 60 mil quilos de produtos da agricultura familiar – entre macaxeira, batata-doce, inhame, abacaxi, mamão,

maracujá, banana e abacate – comprados a 15 agricultores dos assentamentos Vanderley Caixe, Mata de Vara e Aurora, garantindo a distribuição desses alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade de 11 municípios: Capim, Cubati, Mataraca, Picuí, Barra de São Miguel, Algodão de Jandaíra, Serra da Raiz, Caaporã, Natuba, Princesa Isabel, e Pedras de Fogo.
A nova etapa assegura R\$ 5,3 milhões para 1.460 agricultores em 112 municípios com a comercialização de seus produtos junto à Sesaes para doação às famílias em situação de vulnerabilidade do Estado. O lança-

mento do PAA-CDS/2021 ocorreu no município de Alhandra, em setembro passado.
Paulo Sérgio, membro da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região do Litoral Sul, enfatizou a importância da retomada do programa devido à dificuldade que eles têm de comercialização. “Essa política do Governo do Estado contribui para as famílias escoarem a produção e automaticamente terem uma renda para melhorar a qualidade de vida. Essa retomada é uma esperança para nós vendermos os produtos que muitas vezes o comér-

cio local não absorve devido a demanda que é grande, e o programa nos proporciona escoar tudo e cumprir um papel importante para a sociedade de produzir alimento saudável”, comentou.

■
A política do Governo do Estado contribui para as famílias escoarem a produção e automaticamente terem uma renda para melhorar a qualidade de vida

Programa garante preço justo na produção

“Para mim é uma satisfação muito grande fazer parte do PAA. A gente consegue passar os nossos produtos direto para o Governo sem precisar de atravessador, porque eles pagam pouco e o programa veio para nos garantir o escoamento da nossa produção com preço justo. Agora posso plantar, colher, comer e vender tudo que planto”, comemorou Lindinalva Pereira Silva, cadastrada no PAA, que forneceu dois mil quilos de inhame.
A secretária executiva da Segurança Alimentar e Economia Solidária, Roseana Meira, destacou o quanto o PAA é fundamental diante dessa conjuntura de insegurança alimentar que o país enfrenta. “É uma alegria participar dessa retomada, sobretudo, por ser no maior assentamento do MST, porque sabemos da responsabilidade que os agricultores têm com os alimentos produzidos por eles. O Governo da Paraíba tem reafirmado o seu compromisso com a agricultura familiar, tem se empe-

nhado em parceria com os municípios para que a execução desse programa alcance a população que mais precisa”, enfatiza a secretária.
José Ribeiro de Oliveira, prefeito da cidade de Cubati, parabenizou o governador João Azevêdo pelo trabalho executado. “É muito gratificante para o povo de Cubati receber esses alimentos, essa iniciativa do governador vem ajudando a matar a fome do povo que mais precisa, não só do nosso município, como também de toda a Paraíba”, disse.
Participaram da ação, secretários municipais de Assistência, da Agricultura, o prefeito de Cubati José Ribeiro, vice-prefeita de Caaporã, Isabelle Edjanir (Didi), técnico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), representantes da população em situação de vulnerabilidade social assistida pelo programa e agricultores envolvidos.
A equipe técnica do PAA continuará realizando as compras e doações aos municípios movimentando a eco-

nomia e combatendo a insegurança alimentar no estado. A ação deverá ser concluída no segundo semestre de 2022.
O PAA-CDS é executado em parceria com o Governo Federal, que libera os recursos mediante aprovação de proposta do Governo do Estado. O programa é importante para a geração de renda dos agricultores familiares, pois busca solucionar a dificuldade de comercialização dos produtos, principalmen-

te no momento da pandemia da Covid-19. Com a ação, os agricultores conseguem comercializar uma grande parte da produção, e em alguns casos, toda ela. Na doação desses produtos adquiridos junto aos agricultores familiares, o programa contribui com a saúde da população vulnerável promovendo o acesso a alimentos saudáveis, melhorando a qualidade de vida e combatendo a insegurança alimentar.



Na doação, o programa contribui com a saúde da população

UN Informe

Ricco Farias
papiroeletronico@hotmail.com

FILIAÇÃO DE ALCKMIN AO PSB TERÁ REFLEXOS NA CAMPANHA DO GOVERNADOR JOÃO AZEVEDO



A filiação do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (foto), ao PSB terá reflexos na campanha política da Paraíba? Eis uma pergunta que muitos estão a se fazer, a partir do fato de que Alckmin será o pré-candidato a vice-presidente na chapa de Lula (PT). A resposta é sim. A partir do momento em que os dois partidos selarem a aliança oficialmente, e que comecem a ser produzidas as peças de propaganda eleitoral, o material poderá ser reproduzido no guia eleitoral – e nas postagens em redes sociais – do governador João Azevêdo (PSB), reforçando a ideia de que a campanha do gestor estadual está também vinculada ao ex-presidente. E, obviamente, Alckmin estará presente ao palanque do governador e, quiçá, ao lado de Lula. Portanto, a filiação do ex-governador de São Paulo à legenda socialista, por motivos óbvios, aproxima ainda mais a candidatura de João Azevêdo à do líder petista, afastando, de uma vez por todas, a tese de que Lula tem um palanque exclusivo na Paraíba, no caso o do MDB. Com a redução da distância entre Lula e Bolsonaro, atestada por pesquisas, não seria nada estratégico ou inteligente negar o apoio de um gestor estadual bem avaliado pela população e correligionário de seu candidato a vice. O foco do PT é manter a expectativa de vencer a disputa presidencial no primeiro turno.

“ESSE É UM ‘PROBLEMA’ BOM”

“Não é um problema ruim, esse é um problema bom. Mas o que não for escolhido, precisa ser acomodado”. Do deputado estadual e vice-líder do governo na ALPB, Raniery Paulino (Republicanos), referindo-se ao fato de que a base governista tem dois nomes de peso – Aguinaldo Ribeiro (PP) e Efraim Filho (União Brasil) – para compor a chapa na condição de pré-candidato ao Senado, enquanto a oposição tem dificuldade nesse particular.

“ELES ERAM IMPROVÁVEIS”

Havia uma expectativa dos aliados de Sérgio Queiroz, pré-candidato a senador pelo PRTB, de que Jair Bolsonaro (PL) pudesse empenhar apoio à sua postulação – Queiroz defende com afinco as pautas do presidente. Mas não. Bolsonaro gravou vídeo em que ratifica apoio a Bruno Roberto (PL). Resignado, o pastor postou nas redes sociais que se mantém na disputa. “Quando Moisés, Josué e Davi saíram à guerra, eles eram improváveis, mas o Senhor os honrou”, escreveu.

QUANTOS PREFEITOS O SEGUIRÃO?

Efraim Filho afirma que 125 prefeitos paraibanos apoiam a sua pré-candidatura ao Senado – nas mídias, tem divulgado cada um dos gestores municipais que lhe empenharam apoio. Porém, muitos analistas políticos têm feito o seguinte questionamento: desse total de prefeitos, quantos ele conseguirá manter, caso não dispute a eleição pela chapa encabeçada pelo governador João Azevêdo? Há quem diga que mais da metade não o seguirá.

PAUTA SOCIAL OU PAUTA ELEITORAL?

A pauta social do Governo Federal se tornou uma pauta eleitoral? Quanto a isso, não existe dúvidas. A 7 meses da eleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) abriu os cofres e focou – eis um fator que mostra uma ação direcionada – nos eleitores de menor poder aquisitivo, que é uma fatia importante dos eleitores do PT. Por que somente agora, em ano eleitoral, o governo decidiu antecipar o 13º salário de aposentados e pensionistas e saques extraordinários de até R\$ 1 mil do FGTS?

UNIÃO BRASIL: VOTO EM LULA?

No União Brasil, partido formado pela fusão entre DEM e PSL, há uma divisão quanto ao apoio a candidatos a presidente. A maior parte do grupo oriundo deste segundo defende o apoio a Sérgio Moro (Podemos), enquanto o grupo do primeiro, parte quer votar em Lula e parte em Bolsonaro. Com esse impasse, uma tese vem ganhando corpo: a de que o partido deveria liberar os diretórios estaduais para seguir o caminho mais adequado. Sendo assim, Efraim Filho, na Paraíba, não teria, em tese, problemas de votar em Lula.

“UMA ALIANÇA FRANKENSTEIN”, DIZ RANIERY SOBRE A OPOSIÇÃO

Indagou-se a Raniery Paulino o que ele acha de a oposição na ALPB reunir partidos e políticos de espectros ideológicos tão díspares – de bolsonaristas a petistas. “É aliança que vira frankenstein. Até facilita o trabalho da base governista, porque mostra a incoerência”, disse. “É legítimo ser da oposição, mas qual o papel dessa oposição? Precisa ser propositiva. Ou a grande convergência [do grupo] é a política do ódio, do ranço contra alguém?”, questionou.



Nicole Leite Moraes, Escritora

Música e Direito se relacionam em busca da paz

Autora de “O Direito à Fraternidade e a Nona Sinfonia de Beethoven”, Nicole Leite Moraes destaca a técnica e a arte

Luiz Carlos Sousa
lulajp@gmail.com

O que parece uma união improvável é, na verdade, um fio condutor de sensibilidade para a objetividade técnica. É o que se entende da leitura de ‘O Direito à Fraternidade e a Nona Sinfonia de Beethoven’, de Nicole Leite Moraes, que, na semana de lançamento, ocupou o ranking dos livros mais vendidos do Brasil, na Amazon, em duas categorias. Nessa conversa com **A União**, um pouco do que a música e o Direito podem fazer juntos pela humanidade.

A entrevista

■ *É possível encontrar uma equação que una o Direito à música de forma objetiva?*

Tanto a música quanto o Direito possuem raízes culturais, que são reflexos da tradução da história de um povo e representam, consequentemente, o espírito da cultura de um tempo. No livro, eu defendo que uma lacuna jurídica pode ser colmatada por meio de uma música, como o que ocorreu com a Nona Sinfonia de Beethoven, em relação à lacuna do direito à Fraternidade, que foi retirado do texto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

■ *Como duas linguagens tão extremas podem comunicar-se a ponto de permitirem-se interagir para ajudar na interpretação?*

O estudo transdisciplinar do Direito com a Arte, mais especificamente, com a música, serviu de base para observar a importância da atividade artística para a abordagem do direito à Fraternidade, mesmo que tal tema ainda não houvesse sido abordado pelo Direito. Dessa maneira, é possível interpretar que Beethoven, ao utilizar o poema *An die Freude*, tenha abordado o Direito à Fraternidade de que, curiosamente, foi retirado do texto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Diante disso, é possível vislumbrar que a música vem sendo utilizada enquanto instrumento de modificação social e, inclusive, como reformulação do modelo jurídico, a partir da atividade do poeta e do músico, enquanto heróis e suas influências na política e na história.

■ *Como estabelecer os parâmetros ou protocolos para encontrar os pontos em comum entre linguagens que, por exemplo, usam narrativas extremamente díspares?*

Por meio da atividade de hermenêutica jurídica. Sob esse ponto de vista, é substancial assinalar que a obra de arte é a representação dos sentidos do artista que, por sua vez, produz um objeto que se converte numa vivência para o futuro, portanto, perpetua-se na história. Isso me lembra uma frase de Gadamer que diz que cada obra de arte carrega em si o universo da experiência da qual ela procede. Sendo assim, precisamos ter em mente o sentido que aquela obra de arte representou para o mundo no período em que foi criada, carregando os sentimentos, não apenas do artista, mas

também da sociedade daquela época.

■ *O Direito tem sua própria narrativa, inclusive, com normas técnicas bem definidas, o que também é comum na música. Há espaço para a interpretação - algo extremamente subjetivo - em meio a essa dialética cartesiana das duas ciências?*

Essa pergunta me lembra uma entrevista que fiz, na OAB/São Paulo, em 2018, com o Professor Henderson Fürst que, além de jurista, é um exímio músico, e me respondeu que existem dois elementos comuns à música e ao Direito, em relação à interpretação: a técnica e a arte. Enquanto a técnica representa o elemento objetivo, ou seja, um feixe condutor que deve ser aplicado, sem permitir grandes variações; a arte representa o elemento subjetivo, que é o que vai imprimir diferentes extrações a partir do elemento objetivo, tanto na interpretação da norma jurídica quanto da partitura musical.

■ *O que é mais desafiador: interpretar a lei ou a partitura?*

Na minha opinião, é mais desafiador interpretar a partitura, pois cabe ao jurista a aplicação da norma ao caso concreto e, mesmo com a presença da subjetividade, os critérios de hermenêutica jurídica são pautados em princípios, que devem ser observados. Por outro lado, a partitura possibilita que a liberdade seja aplicada na atividade criativa do músico. Vou citar como exemplo o meu objeto de pesquisa, que é o quarto movimento da Nona Sinfonia de Beethoven. Curiosamente, Tchaikovsky e Schubert, realizaram composições para o poema *An die Freude* - a Ode à Alegria, de Schiller -, que são bem diferentes da versão desenvolvida por Beethoven, que se tornou o hino da União Europeia, como símbolo da fraternidade entre os povos. No meu livro, eu utilizo as artes plásticas, o grafite, a literatura e a música para estudar a relação transdisciplinar com o Direito. Dessa forma, eu convido o leitor para visualizar, por meio da leitura dos QR Codes no Smartphone, os vídeos no YouTube das apresentações dos concertos, óperas e vídeos. Assim é possível perceber que o poema *An die Freude*, de Schiller, possibilitou múltiplas interpretações por parte de Beethoven, Tchaikovsky e Schubert.

■ *O Direito pode recorrer à música para encontrar o equilíbrio entre a objetividade*

Opostos
“Enquanto a técnica representa o elemento objetivo, sem permitir grandes variações, a arte representa o elemento subjetivo”

da ciência, tão necessária para definições técnicas, mas ao mesmo tempo distante da busca por uma inspiração motivadora e transcendente como a que leva um compositor a encontrar cada lugar para uma nota musical?

Existe um brocardo latino que pode ser traduzido como “na clareza cessa a interpretação” - in claris cessat interpretatio. Ou seja, quando a lei é obscura ou lacunosa, o Direito pode socorrer-se ao que está fora do texto legal, em razão das dinâmicas relações sociais. Na pesquisa que desenvolvi, eu interpreto que a lacuna do Direito à Fraternidade, existente no texto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, foi colmatada por meio da composição do quarto movimento da Nona Sinfonia de Beethoven, o que me lembra uma interessante Decisão prolatada no processo TC nº 03098/08 pelo Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/PB, Marçílio Toscano Franca Filho, que utilizou os versos da música “Espumas ao Vento”, do compositor Flávio José: “O amor deixa marcas que não dá pra apagar”. Em referido processo, o presidente de uma comissão de licitação adjudicou o contrato à sua ex-mulher, alegando que não existiria parentesco; logo, não haveria ofensa aos princípios da impessoalidade e moralidade administrativas. Ora, para o Direito Civil, ex-mulher não é parente, mas nada é dito no Direito Administrativo. Diante dessa lacuna, o Membro do Ministério Público de Contas opinou pela irregularidade do procedimento licitatório. A lacuna, portanto, foi colmatada por meio da música de Flávio José.

■ *Uma orquestra poderia ser comparada a um tribunal, tendo a palavra definitiva quando o tema for a interpretação?*

É uma comparação interessante, que me lembra a tese do Professor Paulo Ferreira da Cunha, que sugere a criação de um Tribunal Constitucional Internacional para que ocorra o efetivo respeito à Fraternidade. No livro, eu comparo referido Tribunal a uma espécie de “maestro”, no sentido de conduzir o coral de todas as vozes, de todas as línguas, de todos os países. Na Nona Sinfonia de Beethoven, a propósito, o uso das vozes humanas no quarto movimento

como um indicativo de harmonia, união e Fraternidade da humanidade serve de guia para a interpretação de que a integração dos temas dos três movimentos anteriores e também da união do oriente - simbolizado pela Marcha Turca - com o ocidente encontraria o devido lugar na melodia. Essa interpretação pode ser compreendida como uma metáfora para a ideia de união entre os povos guiados pelo laço universal de irmandade. Assim como o universo está interligado, o Direito não pode ser isolado como tentou fazer a Ciência. Desse modo, a transjuridicidade revela que Ciência, Direito, Arte e sentimentos estão interligados. É necessário que os operadores do Direito ouçam as necessidades de todos os grupos, com o efetivo respeito à Fraternidade universal, como chave para a harmonia mundial. A globalização nos mostra diariamente que os seres humanos não estão isolados e que o laço universal de irmandade não pode ser esquecido. Logo, é possível falar por meio de uma metáfora, como se a harmonia entre os povos representasse a união ao coro para falar mais alto, com o coral de todas as vozes. No livro, eu mostro os grafites do artista de rua britânico, Banksy, que homenageou as crianças sírias, que sofriam as consequências de uma guerra civil. Assim sendo, a Arte possibilita que sejam ouvidas as vozes daqueles que tiveram os seus direitos desrespeitados, esquecidos, e que foram calados.

■ *A objetividade moderna caminha para transferir para a máquina todo trabalho que possa ser repetitivo, portanto questões que discutam apenas o direito, do ponto de vista da lei, acabarão julgadas por um computador. Dá para imaginar a música buscando inspiração nesse direito que as máquinas darão a palavra final?*

Curiosamente, a 10ª Sinfonia de Beethoven, até então inacabada, foi concluída pela inteligência artificial, em 2021. Na minha opinião, a máquina retira o elemento subjetivo tanto da música quanto do Direito. Voltando ao Direito, a palavra Sentença vem do latim sentire. Como uma operador do Direito pode ater-se à letra fria da lei ao aplicar a norma ao caso concreto? A subjetividade e sensibilidade fazem parte de todas as relações humanas, inclusive, dos resultados nos julgamentos. Do mesmo modo, como pode uma máquina concluir um trabalho de um compositor que empregou sensibilidade, improviso, sentimentos, principalmente a paixão, em todos os seus trabalhos? Lembrei de algo que aconteceu com Mozart, que quando realizava a composição do Réquiem, acreditava que estava compondo para o próprio funeral, tendo em vista que recebeu a encomenda para esta composição de forma anônima. Quando faleceu, deixou a composição inacabada, que foi concluída por um aluno seu. Esse exemplo é completamente diferente do que ocorreu com a 10ª sinfonia de Beethoven, completada pela inteligência artificial, pois o aluno de Mozart

conhecia sua técnica e seu sentimentos, portanto, os elementos objetivo e subjetivo da música.

■ *O mundo vive hoje uma guerra envolvendo uma nação poderosa, a Rússia, inclusive do ponto de vista nuclear, e outra que tenta resistir. Uma música, um hino à liberdade, a 9ª Sinfonia de Beethoven foi executada pelo país, vítima dos ataques, a Ucrânia. Temos então um palco pronto para a interpretação da lei na diplomacia, no direito internacional e, por outro lado, aberto à emoção, ao que há de mais genuíno na condição humana, no sentimento que é o poder transformador da música. A paz proposta pela música pode contribuir com a paz que a lei terá que disciplinar e estabelecer através de um tratado?*

Quando Beethoven estreou a Nona Sinfonia, já estava completamente acometido pela surdez. Mesmo sem ouvir, “deu voz” aos direitos humanos silenciados. Deixou uma obra-prima de presente para a humanidade que, atualmente, é o hino da União Europeia. Além da obra de Beethoven existe outro presente significativo para a humanidade: os murais Guerra e Paz, do brasileiro Cândido Portinari, que estão na sede da ONU, em Nova York. Também representa a fraternidade. Quando os governantes entram no prédio da ONU, visualizam o mural Guerra, quando saem, o mural Paz. Portinari contrariou recomendações médicas, por conta da intoxicação devido ao chumbo contido nas tintas, e deixou os murais Guerra e Paz de presente para a humanidade, retratando situações de pessoas comuns, como mães com os filhos mortos no colo, como se fossem a Pietà (de Michelangelo), para mostrar ao mundo que os maiores prejudicados com as Guerras não são os governantes, mas o povo, que sofre as perdas irreparáveis de seus entes queridos.

No livro, eu optei por utilizar elementos musicais nos títulos e subtítulos, além dos nomes dos movimentos de uma sinfonia nos capítulos principais. Em contraponto ao que propôs Beethoven, o silêncio das vozes que não foram ouvidas pelo legislador, na ausência da fraternidade como princípio jurídico, foi utilizado como metáfora, para ilustrar que, enquanto essas vozes forem silenciadas, o respeito ao direito humano da fraternidade não terá sido plenamente efetivado.

Legado

“Quando Beethoven estreou a Nona Sinfonia estava surdo. Mesmo sem ouvir, ‘deu voz’ aos direitos humanos silenciados”



Fotos: Roberto Guedes

DESAFIO AOS PEDESTRES

João Pessoa e as “calçadas obstáculos”

População reclama da falta de acessibilidade nos espaços destinados aos pedestres em várias ruas da cidade

Lucilene Meireles
lucilenemeireles@epc.pb.gov.br

As calçadas planas, sem obstáculos e bem cuidadas são a principal característica de uma localidade que pretende ser inclusiva, sustentável e justa com seus moradores. Afinal, a cidade deve ser pensada para o pedestre, em primeiro lugar. Porém, em João Pessoa, inúmeras calçadas são intransitáveis, obrigando o pedestre a andar pela rua, disputando espaço com os veículos e colocando a vida em risco.

Na Rua Adão Viana da Rosa, que liga o bairro do Grotão ao Colinas do Sul, o único trecho em que a calçada é acessível fica em frente à Escola Estadual de Ensino Fundamental Gustavo Capanema. Como se trata de uma ladeira, os moradores foram, aos poucos, arquitetando as próprias em níveis diferentes. Em alguns trechos, de uma casa para outra, a calçada tem mais de um metro de altura.

Além disso, há degraus e outros obstáculos que impedem a passagem, e quem paga caro são os pedestres, principalmente os mais idosos, que seguem pela rua e têm pouca agilidade para se livrar dos veículos. Cadeirantes não têm acesso.

O aposentado João Pereira da Silva mora na via e sempre vai caminhando para a feira do Grotão. Como a calçada é totalmente irregular, o idoso segue pelo meio da rua. Ele avaliou que é uma situação de perigo constante para o pedestre. “Não tem como a gente andar pela calçada por ser toda desnivelada. Tem que deixar na mesma altura para facilitar a vida do pedestre, do cadeirante e garantir segurança”, observou.

Patrícia Alves Pereira é dona de casa e veio de Goiás há quatro meses. Ela relatou que teve um susto ao constatar que não poderia transitar com o filho pequeno pela calçada na Rua Adão Viana da Rosa. “Lá em Goiás, a gente não vê nenhuma calçada desse jeito. Dá multa. Aqui, infelizmente, temos que andar pela rua mesmo, mas é muito arriscado e o correto seria nivelar”, pontuou.

Aos 86 anos, o aposentado Luiz Martins também costuma transitar pela via e, assim como os demais pedestres, reclamou da situação da calçada. “Em estados como Rio de Janeiro e São Paulo não se vê isso. Tem que seguir a lei. A calçada desse jeito obriga a gente a andar pela rua. Eu já levei várias quedas”, relatou, mostrando as cicatrizes no joelho.

O idoso observou que o desnível da calçada não é um risco apenas para quem tem a idade avançada. Ele

afirmou que todos os pedestres que passam por ali estão em perigo, inclusive os alunos da escola localizada na rua. “A prefeitura precisa gastar dinheiro mesmo, investir na segurança do cidadão”, opinou.

As dificuldades para o pedestre andar pelas calçadas também são relatadas no bairro dos Bancários. Em algumas, não há condições de circulação, principalmente para cadeirantes. A calçada da Rua Cecília Rodrigues Siqueira, esquina com a Rua Walfredo Macedo Brandão, principal do bairro, é desnivelada e ainda tem um poste que impossibilita a passagem de um cadeirante.

O funcionário público José Francisco Paulino de Oliveira costuma caminhar pelas ruas do bairro, mas reclama das dificuldades em algumas calçadas. “É preciso uma melhor qualidade para responder às restrições das pessoas, sejam idosos, pessoas com deficiência ou com alguma dificuldade de locomoção”, opinou. Ele disse que recentemente quase foi atingido por um veículo, já que, em razão da falta de condições da calçada, teve que seguir pela rua.

Ainda nos Bancários, na altura do cruzamento com a Rua Cecília Rodrigues Siqueira e seguindo em direção ao Centro, outro problema é o declive. O trecho a partir da Rua Radialista Antônio Assunção de Jesus até a altura da Rua Rosa Lima dos Santos é íngreme, deixando o pedestre desequilibrado, além de haver buracos e desníveis.

A estudante Tarcila Gadelha afirmou que em toda a cidade falta mais acessibilidade, calçadas com mais qualidade para o pedestre. “Acho que estão ruins. É preciso nivelar e fiscalizar”. Na opinião da aposentada Lourdes Tavares, a necessidade é a mesma. “Hoje a situação é horrível”, resumiu.

Responsabilidade

A responsabilidade de executar a calçada é do proprietário de cada lote, mas o poder público também tem iniciativas nas grandes avenidas. Em João Pessoa, por exemplo, as Avenidas Epitácio Pessoa e Beira Rio são exemplos de vias que receberam padronização realizada pela prefeitura da capital.

Para o arquiteto e urbanista Ricardo Vidal, é uma atitude louvável. “Deixou as vias esteticamente mais harmônicas e a acessibilidade fica garantida”. Ele acredita que o poder público poderia participar mais, no sentido de informar ao proprietário do lote como a calçada deveria ser. “E assim, teríamos uma cidade mais bonita e acessível”, completou.

É preciso fiscalização e conscientização

Existem normas e leis que determinam como deve ser feito o passeio que, apesar de ser público, é de responsabilidade do proprietário do lote em que se localiza. A informação é do arquiteto e urbanista Ricardo Vidal. Para ele, as condições atuais em determinadas vias, que impedem o livre acesso do cidadão, podem ser por falta de fiscalização. “Talvez haja uma falha de fiscalização no sentido de exigir que as pessoas executem suas calçadas dentro dos padrões e normas”, observou. As normas de acessibilidade estão na NBR-9050 e, segundo o urbanista, principalmente na Zona Sul, são observadas calçadas com problemas de acessibilidade.

“Há ruas que são enlameadas, o proprietário do lote nivela a calçada, deixa ela plana, criando um degrau gigante para a próxima calçada. Pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, como idosos, gestantes, e até mesmo aquelas sem problema nenhum, têm dificuldade de caminhar numa calçada como essa”, constatou.

Para Ricardo Vidal, falta aplicação das normas, embora existam leis que obriguem. Em João Pessoa, segundo ele, o Código de Urbanis-

mo determina que as calçadas sejam executadas pelos proprietários, mas as pessoas esperam pelo poder público. “Todo mundo espera que o prefeito faça alguma coisa, mas na verdade as pessoas não enxergam a própria responsabilidade com relação a isso”, acrescentou. A solução apontada por ele passa por uma fiscalização maior, conjuntamente com uma campanha de conscientização. “As pessoas executam, mas de forma errada. A gente vê que existe uma boa vontade quando elas executam suas calçadas, mas falta esse conhecimento”.

Ricardo Vidal ressaltou que o cidadão precisa contratar profissionais habilitados que possam projetar a calçada corretamente, especificar materiais corretos. Cerâmicas escorregadias, por exemplo, são proibidas.

O que diz a NBR-9050

A largura da calçada pode ser dividida em três faixas de uso: Faixa de serviço: serve para acomodar o mobiliário, os canteiros, as árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Nas calçadas a serem construídas, recomenda-se reservar uma faixa de serviço com lar-

gura mínima de 70 centímetros.

Faixa livre ou passeio destina-se exclusivamente à circulação de pedestres e deve ser liberada de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3%, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 metro de largura e 2,10 metros de altura livre. Já a faixa de acesso consiste no espaço de passagem da área pública para o lote. Esta faixa é possível apenas em calçadas com largura superior a dois metros e serve para acomodar a rampa de acesso aos lotes lindeiros sob autorização do município para edificações já construídas.

Moradores notificados

A Secretaria de Planejamento de João Pessoa (Seplan) notificou os moradores das Avenidas Santa Catarina, no Bairro dos Estados, e Sapê, em Manaíra, para adequarem suas calçadas de acordo com um projeto de acessibilidade da Promotoria do Patrimônio Público. “Notificamos os proprietários dos imóveis para eles adequarem o passeio público. Escolhemos a Santa Catarina porque é um local onde estão instalados equipamentos como o Instituto dos Cegos e Lar da Providência, ligados a pessoas com mobilidade reduzida, deficiência visual”, explicou Giovanni Alencar, diretor de Fiscalização de Obras da Seplan.

Giovanni explicou que alguns moradores já executaram a mudança, fizeram rebaixamento para acessibilidade nas esquinas; outros pediram para estender o prazo. A ideia é que este projeto seja um piloto e depois, seja estendido para outros lugares. “O que é mais complicado nos bairros populares é que, muitas vezes, as pessoas não têm condição financeira. Quando notificamos, dizem que ou fazem a calçada ou a feira. É uma questão social difícil”, acrescentou.

Pessoas idosas têm mais dificuldade para caminhar nas calçadas desniveladas, cheias de obstáculos, que podem causar acidentes graves



PAIS E FILHOS

Diálogo permanente é fundamental

Prática torna a convivência harmoniosa e contribui para o desenvolvimento da criança em vários aspectos

Ítalo Arruda
Especial para A União

O diálogo é fundamental para uma convivência harmo-niosa em qualquer tipo de rela-cionamento. No ambiente fami-liar não é diferente. Quando os pais criam e mantêm o hábito de conversar com os seus filhos ainda na infância, além de con-tribuir para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, eles abrem espaço para ajudá-la a lidar com questões re-lacionadas à formação da sua personalidade, às curiosidades e descobertas que surgem nas diferentes fases da vida.

Uma boa comunicação no re-lacionamento entre pais e filhos fortalece a confiança, a seguran-ça e a liberdade para que os dois lados possam expor suas ideias, experiências, dúvidas e outras questões, sem medo ou receio de não serem compreendidos.

De acordo com Noêmia Bar-bosa Leal, doutora em Psicolo-gia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e es-pecialista em desenvolvimen-to infanto-juvenil, o diálogo é como uma porta aberta pela qual entram e saem diferentes visões de mundo e, por isso, é importante que ele seja estabe-lecido nos lares quando os filhos ainda são crianças.

“Se, na infância, não houver incentivo para que essa porta seja aberta, para que as crian-ças transitem por elas, dificil-mente, na adolescência ou em outras fases, eles ficarão à von-tade para conversar, pois a por-ta que deveria ser lugar de pas-sagem, torna-se barreira e os assumindo feição de vergonha, medo, não acolhimento, invali-dação, rebeldia”, afirma.

A especialista também ex-plica que a conversa é uma inte-ração, ou seja, se fala e se ouve. E, quando isso é respeitado, os membros da família têm mais facilidade para desenvolver certas virtudes como tolerân-cia, assertividade, capacidade de admitir erros, compreensão dos diferentes pontos de vista, bem como respeito aos acordos e combinados. “Todos esses as-pectos, quando presentes no cotidiano das famílias, podem promover um clima de harmo-nia”, frisa a psicóloga.



Foto: Arquivo pessoal

Pietra Bívvia começou a conversar com a filha Luna ainda durante a gravidez e compreende a importância da comunicação para fortalecer vínculos

Conversar precisa ser rotina

O gerente administrativo Igo Nunes e a cabeleireira Laura Souto investem no diálo-go diário com a filha que está prestes a com-pletar 12 anos. Pais de primeira viagem, eles estabeleceram este hábito quando Vitória Es-ther ainda estava no ventre da mãe. Hoje, com a filha chegando à pré-adolescência, o casal mantém a conversa na rotina da casa.

“Sempre tive bem claro que o diálogo me aproximará dela, e, tornando isso um hábito ela jamais acharia estranho conversar comigo quando estivesse mais velha”, explica o pai. “Nossa relação é bem aberta, conversamos so-bre tudo aquilo que ela tem dúvidas e curio-sidades. Quando ela faz uma pergunta difícil de responder, procuramos a melhor forma de responder, sem assustá-la, ponderando o as-sunto questionado”, acrescenta a mãe.

Igo, Laura e Vitória também têm outros hábitos, como passeios, tarde de filmes, noite de jogos, que permitem que eles con-versem sobre assuntos diversos e cultivem momentos só deles, estreitando, com isso, a relação familiar.

Segundo Noêmia Leal, isso é funda-mental para que a conversa surja de uma forma natural e os pais desenvolvam uma escuta acolhedora. Ela conta que os filhos,

em geral, tendem a perceber quando a con-versa é protocolar. Isto é, quando os pais, em tom de vigilância e punição, desejam apenas colher informações e chegar se tudo ocorreu como foi orientado.

“Já a escuta atenta, nos mantém presen-tes, interessados em ouvi-los e interagir com eles, em um clima de acolhimento. Pensando nisso, o tempo de conversa pode ser diluído ao longo do dia, sem formalidades”, pontua a psicóloga, destacando que – para ser eficaz – a comunicação precisa ser praticada.

Equilíbrio

Apesar de muitos pais se colocarem na condição de amigos dos filhos, é preciso aten-tar para o equilíbrio, de modo que o papel de cada um seja bem definido e compreendido neste tipo de relação, ressalta Noêmia.

Para a psicóloga, cabe aos pais orientar, educar, corrigir e exercer autoridade sobre os filhos. “A amizade pode nascer de uma rela-ção de parceria, companheirismo e abertura ao diálogo, o que é muito saudável quando ocorre, mas é preciso ter clareza de que pais e filhos não possuem uma relação no mesmo nível e não são como amigos que comparti-lham a mesma fase da vida”, analisa.

Dicas para dialogar com os filhos

- Não forçar uma conversa, mas estimular o diálogo de forma natural, com perguntas leves;
- Criar o hábito de ouvir diariamente a criança sobre como foi o seu dia na escola, por exemplo;
- Proporcionar momentos de lazer e diversão dentro e fora de casa;
- Planejar atividades para serem realizadas juntos;
- Ouvir, atentamente, os questionamentos levantados;
- Ser verdadeiro e sincero;
- Respeitar o tempo e as limitações do filho para compreender determinado assunto;
- Estabelecer acordos e cumpri-los.

Interação com a criança é iniciada na gravidez

A assistente de marketing Pietra Bívvia mantém uma relação de diálogo com a mãe desde quando era criança. Crescida no meio de uma família comunicativa, a jovem relata que a con-versa sempre esteve presente em sua casa e isso foi essencial para torná-la a mulher adulta e a mãe que é hoje.

“Nunca hesitei em compartilhar nada com minha mãe, desde um as-sunto mais íntimo a qualquer ‘besteiri-nha’ que me viesse à cabeça. E sempre senti que era recíproco. Ela sempre che-gava e chega até hoje para compartilhar os pensamentos e acontecimentos da vida dela comigo”, conta.

Segundo Pietra, no que diz respeito à quebra de vários “tabus geracionais”, a comunicação familiar teve impacto posi-tivo tanto para ela quanto para sua mãe, já que as duas têm liberdade para colocar questões que estejam lhes causando des-conforto ou desentendimentos.

Hoje, mãe de uma criança de sete meses, a assistente de marketing segue acreditando que o diálogo e a conexão são indispensáveis para o bem-estar de qualquer tipo de relação, e prioriza isso com a filha Luna desde a gestação.

“Conversamos o dia todo, criamos e contamos histórias, cantamos e ouvi-

Salutar

Quanto antes a comunicação começar, maiores são as possibilidades de ser criada uma relação sólida entre os pais e os filhos

mos bastante música, dançamos e brin-camos. Minha missão como mãe é criar um ambiente acolhedor para minha filha”, afirma Pietra, destacando que percebe a interação de Luna através de um sorriso, um choro, um olhar sé-rio, uma sobrancelha levantada, entre outras reações. “Ela é super expressiva e acredito que, apesar da pouca com-preensão das palavras, ela sabe exata-mente o que estamos fazendo, pensa-ndo ou conversando”, completa.

Essa relação precede, inclusive, o nascimento da filha de Pietra. Quando estava grávida, ela reservava alguns mo-mentos para conversar com Luna, ouvir músicas e ficar a sós com a filha.

A psicóloga Noêmia Leal reforça que, assim como qualquer hábito sau-dável, quanto antes a comunicação acontecer, mais chances os pais terão para desenvolver uma relação consis-tente com os seus filhos.

“Os estudos científicos já compro-vam os benefícios que a voz dos pais re-presenta para o bebê ainda no ventre. E isso se estende também na infância e na adolescência. Recursos como livros, mú-sicas, jogos e brincadeiras podem atuar como mediadores para essa troca entre ouvir e se expressar”, destaca.

CARLOS ULYSSES
SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO E REGISTRAL IMOBILIÁRIO DA ZONA SUL
TITULAR: Bel. Walter Ulysses de Carvalho
EDITAL 04/2022

CARTÓRIO CARLOS ULYSSES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO 1º. OFÍCIO DA ZONA SUL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB, delegação de serviço público, estabelecida à Av. Epitácio Pessoa, 105 - Centro - João Pessoa - PB, inscrita no CGC/MF sob nº. 09.362.211/0001-49, representado neste ato por seu respectivo Tabelião e Oficial, **Dr. WALTER ULYSSES DE CARVALHO**, brasileiro, casado, tabelião, portador do CPF nº 347.824.437-49, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, dele conhecimento tiverem ou a quem interessar possa que neste Cartório foi apresentado por

Sr. FLAVIO LUIZ GOMES MOURA, brasileiro, empresário, maior e capaz, portador da cédula de identidade RG nº 2168791 SSP-PB, inscrito no CPF/MF nº 025.807.704-29, filho de Francisco Gomes de Souto e Maria Moura Gomes, natural de Pombal-PB, nascido em 08/05/1979, casado sob o regime da comunhão parcial de bens na data de 23/03/2004, conforme consta no assento do casamento lavrado no RCPN distrital de Mangabeira em João Pessoa - PB, nas fls. 18 do Livro B auxiliar 9, sob nº de ordem 2818, com a Sra. Amanda Izabelly Queiroga Gomes, brasileira, empresária, maior e capaz, portadora da cédula de identidade RG nº 2532764 SSP-PB, inscrito no CPF/MF nº 012.323.564-25, filha de Jurandir Honorato de Queiroga e Maria Isabel de Queiroga, natural de Sousa - PB, nascida em 16/09/1983, residente e domiciliado na Rua Adalgisa Carneiro Cavalcanti nº 1263, no bairro do Cuiá, João Pessoa - PB,

um Pedido de Reconhecimento Extrajudicial de Usucapião com relação aos imóveis

Galpão que é constituído de vão único, com área de 241,27 (duzentos e quarenta e um vírgula vinte e sete) metros quadrados, e WC, com área de 2,79 (dois vírgula setenta e nove) metros quadrados, totalizando uma área construída de 244,06 (duzentos e quarenta e quatro vírgula zero seis) metros quadrados, com edificações feitas em tijolos, cimento e concreto e coberto de telhas, encravado no lote de terreno próprio sob o nº 120 (cento e vinte), da Quadra nº 40 (quarenta), situado na Rua Adalgisa Carneiro Cavalcanti, nº 1303, Bairro Cuiá, na cidade de João Pessoa-PB, medindo 11,00 (onze) metros de largura na frente e 8,50 (oito e cinquenta) metros de largura nos fundos, por 28,30 (vinte e oito e trinta) metros de comprimento do lado direito e 29,50 (vinte e nove e cinquenta) de comprimento do lado esquerdo, limitando-se de frente com a rua de situação, lado direito com o lote de terreno nº 190 (cento e noventa), de propriedade do Sr. Romeu Mendes da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 132.413.894-72, lado esquerdo com o lote de terreno nº 190 (cento e noventa), de propriedade do Sr. Cicero Francisco dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 930.936.3224004 e fundos com o lote de terreno nº 190 (cento e noventa), que faz frente com a Rua José Paulino de Souza, no bairro Cuiá, nesta cidade, de propriedade do Sr. Cicero Francisco dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 930.936.3224004; o lote totaliza uma área de 283,30 m² (duzentos e oitenta e três vírgula trinta metros quadrados), adquirido pelo Solicitante através de contrato de promessa de compra e venda assinado em data de 11/09/2010. Cadastrado na PMJP sob Inscrição Municipal nº 443.720. Localização Cartográfica atual nº 40.040.0120.0000.0000"

PELOS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS E NÃO ENCONTRADOS, SEUS CONJUGES, SE CASADOS FOREM OU AQUELES QUE PORVENTURA TENHAM CONHECIMENTO, E INTERESSE POSSAM ALEGAR QUALQUER DIRREITO SOBRE OS IMÓVEIS ACIMA MENCIONADOS,

para impugnarem o referido pedido, querendo, no prazo legal de 15 (quinze dias), nos termos do artigo 216-A, parágrafo 4º, da Lei 6015/73, que não o fazendo presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente. O Oficial de Registro.

João Pessoa(PB), 15 de Março de 2022

O Oficial do Registro.

Jose Felipe Gomes Diniz
Escritor de Notas
Tabelião

Av. Epitácio Pessoa, 105 - Centro - CEP: 58030-000 - João Pessoa - PB
Fones: (83) 3221-6393
administrativo@cartoriocarlosulysses.com.br - CNPJ: 09.362.211/0001-49

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL QUALQUER ALTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Foto: Arquivo Pessoal

Segundo a médica Lia Cavalcante, o vilão não é o uso do fone de ouvido, nem o número de horas em contato com o barulho, mas a intensidade do som, que causa lesão nas células ciliadas auditivas



Foto: Arquivo Pessoal

“Isso não é matemática, mas, acima de 65 decibéis por mais de três horas, o ouvido já entra em estresse auditivo e pode desenvolver uma perda da audição”, diz o especialista Ugo Filho

NO VOLUME MÁXIMO

OMS alerta para os riscos à saúde

Mais de um bilhão de jovens, de 12 a 35 anos, podem perder a audição devido à exposição em excesso à música alta

Alexsandra Tavares
lekajp@hotmail.com

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que mais de um bilhão de pessoas, entre 12 e 35 anos, correm o risco de perder a audição devido à exposição em excesso à música alta. O número foi lembrado, neste mês de março, em que se instituiu o Dia Mundial da Audição. Mas não é apenas música alta que traz prejuízo a esse importante órgão sentido do ser humano. Segundo o otorrinolaringologista Ugo Guimarães Filho, qualquer barulho ininterrupto de mais de 65 decibéis por cerca de três horas diárias já pode trazer risco à saúde auditiva. Tudo vai depender da constância da exposição e frequência bem como da resistência de cada indivíduo. “Isso não é matemática, mas acima de 65 decibéis por mais de três horas o ouvido já entra em estresse auditivo e pode desenvolver uma perda da audição devido ao excesso de ruído. E quando a gente fala de 65 decibéis, a conta é simples e equivalente 65% da capacidade máxima de qualquer equipamento. Então, se o equipamento vai até 10 decibéis, você tem de pensar em seis, por exemplo”, afirmou. O pior é que quando ocorre a perda auditiva por causa do barulho, o dano é irreversível. “Quando a perda é por doença, pode ser revertida, mas por ruído não. Provavelmente, em um futuro próximo, com uso de célula tronco, vamos poder reverter isso”, declarou o otorrinolaringologista. Por isso é tão importante os “amantes” da música evitarem excessos. Há casos, porém, que o barulho alto faz parte da rotina diária da pessoa e não pode ser silenciado. Essa é a situação de muitos trabalhadores como marceneiro, carpinteiro, DJ, telefonista, profissionais que atuam em shows, guarda de trânsito e operador de britadeira. Para estes, a orientação é o uso obrigatório de proteção auricular. Ugo Guimarães declarou que quando o decibelímetro - aparelho que faz a medição da pressão sonora - registra acima de 65 decibéis, o item de proteção é indicado. Essa proteção pode ser simples (tampão intra-auricular) ou combinada, com a adoção de dispositivo em formato de concha. Há trabalhador, como aqueles que atuam em pista de aeroportos, que precisam dos dois tipos de protetores. Para a população em geral, a OMS recomenda a adoção do volume baixo em dispositivos de áudio pessoais, uso de fones de ouvido bem ajustados e, se possível, com cancelamento de ruído. A visita a um profissional aos primeiros sintomas de incômodo no ouvido também é recomendado. “Quem trabalha constantemente em ambiente barulhento deve ir ao otorrinolaringologista semestralmente ou pelo menos a cada ano. E aos primeiros sinais de que há algo errado, o profissional também deve ser procurado”, declarou Ugo.

Saiba Mais

O número de decibéis considerado abusivo para o ouvido humano varia conforme especialistas. Para a OMS, a recomendação é não ultrapassar a média máxima de 100 decibéis. Já a otorrinolaringologista, Lia Cavalcante, afirmou que se considera som alto um volume acima de 85 decibéis. “E se a gente faz isso por oito horas, já está acumulando, e pode causar perda da função das células auditivas”.

Idosos

Nos mais velhos, é mais comum ocorrer perda auditiva, não só devido ao acúmulo do barulho vivido ao longo da vida, mas pela diminuição da oxigenação das células

Desde a infância

“Gosto de escutar música com o fone de ouvido no volume máximo”. A fala é do estudante Carlos Antonio Nascimento Oliveira, 17 anos. Fã das batidas do funk, ele diz que quando chega em casa à noite gosta de conectar o fone de ouvido ao celular e ficar umas quatro horas “ligado” nas músicas favoritas. Ele confessou que o pai sempre se preocupa com esse mau hábito e o alerta sobre os riscos para a audição. “Ele sempre me diz que isso não é bom porque pode prejudicar a audição. Mas eu nem me importo”, disse. A vontade de ouvir música com o volume nas alturas iniciou quando ele era ainda criança e, segundo ele, deverá seguir por muito tempo. Carlos Oliveira declarou que nunca se preocupou com os danos à saúde. “Nunca senti zumbido e quando estou

com dor de cabeça baixo o volume”. A otorrinolaringologista, Lia Cavalcante, explicou que o vilão não é o uso do fone de ouvido, nem o número de horas em contato com o barulho, mas a intensidade do som. Ao aumentar o volume de alguns aparelhos eletrônicos, alguns já têm dispositivos que avisam quando o usuário está se expondo ao ruído excessivo. Ela explicou que a exposição ao som alto causa uma lesão nas células ciliadas auditivas, responsáveis por transformar as ondas sonoras que chegam ao ouvido em um impulso nervoso, que percorre o neurônio e chega até o córtex cerebral. “Quando o som é muito intenso, vai lesionar essas células, e elas param de funcionar. Então, eu posso ter a perda da audição”. Já o surgimento do zumbido pode ocorrer sem ter

“
Ele sempre me diz que isso não é bom porque pode prejudicar a audição. Mas eu nem me importo

Carlos Antonio Nascimento Oliveira

perda da audição, significando um “dano mais fino”, mas não deixa de ser uma disfunção, sinalizando que as células ciliadas estão entrando em sofrimento. Há ainda casos em que ocorre o barotrauma, provocado quando a pessoa se submete a um barulho muito intenso, que pode ser repentino, como aqueles provenientes de arma de fogo. Neste caso, pode surgir uma lesão nas células ciliadas ou também por meio do rompimento de um vaso, a perfuração de um tímpano, ou seja, a agressão é muito maior.

Idosos

Nos idosos, é mais comum ocorrer perda auditiva, não só devido ao acúmulo do barulho vivido ao longo da vida, mas diminuição da oxigenação das células. “Por isso é recomendado se fazer uma investigação a partir dos 50 anos”.

Sintomas

⇒ **Confira alguns males que podem surgir quando o indivíduo está exposto ao excesso de barulho**

- Perda da audição
- Zumbidos
- Percepção distorcida do som
- Problema relacionado ao equilíbrio
- Irritabilidade
- Dor de cabeça

Serviço

⇒ **Há duas maneiras de perder a audição por meio do excesso de barulho:**

Crônica

Se submeter constantemente a um barulho alto pode levar à perda lenta e progressiva da audição, dentro de um processo crônico. Essa situação pode estar associada às pessoas que costumam ouvir música alta ou aos trabalhadores que convivem com barulho intenso e não usam proteção auricular.

Súbita

O indivíduo também pode perder a audição de uma forma súbita. Isso ocorre quando a pessoa fica exposta a um som muito agudo e repentino, como a uma explosão ou um tiro de arma de fogo.

Foto: Arquivo Pessoal



“Gosto de escutar música com o fone de ouvido no volume máximo”. A declaração é do estudante Carlos Antonio Nascimento Oliveira, 17 anos, fã das batidas do funk

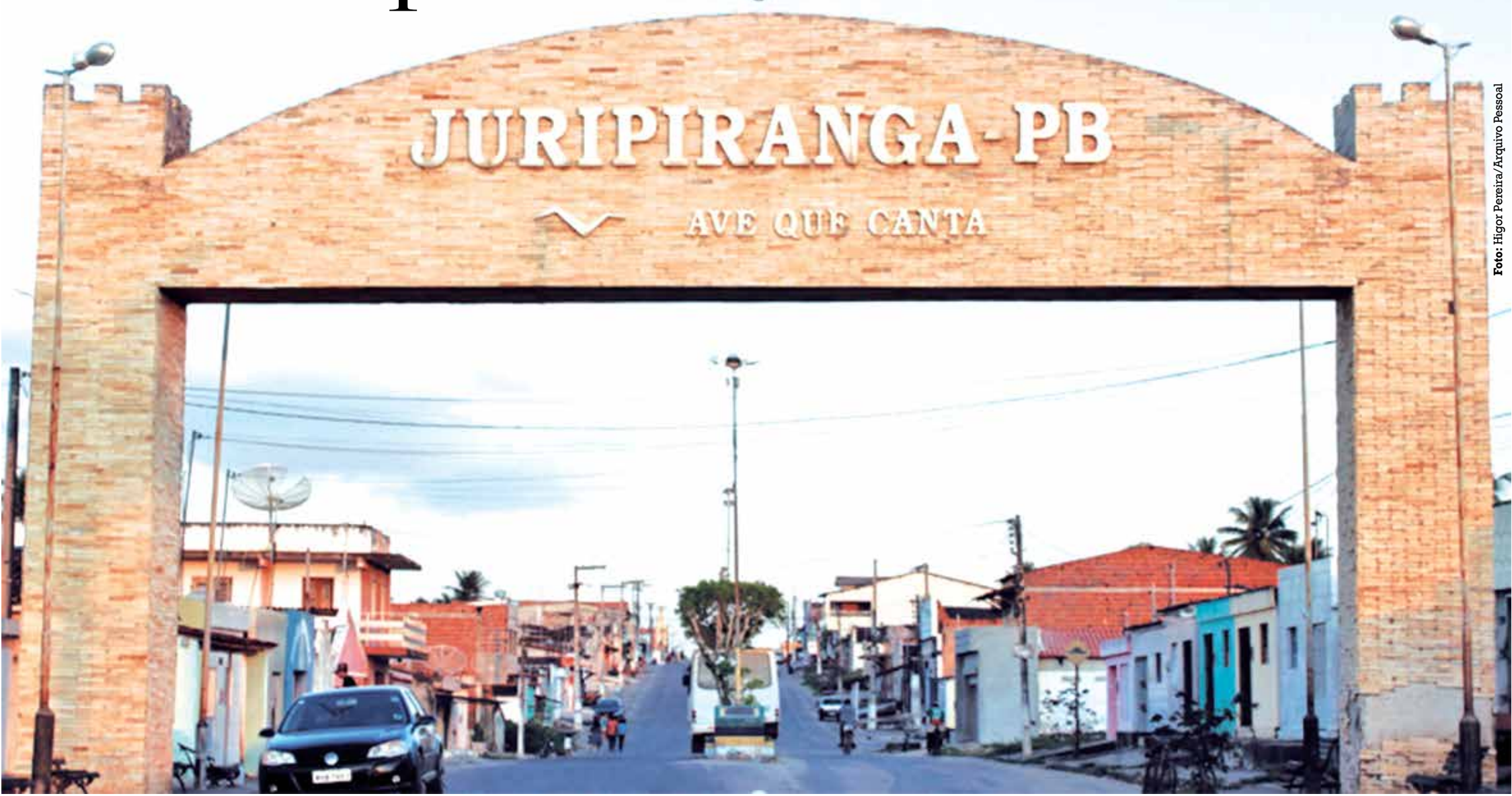


Foto: Higor Pereira/Arquivo Pessoal

ORIGEM TUPI

Juripiranga significa “ave que canta”

Na região, era muito comum um número elevado de passarinhos cantarolarem ao nascer e ao pôr do sol

Beatriz de Alcântara
alcantarabtriz@gmail.com

Juripiranga, do tupi “ave que canta”, está a 64 quilômetros de João Pessoa e a pouco mais de cem quilômetros de Recife. O município está localizado nas imediações da cidade de Pilar, a quem pertenceu por muito tempo. Foi emancipado em 22 de dezembro de 1961, há 60 anos. Sua história remonta ao período de criação da Capitania da Parahyba, ainda no século 16, sendo ocupada inicialmente pelos povos indígenas cariri-karapotó, em seguida pelos jesuítas até ser assumida pelos franciscanos e depois pelos capuchinhos italianos.

De acordo com Erik Brito, coordenador do Patrimônio Histórico de Campina Grande, após os capuchinhos assumirem a chamada Missão de Nossa Senhora do Pilar de Taipu, que havia surgido sob o nome de Missão de São Miguel de Iguna, a comunidade se desenvolveu de forma rápida, alcançando o título de Vila em 1758.

No final do século 18, quando a família Braz Tavares e a família Ferreira se estabelecem no local, o município passa a se chamar Serrinha de Baixo e Serrinha de Cima, respectivamente. Somente no século 20, surge a cidade de Pilar com quatro divisões em distritos: Pilar, Gurinhém, Canafístula e Serrinha, que viria a ser Juripiranga em 1943.

Desde o início, Juripiranga teve

como pilar da economia as atividades agrícolas e artesanais, começando com a cultura do algodão, depois se voltando para a produção de subsistência familiar e chegando até a produção açucareira, com as plantações de cana-de-açúcar. Segundo Brito, o melhor desenvolvimento do município em seu período de surgimento foi durante a primeira metade do século 20, quando passou a investir na agricultura.

Atualmente, o município desenvolve o plantio de milho, feijão, inhame, fava e mandioca, em relação à subsistência. Enquanto a produção de cana-de-açúcar segue sendo uma das principais fontes econômicas, bem marcantes na Zona da Mata Norte de Pernambuco, na qual Juripiranga faz divisa – o município de Itambé-PE e seu distrito de Ibiranga, por muito tempo, foi território que integrava a chamada Serrinha.

Das características da cidade, o clima que predomina na região é temperado, com o período de inverno de maio até setembro. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possuía 10.240 habitantes no censo demográfico de 2010. As principais festividades religiosas do município são a Festa de Nossa Senhora da Soledade e a Festa de São Sebastião. Além disso, a cidade comemora o dia de sua emancipação política, no dia 22 de dezembro.

Cine Paraíso oferece sessões ao ar livre

Informações disponibilizadas no site oficial do evento, o Cine Paraíso oferece, de forma gratuita, sessões ao ar livre e destinadas ao público infantojuvenil nas escolas da rede pública, debates, oficinas e demais iniciativas que fomentem a cultura. A estimativa de exibições em uma edição do evento é de cerca de 20 a 30 filmes de curta-metragem com produções na Paraíba e no Brasil.

O que motiva a manutenção e o fortalecimento do Cine Paraíso é a possibilidade de “poder continuar levando formação audiovisual para a comunidade, servir como janela para produções independentes de cinema e promover interação da cidade com produtores, realizadores audiovisuais através de debates, palestras e sessões gratuitas”, explicou Lima.

Esse ano, em sua quinta edição, o festival acontecerá de forma híbrida entre os dias 7 e 9 de abril, “sendo realizado presencialmen-

te, e também transmitido de forma on-line, para que os que desejarem assistir no conforto de suas casas possam também aproveitar a programação do evento”, justificou o coordenador do Cine Paraíso.

A realização do evento esse ano conta com o apoio da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), por meio do edital lançado para apoiar às Mostras e Festivais do Estado, junto à Secretaria de Estado da Cultura e a Lei Rouanet.

O produtor cultural ressalta que Juripiranga é uma cidade com grande potencial artístico, “como dança, quadrilhas juninas, grupos musicais de estilos variados que passam por pagode e forró estilizado, artesanos, cirandeiros, e a produção audiovisual que vem sendo impulsionada pelas ações do festival”, pontuou João Paulo.

Ele, que é natural de Goiana, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, explica que foi Juripiranga o lugar que o escolheu para viver,

crescer e é devido a isso que faz questão de continuar contribuindo como pode para esse lugar, “sempre na torcida que ela possa de alguma maneira contribuir para o bem da cidade e sua comunidade”, disse. Atualmente, João Paulo possui um estúdio fotográfico na cidade e também trabalha como servidor municipal da Educação de Juripiranga.

Na literatura, a cidade tem poucos trabalhos literários, mas alguns nomes se sobressaem como Ascendino da Costa Leite e Antônio Faustino. Esse último, foi um poeta natural de Sapé, mas que viveu basicamente toda a vida em Juripiranga, atuando no Departamento de Cultura da cidade e também em Pedras de Fogo. Faustino foi cordelista e repentista, autor do folheto “Nas portas dos cabarés”, que veio a ser gravado por Alceu Valença em 1982 sob o nome de “Oropa, França e Bahia”.

Foto: João Paulo Lima/Arquivo Pessoal



Apesar de soar discreta em alguns aspectos, a cidade de Juripiranga sustenta uma relação muito forte com a cultura, principalmente com o cinema. Na década de 1960, o município possuía uma fama de “Paraíso dos Homens”



Desde o início, Juripiranga teve como pilar da economia atividades agrícolas, começando com a cultura do algodão



Foto: Acervo/Ascom-Juripiranga

Cecília Meireles, profissão: repórter

Celebrando os 120 anos de nascimento da principal representante da 2ª geração do modernismo brasileiro, é lançada série de nove ensaios-reportagens produzidos entre 1939 e 1940

Joel Cavaleanti
cavaleanti.joel@gmail.com

“**T**em-se dito que o Brasil é um deserto de homens e de ideias... Talvez não seja um deserto de mulheres. E enquanto houver mulheres capazes de lutar sozinhas, e mulheres capazes de prestar colaboração tão eficiente, há esperança de que as lutas sejam ganhas, e os trabalhos cheguem ao fim, com o maior êxito”. Talvez a prosa não seja dessa forma facilmente reconhecida. Talvez a atualidade do tema do mercado de trabalho para as mulheres não ajude a referenciar a sua autoria. Mas as aspas que abrem esse texto têm a assinatura da escritora, professora e jornalista Cecília Meireles, em texto publicado em julho de 1939.

Como forma de celebrar os 120 anos da principal representante da segunda geração do modernismo brasileiro, comemorados no último mês de novembro, a editora Global lança *Um país no horizonte de Cecília*, antologia com nove ensaios-reportagens produzidas entre 1939 e 1940 para a revista *O Observador Econômico e Financeiro*. Com sensibilidade e primor textual, a repórter Cecília analisa de forma pessoal e em profundidade temas como os desafios educacionais brasileiros – com espe-

cial atenção para as condições de trabalho dos professores e o sistema de ensino de jovens e crianças –, os entraves na sociedade que se impunham às mulheres e até sobre a importância da moda na vida das pessoas.

“Ela desenha finos retratos da posição das mulheres na sociedade brasileira da época e as barreiras que elas tinham pela frente para serem igualmente reconhecidas dentro mercado de trabalho, também impressionam por fazerem vir à tona preocupações e desafios que ainda testemunhamos entre nós”, destaca Gustavo Henrique Tuna, doutor em His-

tória Social pela USP e Gerente Editorial da Global. Foi ele quem garimpou os textos nos arquivos da Biblioteca Nacional e que estavam até então inéditos em livro. Segundo o historiador, essa foi a única vez que Cecília concebeu reportagens com este teor e com esta extensão.

Duas características principais aproximam os interesses da poeta com a repórter: o apreço que ela devota à história, que já se conhecia em obras como *Romanceiro da Inconfidência* (1953), e sua preocupação com a humanidade. “Em que pese o fato de estar lidando muitas vezes com

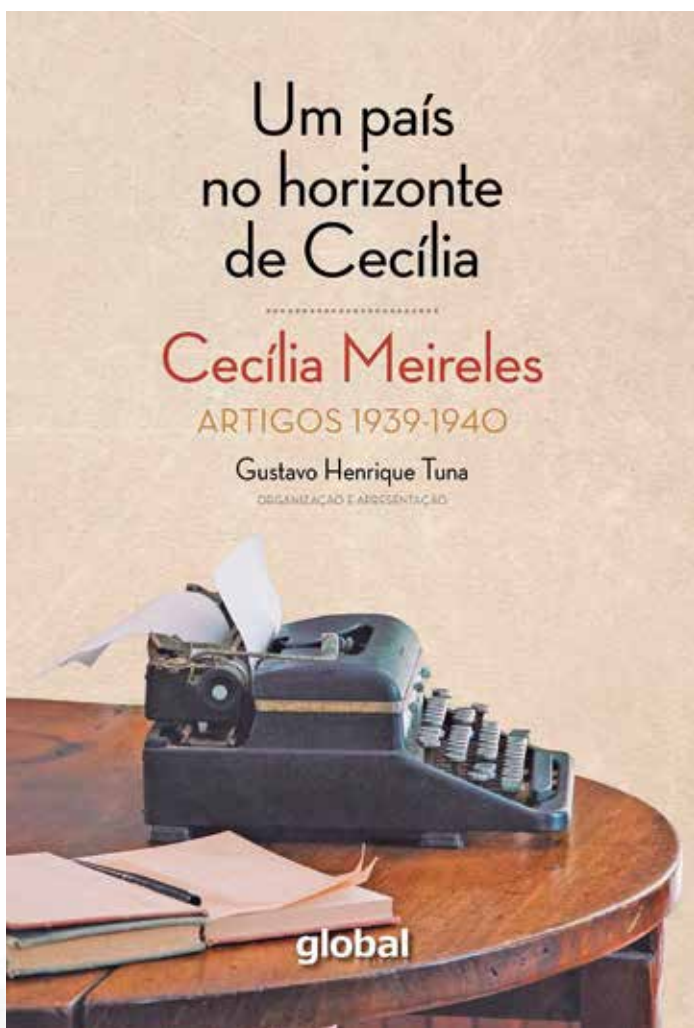
números, ela mantém suas atenções sobre as alegrias e aflições das pessoas. Seja expondo os desafios do cotidiano dos professores, seja abordando as particularidades do mercado de trabalho para as mulheres no Brasil, Cecília joga luz sobre a vivência dos seres humanos ali em tela, sobre suas angústias e expectativas”, compara o especialista, que ressalta o rigor que a escritora demonstra na apuração das informações, entrevistando um número expressivo de pessoas. E foi realizando as entrevistas para esses ensaios que Cecília Meireles conheceu seu segundo marido, o engenheiro agrônomo e diretor da Escola Nacional de Agronomia Heitor Grillo.

Passadas mais de oito décadas da publicação, as análises jornalísticas da escritora vinham passando despercebidas do interesse dos pesquisadores, e uma das hipóteses é que a poesia de Cecília acabava por fazer sombra em suas outras produções literárias, que ainda precisam ser descobertas. “Vejo inclusive que ainda hoje a produção dela no campo da crônica, que é vasta e se encontra parcialmente publicada, permanece pouco conhecida e valorizada, ainda que seja de uma qualidade suprema, assim como seus versos”, atenta Gustavo Henrique Tuna.

Seja debatendo sobre a vida do professor no contexto e reformas educacionais projetadas no Brasil nos anos 1920 e 1930 em *Economia do Magistério*, seja articulando ideias sobre as privações que os artistas enfrentavam no país em *Economia do Intelectual*, ou ainda quando cria um retrato da posição das mulheres na sociedade brasileira da época em *Trabalho feminino no Brasil* e *Cenas do trabalho feminino*; Cecília Meireles se mostra atual e necessária. “É admirável percebermos que a maior parte das reflexões por ela tecidas nestes ensaios prosseguem de pé”, atesta ele.

São nos textos mais analíticos já produzidos pela escritora que fica latente a fonte de um de seus maiores fascínios e entusiasmos: a história do Brasil. “Cecília faz questão de situar historicamente o tema escolhido por ela em quase todos os nove ensaios, muitas vezes recuando bastante no tempo para compreender como determinadas conjunturas políticas, econômicas e sociais se formaram. Por se enquadrarem no campo da não ficção, esta paixão pode ser sentida de forma mais evidente”, considera o organizador de *Um país no horizonte de Cecília*.

Imagem: Global/Divulgação



Na antologia, Cecília (abaixo, ao microfone) cria reflexões como um retrato da posição das mulheres na sociedade brasileira da época em textos como ‘Trabalho feminino no Brasil’

Transcorridos mais de 80 anos da publicação, as análises jornalísticas da escritora estavam passando despercebidas por pesquisadores



Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | colaborador

Huizinga e a guerra

Muitas pessoas estão chocadas com a guerra na Ucrânia. Não é pra menos. A guerra é uma das criações humanas mais detestáveis. Fonte inesgotável de sofrimento. O que alguns ainda não perceberam é que a guerra é menos exceção do que uma regra. Nas sociedades mais antigas e primitivas, as mais complexas e contemporâneas, ela está presente.

O historiador holandês Johan Huizinga notou uma qualidade lúdica no combate. Toda luta que esteja limitada por regras tem os elementos formais do jogo. Basta observar que crianças e animais, como os cachorros, lutam de brincadeira. O fato de existirem regras que orientam o embate não significa que sangue não possa ser derramado ou que a morte não possa acontecer.

Oagon (“a luta”) teria uma função lúdica. A guerra, porém, pode ser entendida como uma espécie de “subproduto do agôn”. A questão é que existem diferentes maneiras de se fazer contendas e que algumas delas não possuem um caráter agonístico. Huizinga diz que ações como as emboscadas, a pilhagem e o ataque surpresa são de outra categoria. Esses não podem ser classificados como “formas agonísticas de guerra”.

Para Huizinga, é preciso considerar que os objetivos políticos e econômicos que estão ligados a uma determinada guerra se situam fora do âmbito próprio da competição. Dessa forma, diz o historiador, o elemento agonístico passa a atuar quando as nações ou grupos em guerra se veem como competidores que lutam por causas opostas e justas.

Numa guerra, os contendores acreditam agir a partir de interesses legítimos. Essa crença costuma ser acionada como meio de mobilização social. Segundo Huzinga, “mesmo quando uma guerra é provocada pura e simplesmente pela fome — fenômeno relativamente raro — os agressores interpretam-na, talvez com plena sinceridade, como uma guerra santa, uma guerra de honra, de recompensa divina e sei lá que mais. A história e a sociologia têm tendência a exagerar o papel desempenhado pelos interesses materiais imediatos e a ânsia do poder na origem das guerras, sejam antigas ou modernas.”

Huizinga argumenta que forças imateriais são tão e, às vezes, até mais poderosas que as forças econômicas e políticas. O prestígio e a possibilidade de atingir a glória são bastante seduto-

res para os seres humanos. Em guerras primitivas é mais patente o elemento lúdico e até mais agradável: “Estamos tratando daquela mesma esfera de pensamento primitivo em que o acaso, o destino, o julgamento, a competição e o jogo são considerados divinos.” Nessas sociedades a guerra teria a finalidade de uma prova sagrada da vitória ou da derrota.

Por isso, diz Huizinga: “Em vez de dar provas de força numa competição, de jogar dados, de consultar um oráculo, ou de entrar numa feroz disputa de palavras (métodos que também servem para invocar a decisão divina), pode-se igualmente recorrer à guerra.” E mais: “aquilo que chamamos ‘direito’ pode igualmente, em termos de pensamento primitivo, ser chamado ‘poder’ — no sentido de ‘vontade dos deuses’ ou de ‘superioridade evidente’. Podemos concluir que para as sociedades primitivas “...um conflito armado é um modo de justiça, a igual título que a consulta de um oráculo ou um julgamento em tribunal. E por último, dado que a toda decisão está ligada uma significação sagrada, a própria guerra pode ser considerada uma forma de consulta aos oráculos.”

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
klebmaux@gmail.com | colaborador

Utopia e bem-estar social

Thomas Morus (1478-1535) foi filósofo, diplomata, escritor e advogado inglês. Seu livro *Utopia* foi publicado em 1516, descreve uma ilha imaginária que idealiza um Estado e uma “sociedade ideal” que prioriza uma convivência harmoniosa, e suas leis são justas e preservam instituições político-econômicas que mantêm o bem-estar de todos. O conceito de “Utopia” foi criado a partir do idioma grego e adquiriu o significado “em nenhum lugar” (*utopos*).

O “socialismo utópico” foi contra os abusos do poder do liberalismo e das perversidades geradas contra os trabalhadores pelo sistema econômico após a Revolução Industrial de 1820 a 1840. Alguns pensadores que fundamentaram esse humanismo são estes: o filósofo e economista francês Saint-Simon (1760-1825), uma de suas teses afirma que “as empresas capitalistas poderiam existir desde que assumissem várias responsabilidades sociais para com a classe trabalhadora”; o reformista galês Robert Owen (1771-1858) disse: “Deve-se criar cooperativas que recuse o individualismo e o egoísmo das empresas capitalistas”. Owen construiu uma fábrica em New Lanark, onde reduziu a jornada de trabalho, aumentou os salários e mandou construir casas para as famílias operárias; o comerciante francês Charles Fourier (1772-1837) apresentou esta ideia: “As relações econômicas deveriam se organizar em instituições fundadas por princípios de associação e cooperativismo”; o filósofo e economista francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) fundamentou a tese de que “A igualdade e a liberdade são sinônimos de solidariedade, pois o homem mais livre é aquele que encontra no outro uma relação de semelhantes”; o espanhol Louis Blanc (1811-1882) apresentou esta tese: “Deve-se criar associações profissionais de trabalhadores de um mesmo ramo de produção, também as Oficinas Nacionais – financiadas pelo Estado – e o lucro seria dividido entre o Estado e seus associados, para fins assistenciais”.

Os socialistas expandiram os princípios da Revolução Francesa para criar uma sociedade mais



Foto: Krueger/Reprodução

Segundo Ernst Bloch: “Se existir é uma contínua transformação, também é a realidade na qual se dá a existência”

racional. Apesar de seus objetivos e valores apresentaram uma estrutura rígida para o método científico e a criação de uma sociedade a partir do entendimento científico. Eles acreditaram que a implantação do “sistema socialista” ou “humanismo” deve ocorrer de forma lenta e gradual e está estruturada no pacifismo, também na boa vontade e no bem-estar social.

Contrário aos ideais dos “socialistas utópicos” tem-se o filósofo, economista, historiador, sociólogo alemão Karl Marx (1818-1883), que apresentou a tese de que a igualdade deve ser conquistada – pelos trabalhadores – por meio da luta de classes, e não pelos ideais dos utópicos. Os marxistas se autodenominavam “socialistas científicos”, e o marxismo como um método de análise socioeconômica através das relações de classes e do conflito social, que utiliza uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e dialética de transformação social, e aplica-se à crítica ao desenvolvimento do capitalismo.

O filósofo alemão Ernst Bloch (1885-1977) e sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947) apresentaram novas teses para *Utopia*,

entre elas foi o conceito de esperança, que é fundamental para uma reflexão da realidade como “status futuro”. Diante disso, Bloch afirma que utopia faz parte da estrutura histórica do homem. No seu livro *O Princípio da Esperança* (1954), escreveu: “A utopia possui uma base real com funções abertas à reestruturação da sociedade, visando à sociedade. Assim, a utopia se torna viável à medida que possui o explícito desejo de ser realizada coletivamente”. E reafirma: “Engajar-se no pensamento do que é justo é uma determinação que precisa persistir”. E confirma: “Chegou a hora de um novo conceito de realidade. (...) Um obscuro conceito – de realidade – penetrou até no marxismo, fazendo com que ele se tornasse esquemático”. Nesse contexto, sabe-se que todo presente armazena uma memória construída de passado. Não se descobriu que, em todo presente que é lembrado, há um impulso e uma interrupção, uma germinação e uma antecipação do que ainda não veio a ser.

Segundo Bloch: “Se existir é uma contínua transformação, também é a realidade na qual se dá a existência. Uma vez que processo e movimento é um fluxo ininterrupto em um transformar-se contínuo da realidade, isso é uma mediação entre o presente, o passado pendente e o futuro possível”. Diante disso, a esperança fundamenta-se em uma utopia e cria a possibilidade de vivenciar o futuro. Isso acontece através da carência e da vontade. A aventura utópica inicia em um desejo que não se pretenda retornar, é um sentimento igual ao que escreveu o poeta Mário Quintana (1906-1994): “A velha casa em que se nasceu nunca é por completo abandonada”.

Sinta-se convidado à audição do 361º Domingo Sinfônico, deste dia 20, das 22h às 0h. Em João Pessoa-PB sintoniza FM 105,5 ou acesse através do aplicativo radiotabajara.pb.gov.br. Vamos conhecer o pianista e regente austríaco Heribert Ritter von Karajan (1908-1989) e suas contribuições para a paz mundial.

Kubitschek Pinheiro

kubipinheiro@yahoo.com.br

Eterna podridão

Em dias de convívio nas redes sociais, vejo uma postagem do escritor Chico Viana, a capa de seu livro *O Evangelho da Podridão - culpa e melancolia em Augusto dos Anjos*, um resumo da sua tese de doutorado. Parece um tratado entre ele e Augusto.

Fiquei curioso. Mandeí uma mensagem pelo *direct* do Instagram.

No outro dia (ele mora pertinho da minha casa), fui buscar um exemplar com direito a dedicatória. O jornalista Walter Galvão, certa vez, comentou comigo que a gente não deve oferecer livros, que isso é tarefa do autor.

Às exposições em versos e as amarguras dos poemas de Augusto, do ouviu dizer ou leu e muitas vezes não entendeu, essa nossa invulgar capacidade de buscar saber e significados, estão bem presentes no livro de Viana.

O Evangelho da Podridão, cujo título o autor foi buscar no poema *Monólogo de uma Sombra* (“A podridão me serve de Evangelho...”) traz uma fotografia da dor do poeta e um eco inovador, performático, desde quando Augusto era Augusto, a dizer suas verdades, por vezes como que invisíveis na visibilidade, observada de escolhas nem sempre benditas.

Não estou a lembrar de *As Flores do Mal*, de Baudelaire (1857) – de jeito nenhum. Augusto tinha seus anjos e bombas, dos tempos das incertezas. O livro *Eu* (1912) é desenhado de modo clássico no avançado, luminoso e contrastado, o que ninguém conseguiu fazer antes nem depois.

A capa do livro de Chico Viana, um desenho de Flávio Tavares, é o retrato do medo, não da arte, mas está dado o recado do autor no percurso divino e na frente do aparelho mental.

Escrever sobre a obra de Augusto, cujo enleio no mundo, na companhia de signos, não é tarefa fácil. Viana é o condutor emérito que logo nos liga às urgências expressivas da obra de Augusto, em poses e referências cosmopolitas, que se desdobram em atitudes do não fingir o escarro cuspidado na cara; os versos mais impressionantes e grandes deslumbramentos esticados e submissos, perante a luz da poesia do autor do *Eu*.

Chico Viana nos leva para longe, para a impossível mobilidade da criação do texto, dissecando poemas tão melancólicos, tão grises, cuja extensão no espaço e no tempo, parecem ter sido escritos nos anos em que viveu Dante, que neste 2022, celebraremos seus 700 anos.

A face dos heréticos está em todo livro, espalhada pelo chão do texto, da agonia derramada sobre nós, o resultado de um trabalho transformado em livro, muito embora acadêmico, mas a leitura vai surgindo em prazeres romanescos.

O nada de uma representação sobre o tudo, por isso, desde Homero até a eternidade, quando Chico Viana cita o autor de *Ilíada* e *Odisseia* e nos atinge sobre a sexualidade, os sentimentos de culpa, o desejo e a morte.

Os papéis das personagens de Augusto, enganadores do acaso no devaneio sobre o bem e o mal de viver na melancolia, sabendo que não tem outra fonte.

A obra de Chico Viana é conceptual, mordaz, vai além da podridão, do ensaio da cegueira de Saramago e tantos achados na sua visão de um mundo construído em cenas reveladoras, de uma ideia, quando somos invisíveis e de súbitos, redescobertos pelo olhar de Augusto, entre o desejo e a percepção da obra de outro paraibano, Chico Viana.

Kapetadas

- 1 - A guerra continua a ser o maior fracasso da humanidade;
- 2 - Troquei gasolina por álcool: Deixei meu carro na garagem e gastei o dinheiro da gasolina no bar;
- 3 - Som na caixa: “No peito dos sem peito uma seta / E a cigana analfabeta / Lendo a mão de Paulo Freire”, de Chico César.



Foto: Divulgação/Chico Viana

Professor Chico Viana e sua obra, ‘O Evangelho da Podridão’

Colunista colaborador

Alex Santos

Cineasta e professor da UFPB | colaborador

Sobre a criação de “uma fábrica do audiovisual”

Bem posta é a afirmação de um dos dirigentes da Funjope, de que a criação do novo polo de audiovisual, a ser construído nas ruínas da antiga fábrica Matarazzo, no Varadouro, dará um impulso novo e contribuirá para o fortalecimento do setor. Ainda bem que, nas circunstâncias atuais, ele frisou “audiovisual”, por que polo de cinema seria uma outra coisa muito diferente...

Segundo o que foi asseverado em reportagem, aqui mesmo em **A União**, o tal “projeto vai dar abertura ao diálogo entre as entidades culturais e os profissionais do segmento audiovisual”. Sentença essa bastante considerável, que, de imediato, foi debatida em recente encontro na Academia Paraibana de Cinema, que tem um entendimento pactuado por alguns experts no assunto, de que não apenas enxerga, mas ver o cinema sob um outro parâmetro de discussão e de realização. E deixa um lembrete: Que a nova “fábrica do audiovisual” se preocupe, sobretudo, com os nossos acervos cinematográficos e videográficos já existentes. Lembrando aquela relação arquitetural sua com a do Museu da Cinemateca Brasileira de São Paulo.

E como membro da APC, vejo uma diferença bastante clara do que seja cinema e audiovisual. E tenho escrito bastante sobre a ilusão de muitos videomakers, que é a de fazer um trabalho audiovisualizado, chamando-o de “cinematográfico”. E, embora deixando um pouco de lado o princípio “cinético” (imagem em movimento) da Física, diria que o segmento cinematográfico implica em coisa muito mais séria, social e economicamente, que é o de mercado.

Não é de hoje o entendimento, diria até doutrinário, de que, verdadeiramente, a cinematografia é uma atividade profissional. E como tal, o cinema



Cinematheca Brasileira de SP: semelhança arquitetônica notória com prédios da Matarazo

implicaria numa formulação tripartite: produção-distribuição-exibição. Formação natural de indústria & mercado cinematográficos. E pelo que até hoje vimos e entendemos, tal realidade jamais se firmou no Brasil. Mesmo nos velhos tempos da Vera Cruz (São Paulo), da Atlântida e Cinédia no Rio de Janeiro, empresas que tiveram efêmera culminância no final dos anos 1940, até meados de 1960, à lá Hollywood, entre outras tentativas malogradas. Mesmo na boa fase do Cinema Novo. E com a chegada no país da televisão, quase tudo naufragou de vez...

Lembro também, por residir em Brasília durante o governo Collor, da criação de um tão badalado Parque Industrial de Cinema da Capital Federal. Anos depois, soube que o tal parque nunca fora concluído, ficando só no papel e em algumas esqueléticas armações de obras físicas. Moral da questão, cinema mesmo deve ser financiado-negociado pela iniciativa privada, sobretudo. Essa história de editais de fomento ao cinema, desculpem a franqueza, não condiz com o papel da verdadeira Sétima Arte.

Verdade ainda é que, em termos de produção, o segmento documental, ou até mesmo o ficcional, naturalmente foi alterado com o tempo, pelas facilidades de uso das modernas tecnologias de edição (não confundir com montagens de filmes). O documentário estaria sendo rejeitado aos poucos e trocado por algumas narrativas audiovideográficas ficcionais mais complexas, sobre vidas e fatos, diante da lepidéz dos “recursos de continuidade”. Agitação essa que vimos constatando, inclusive na grande maioria dos inscritos em certames (muitos deles rotulados de “festivais de cinema”), mas são na verdade eventos sobre audiovisuais. Mesmo assim, de notória acuidade ao aprendizado de uso na construção das imagens em movimento.

Mas essa é uma “tendência” (sic) que nos tem levado ao *streaming fact*, na razão direta das possibilidades tecnológicas e das variadas mídias que dispomos. Quando, ao simples toque de uma tecla digital, somos remetidos ao mundo virtual da internet; não mais à essência da arte-do-filme... – Mais “Coisas de Cinema”, acesse nosso blog: www.alex santos.com.br.



Semana de Acolhimento dos Estudantes

O Centro Acadêmico Zezita de Matos, que leva o nome da presidente da Academia Paraibana de Cinema, e que tem a parceria da APC há mais de 10 anos, estará realizando, na UFPB, a Semana de Acolhimento dos Estudantes do Curso de Cinema, de 21 a 25 deste mês. Isso ocorrerá na primeira semana de aulas presenciais da universidade.

A reunião que definiu a semana de acolhimento aconteceu recentemente, com participação dos integrantes da APC, João de Lima, Fernando Trevas e Matheus Andrade, além do corpo docente do curso.

Em cartaz

ESTREIA

BELFAST (Reino Unido. Dir: Kenneth Branagh. Drama. 14 anos). Uma família protestante da Irlanda do Norte da classe trabalhadora da perspectiva de seu filho de 9 anos durante os tumultuosos anos de 1960. Sete indicações ao Oscar. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 - VIP (leg.): 16h50 - 21h40.

OS CARAS MALVADOS (The Bad Guys) Reino Unido. Dir: Pierre Perifel. Animação. Livre). Baseado nos quadrinhos de Aaron Blabey, um grupo de animais ladrões e suas travessuras: Sr. Lobo, Srta. Tarântula, Sr. Tubarão, Sr. Piranha e Sr. Cobra. CENTERPLEX MAG 4 (dub.): 15h - 17h15; CINÉPOLIS MANAÍRA 2 (dub.): 15h15 - 17h30 - 20h; CINÉPOLIS MANAÍRA 3 (dub.): 15h15 - 17h30 - 20h; CINÉPOLIS MANAÍRA 8 (dub.): 13h30 - 15h45 - 18h; CINÉPOLIS MANGABEIRA 2 (dub., sessões exceto na seg.): 14h15 - 16h45 - 19h20; CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub., sessões exceto na seg. e ter.): 15h15 - 17h45 - 20h15; CINE SERCLA TAMBIA 5 (dub.): 15h30 - 17h30 (3D) - 19h30; CINE SERCLA PARTAGE 2 (dub.): 15h30 - 17h30 (3D) - 19h30.

VALE NIGHT (Brasil. Dir: Luis Pinheiro. Comédia. 16 anos). Um grupo de amigos da periferia do Brasil vivencia o amor e os desencontros da juventude. CINE SERCLA PARTAGE 5: 19h10 - 21h.

CONTINUAÇÃO

AGENTE DAS SOMBRAS (Blacklight. EUA. Dir: Mark Williams. Ação. 14 anos). Travis Block (Liam Neeson) vive e luta nas sombras. Um “consertador” autônomo do governo, Block é um homem perigoso cujas atribuições incluíam extrair agentes de situações ocultas. Quando Block descobre que um programa sombrio chamado Operação Unidade está abtendo

cidadãos comuns por razões conhecidas apenas pelo seu supervisor, o chefe do FBI, Robinson (Aidan Quinn), ele pede a ajuda de uma jornalista (Raver-Lampman), mas seu passado e presente colidem quando seu filha e neta são ameaçadas. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 - VIP (leg.): 14h30 - 19h15; CINÉPOLIS MANGABEIRA 2 (dub.): 21h45 (exceto seg.); CINE SERCLA TAMBIA 1 (dub.): 18h20; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 18h20.

BATMAN (The Batman. EUA. Dir: Matt Reeves. Aventura. 14 anos). Dois anos vigiando as ruas como o Batman (Robert Pattinson), causando medo nos corações dos criminosos, acabou levando Bruce Wayne às sombras da cidade de Gotham. Com apenas alguns aliados de confiança — Alfred Pennyworth (Andy Serkis) e o Tenente James Gordon (Jeffrey Wright) — entre a rede corrupta de oficiais e figuras importantes da cidade, o solitário vigilante se estabeleceu como a personificação da vingança entre os cidadãos de Gotham. Quando um assassino tem como alvo a elite de Gotham, apresentando uma série de maquinações sádicas, uma trilha de pistas enigmáticas coloca o Maior Detetive do Mundo em uma investigação sobre o submundo, onde ele encontra personagens como Selina Kyle, também conhecida como Mulher-Gato (Zoë Kravitz), Oswald Cobblepot, o Pinguim (Colin Farrell) e Edward Nashton, também conhecido como Charada (Paul Dano). Conforme as evidências começam a chegar mais perto de casa e a escala dos planos do perpetrador se torna clara, Batman deve forjar novos relacionamentos, desmascarar o culpado e fazer justiça ao abuso de poder e à corrupção que há muito tempo assola Gotham. CENTERPLEX MAG 3: 17h (dub.) - 20h30 (leg.); CENTERPLEX MAG 4: 19h30 (dub.); CINÉPOLIS MANAÍRA 3 (dub.): 21h30; CINÉPOLIS MANAÍRA 4 (leg.): 15h - 18h30 - 22h; CINÉPOLIS MANAÍRA 6 (dub.): 13h45 - 17h15 - 20h45; CINÉPOLIS MANAÍRA 7 (leg.): 14h15 - 17h45

- 21h15; CINÉPOLIS MANAÍRA 10 - VIP (leg.): 14h45 - 18h15 - 21h45; CINÉPOLIS MANGABEIRA 1 (dub.): 15h - 18h30 - 22h; CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: 14h (dub.) - 18h (dub.) - 21h30 (leg.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 5 (dub.): 14h - 17h30 - 21h; CINE SERCLA TAMBIA 1 (dub.): 14h45; CINE SERCLA TAMBIA 2 (dub.): 16h40 - 20h; CINE SERCLA TAMBIA 3 (dub.): 19h; CINE SERCLA PARTAGE 1 (dub.): 16h40 - 20h; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 19h; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 14h45.

CORAÇÃO DE FOGO (Fireheart. EUA. Dir: Laurent Zeitoun, Theodore Ty. Animação. Livre). Desde criança Geórgia só tinha um sonho: se tornar bombeira, como o seu pai. Infelizmente, no ano de 1932 em Nova York, as mulheres não podiam atuar nessa profissão. Quando os bombeiros da cidade desapareceram misteriosamente, ela vê sua grande chance. CINÉPOLIS MANAÍRA 4 (dub.): 13h (somente sáb. e dom.).

O RITUAL: PRESENÇA MALIGNA (The Banning. Reino Unido. Dir: Christopher Smith. Terror. 14 anos). Na Inglaterra da década de 1930, um reverendo se muda com a esposa e a filha para uma mansão misteriosa. Aos poucos, eles começam a presenciar eventos bizaros, apenas para descobrir que a propriedade se trata da casa mais mal-assombrada de todo o Reino Unido. CINE SERCLA TAMBIA 1 (dub.): 20h30; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 20h30.

UNCHARTED: FORA DO MAPA (Uncharted: Drake's Fortune. EUA. Dir: Ruben Fleischer. Aventura. 12 anos). Baseado em uma das séries de videogame, mostra a primeira aventura de caça ao tesouro do jovem Nathan Drake (Tom Holland) com seu parceiro Victor “Sully” Sullivan (Mark Wahlberg). CINÉPOLIS MANAÍRA 8 (dub.): 20h30; CINE SERCLA TAMBIA 3 (dub.): 14h40 - 16h50; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 14h40 - 16h50.

Letra Lúdica

Hildeberto
Barbosa Filho

hildebertopoesia@gmail.com

Tempo e leitura

Penso que o diário pode ser, sim, uma espécie de forma literária. Não somente se vem vazado em estilo poético, dentro do rigor artístico da linguagem e com evidentes marcas de literariedade. Quero crer que também existe algo de ficcional na sua escrita fragmentada, atenta ao passar dos dias e quase sempre entregue ao gosto da expansão confessional, aos predicados da observação, à capacidade reflexiva diante dos fatos, das pessoas, das ideias, dos conceitos, enfim, de tudo que possa atrair o olhar e o pensamento de quem o escreve. Diário é literatura, sim. Como as memórias, as confissões, as cartas e a autobiografia.

José Rodrigues de Paiva, professor aposentado da UFPE, português de origem e pernambucano por adoção, me faz meditar, a partir de *As palavras e os dias: A memória do caminho I* (Recife: Edições Dédalo, 2021), sobre os limites, os desvios, as finalidades e o sentido dessa escrita íntima, de sólida tradição na literatura francesa, com intensas ressonâncias nas letras de Portugal e do Brasil.

Aqui, tanto quanto em *As palavras e os dias: Vergílio Ferreira* (2006), comparece a figura do professor, do ensaísta e do leitor na sequência contínua dos registros, o que me permite ver o esforço disciplinado de um estudioso inteiramente dedicado às múltiplas tarefas de seu ofício. Seja na organização de um seminário, na elaboração de um texto para um congresso qualquer, na redação de um prefácio para uma obra literária; seja no comentário crítico acerca de algum livro, na anotação de algo a escrever ou mesmo na evocação de experiências pessoais e subjetivas, o autor vai compondo o testemunho diário a respeito dos acontecimentos de sua vida.

A família, as viagens, a universidade, os encontros, os natais e anos novos, assim como outras efemérides, preenchem os roteiros dessa aventura cotidiana, tanto a envolver o homem, na sua disposição psicológica diante dos ritos rotineiros da existência, quanto a figura do escritor, ficcionista, ensaísta e poeta, diante dos sortilégios da palavra literária. A propósito deste último aspecto, esclarece o autor, logo na anotação inicial, do dia 2 de janeiro de 2007: “(...) Felizmente passaram... o Natal e o ano velho. Sobrevivi à passagem, ao cinza intenso da melancolia, não muito estoicamente, como desejava, mas sobrevivi. Agora tento começar o ano novo, buscando repetir ou recuperar um vício antigo: o destas notas diarísticas, que talvez sejam a manifestação do oculto e inconfessado desejo de procurar inutilmente o tempo que a todos foge”.

Certamente. O diário, como as memórias e outros gêneros afins, trai, sem dúvida, um curioso compromisso com o tempo. Compromisso que parece se cristalizar na ambivalência intrínseca da própria escrita, naquilo que ela prefigura de instantâneo ou de duradouro, de banal ou de relevante, de factual ou de imaginário.

Aqui e ali, o professor José Rodrigues de Paiva, no quadro cronológico de 2007 a 2013, retoma os elementos ideativos desta reflexão filosófica como que a determinar a força do tempo, o físico e o metafísico, o da factualidade e o da duração, inscrevendo-se, por dentro, do discurso diarístico, enquanto voz substancial e perene. Perplexo face aos seus 62 anos, escreve, em 19 de novembro de 2007: “(...) Olho para trás e tudo o que vejo ou lembro parece ter acontecido ontem, anteontem, há uma semana, um mês, um ano e não há 10, ou 15, ou 20... A vertigem do tempo e o nada que somos nele. A vida que se vai concluindo (até quando?) e tão sem grandeza, tão sem realizações que realmente a justifiquem, tão sempre a mesma coisa, o ramerrão...”.

Seduz-me, em especial, as recorrentes notas de leitura, sobretudo as notas de “leituras de intervalo”, com seu poder de sugestão, sua pertinência pedagógica, sua força crítica, descortinando, assim, a personalidade de um leitor que, sem negar o peso de sua formação acadêmica, não se deixa, contudo, dominar pelo canto de sereia das teorias. Ao contrário: o leitor, aqui, assume, sem titubeios, suas preferências, seus gostos, suas afinidades, sem o desconforto das assertivas metodológicas e dos marcos teóricos que alicercem a opinião emitida. Só para dar um exemplo, recorro ao registro de 2 de novembro de 2009: “Terminei hoje a leitura de *Caim*, de Saramago, livro desencadeador de grande polêmica e de muitas fúrias contra o autor. Livro frustrante sob todos os aspectos, particularmente no que diz respeito à literatura. Absolutamente dispensável à obra do escritor”.

Só por momentos como este e por tantos outros que corporificam este diário, discordo do autor, quando, em nota introdutória, considera-o “Desnecessário, porque a ninguém aproveitará a sua leitura, a não ser a mim próprio”. Não. De maneira alguma. O gênero íntimo não se faz por exclusão. Balela esta história de que se escreve diário para si mesmo! Intimidade não quer dizer isolamento. Através do diário não só se conhece a pessoa que o escreve. Um mundo muito mais vasto se dá a conhecer, dando-se a conhecer, naturalmente, pelo filtro singular de um leitor especial. Sei que José Rodrigues de Paiva é um desses leitores.

Colunista colaborador

TEATRO

‘Matriz’ apresenta espetáculo infantil

Hoje, em João Pessoa, Companhia Oxente encenará peça baseada em cantigas de roda e brinquedos populares

Guilherme Cabral
guilhermecabral@epc.pb.gov.br

O espetáculo infantil *Girandei*, montagem da Cia. Oxente de Atividades Culturais, será a atração de hoje da 5ª Mostra Matriz de Artes Cênicas da Fundação Espaço Cultural da Paraíba em comemoração ao ‘Mês da Mulher’, que é desenvolvida por meio de parceria com a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado. O público poderá assistir gratuitamente a peça, cuja direção é de Everaldo Vasconcelos e o texto assinado por Tainá Macedo, a partir das 17h, na Sala Roberto Cartaxo da Funes, localizada na cidade de João Pessoa.

“A nossa expectativa é muito grande, porque esse é um momento em que estamos voltando às atividades presenciais, apesar da pandemia da Covid-19, depois de dois anos durante os quais passamos realizando apresentações virtuais, e assim ter novamente contato com o calor do público na plateia. Mas também por podermos nos apresentar num projeto tão importante como a Matriz, que trata da representatividade feminina na área das artes cênicas e onde mais de 90% da programação é protagonizada pelas mulheres nos mais diversos aspectos, a exemplo da encenação, direção, autoria e na técnica”, disse a atriz Mônica Macedo, que apresenta a montagem *Girandei* ao lado de Margarida Santos.

A Cia. Oxente estreou *Girandei* há cerca de quatro anos, em João Pessoa. As atrizes Mônica Macedo e Margarida Santos interpretam respectivamente Catarina e Benedita, as quais, através de cantigas de roda e brinquedos populares, recontam suas histórias da infância e convidam o público para uma viagem ao mundo da imaginação, que mescla fantasia e realidade. “É um espetáculo voltado para todas as idades e que propõe ao público voltar a memória ao passado para se divertir e se identificar com as lembranças de brincadeiras de quintal que não mais se praticam, como o baleado e o esconde-esconde. As músicas infantis e da cultura popular do espetáculo, que já obteve prêmios, são tocadas ao vivo pelo violonista e percussionista Emmanuel Vasconcelos”, explicou Mônica, acrescentando que o espetáculo já foi encenado no ano passado, na reabertura do Teatro Ednaldo do Egipto, na capital.

Para adultos

Hoje, depois de se apresentarem pela Mostra Matriz, a atriz Mônica Macedo informou que a Cia. Oxente irá ao Teatro Santa Roza, no centro, para encerrar a temporada do novo espetáculo, *Formigas bebem absinto no armazém do caos*, cujo texto é de Everaldo Vasconcelos e direção do pernambucano José Manoel Sobrinho. A apresentação começará às 19h30 e é gratuita, mas os lugares na plateia são limitados a 80 espectadores, que podem reservar os ingressos através das redes sociais da Cia. Oxente no Instagram (@ciaoxente), ou através do WhatsApp (83) 99689-4424. O público deverá seguir todas as normas de segurança sanitária, a exemplo da utilização correta de máscaras, cartão de vacinação com pelo menos duas doses e álcool em gel.

“Esse espetáculo é voltado para adultos e está sendo apresentado através da segunda fase da Lei Aldir Blanc. A trama é bastante complexa, que reflete os momentos da atualidade, como a própria pandemia da Covid-19, a situação de desgoverno pela qual o Brasil está passando e o clima de tensão mundial que tem sido provocado por guerras. A história é ambientada num armazém de bebidas abandonado, onde um grupo fala sobre esses diversos assuntos”, disse Mônica Macedo.

Montagem é voltada para todas as idades e propõe ao público voltar a memória ao passado para se divertir e se identificar com as lembranças de antigas brincadeiras

Em ‘Girandei’ as atrizes Mônica Macedo (E) e Margarida Santos (D) interpretam Catarina e Benedita, que recontam suas histórias da infância e convidam o público para uma viagem ao mundo da imaginação

Hoje, depois de se apresentar pela Mostra Matriz, a Cia. Oxente irá ao Teatro Santa Roza para encerrar a temporada do novo espetáculo, ‘Formigas bebem absinto no armazém do caos’



AUDIOVISUAL

Cine Bangüê abre Mostra de Cinema Francês

O Cine Bangüê, cinema da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funes), inicia hoje, como parte da programação do ‘Mês da Mulher’, a Mostra de Cinema Francês. A programação é uma ação junto à Cinemateca da Embaixada Francesa e tem apoio da Aliança Francesa de João Pessoa.

Até o dia 26 serão exibidos quatro longas-metragens: *Cléo 5 a 7* (1962), *Revenir* (2019), *L'extraordinaire voyage de Marona* (2019), e *Calamity* (2020), este último é o único dublado da lista.

A primeira sessão da mostra traz a animação *Calamity*, com classificação livre, às 16h. O filme é uma cinebiografia animada de uma famosa figura do Velho Oeste norte-americano: Jane Calamidade.

Logo em seguida, às 18h, será exibida a ficção *Revenir*, com classificação indicativa de 14 anos. O longa trata do retorno de um jovem à família desajustada que foi o motivo de sua fuga. Nascido em uma fazenda, Thomas (Niels Schneider) se vê encarrando novamente o que ele tem fugido por 12 anos. Mas atualmente a sua vida toma um rumo diferente graças a Alex (Roman Coustère Hachez), seu sobrinho de 6 anos, e Mona (Adèle Exarchopoulos, de *Azul é a Cor Mais*

Quente). O longa dirigido por Jessica Palud participou da seleção da mostra “Orizzonti”, no Festival de Veneza de 2019.

Amanhã, às 19h30, o público pode conferir *Cleo - de 5 à 7*, um clássico preto e branco de Agnès Varda, voltado para o público com mais de 14 anos. Cléo (Corinne Marchand) é uma cantora francesa que vive um momento de angústia, enquanto espera o resultado de um exame. O teste pode apontar se ela tem ou não um câncer de estômago. Sem saber o que fazer, Cléo perambula pela cidade de Paris. Ela passa uma hora e meia fazendo coisas banais, à procura de distração, até que conhece um soldado que está prestes a ir para a guerra na Argélia.

Já na terça-feira (22), será reexibida a animação *Calamity*, a partir das 19h30.

Outra animação, *L'extraordinaire voyage de Marona*, aberta para todos os públicos, será exibida na tela do Bangüê a partir das 19h30 da quarta-feira (23). Vítima de um acidente, uma cachorrinha se lembra dos diferentes tutores que amou incondicionalmente. Com sua empatia infalível, Marona trouxe leveza e inocência a cada um dos lares em que viveu.

Na quinta-feira (24), *Revenir*, da diretora Jessica Palud, tem a

sua segunda exibição da mostra a partir das 19h30.

A programação da Mostra de Cinema Francês se encerra com exibição dupla no próximo sábado (dia 26): a partir das 16h será exibida a animação *L'extraordinaire voyage de Marona*, em segui-

da, às 18h, o clássico *Cleo - de 5 à 7* tem nova exibição.

Todas as entradas são gratuitas, e o público deve apresentar na entrada o cartão de vacinação da Covid-19. Os ingressos serão distribuídos uma hora antes de cada sessão.

Começam hoje e vão até o dia 26 as sessões gratuitas na Funes, sendo exibidos quatro longas-metragens, dentre eles o drama ‘Revenir’ (foto)



Fotos: Bruno Vinelli/Divulgação

Foto: Divulgação

ELEITORES DA PB

Maioria nunca votou em papel

Mais da metade da população que vai às urnas este ano no estado só utilizou o sistema eletrônico de votação

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

Como é participar de uma eleição sem o sistema eletrônico de votação? O período antes dessa realidade parece não apenas distante, mas também desconhecido para a maioria dos eleitores atuais. A prova disso é que mais da metade dos eleitores paraibanos não conhece a antiga cédula de votação em papel.

Essa população representa mais de 50% de todo o eleitorado do estado. Dos 2,9 milhões de eleitores na Paraíba, cerca de 1,6 milhão, entre 16 e 44 anos, não participaram de uma eleição de forma obrigatória antes de 1998, quando ocorreu a última eleição com o uso da cédula de papel.

No Brasil, a situação é bem parecida, quase de 60% dos quase 150 milhões de eleitores fazem parte desse grupo que só votou ou irá votar com a urna eletrônica. Os dados são do site da Justiça Eleitoral e mostra a quantidade de eleitores cadastrados até a última eleição de 2020. Os números nos mostram que a urna eletrônica faz parte da vida da maioria do eleitor brasileiro desde quando ele começou a exercer sua cidadania do voto.

A estudante Gabriela Cardoso, de 18 anos, é um exemplo disso. Ela vai votar pela primeira vez nas eleições deste ano. Ela esperou pela obrigatoriedade para que fosse mais madura e pudesse esco-



Foto: TRE/Divulgação

A pessoa que estava apurando poderia dar o voto para quem quisesse, da boa vontade dela. Eu fazia um N inclinado, a pessoa podia entender como D, como anulação, ficava esse subjetivismo. Às vezes não entregava o voto para a pessoa certa, ou preenchia as cédulas entregues em branco. Quando tinham sessões sem nenhum voto em branco, a gente já sabia que havia fraude

José Cassimiro



Foto: Antônio Augusto/Ascom-TSE

A estudante Gabriela Cardoso, de 18 anos, vai votar pela primeira vez nas eleições deste ano. Ela esperou pela obrigatoriedade para que fosse mais madura e pudesse escolher com mais responsabilidade o futuro do país

lher com mais responsabilidade o futuro do país. “Achei melhor esperar para o momento certo. Acho que agora tenho mais maturidade e responsabilidade para escolher votar em um candidato”, comentou.

A estudante tem consciência não apenas da importância do voto, mas também do que ele significa. “Estou ansiosa para votar. É legal, estamos exercendo o direito político que é o voto, participando da democracia. Principalmente eu, como mulher, faço questão de votar, visto que o voto feminino foi conquistado depois de uma luta de 100 anos”.

Diante de tanta maturidade, Gabriela, mesmo sem nunca ter chegado perto de presenciar uma votação em cédulas, acredita que o voto impresso seria um retrocesso no país. “Seria um retrocesso absurdo. Na época do voto impresso não tinha segurança nenhuma. Fora que era mais fácil de corromper o sistema eleitoral, ter voto de cabresto, até o tempo de espera é bem maior se comparado a urna eletrônica. É melhor investir para melhorar o sistema para que seja cada vez mais seguro. Aprimorar! Não voltar atrás”.

Muito tem se falado sobre o voto impresso e a possibilidade das urnas eletrônicas facilitarem fraudes. No entanto, pouco se fala sobre a necessidade desse meio eletrônico e a o que a criação dele possibilitou ao sistema eleitoral. Um dos motivos que fez com que o Tribunal Superior Eleitoral mudasse o sistema de vota-

ção, foi justamente o grande número de fraudes, causadas pela influência humana.

Segundo o secretário de Tecnologia do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), José Cassimiro, que atua há mais de 30 anos na Justiça Eleitoral, as fraudes que ocorriam chegaram ao ponto de modificar o candidato eleito. “Para se ter uma ideia, em 1998 nós fizemos uma recontagem em um dos municípios da Paraíba, e só com essa recontagem mudou um deputado estadual e um federal. As fraudes eram muitas, a Justiça Eleitoral, por mais que tentasse não conseguia coibir tudo”, comentou.

Com a urna eletrônica, foi possível não depender mais de ação humana para a apuração das eleições, evitando qualquer interferência. “Passamos a depender menos das pessoas e a controlar mais o processo. Você não consegue votar antes das 8h da manhã na urna, mas na cédula conseguia e ela também não permite encerrar antes das 17h, como ocorria antes com as cédulas de papel”.

Um dos motivos que fazia com que as fraudes ocorressem, era a falta de controle da Justiça Eleitoral. José Cassimiro explica que a equipe reduzida em um processo eleitoral que necessitava de mais vigilância e cuidados, fazia com que fosse impossível um controle geral do que ocorria em cada sessão. “Você imagina que nessa eleição em 2022 vamos ter mais de 9 mil sessões espalhadas pelo estado, por exemplo. É

humanamente impossível se fazer presente em todas as sessões. A gente convoca pessoas para isso”, disse.

Na opinião do secretário, um dos principais problemas era o subjetivismo no momento de apuração. “A pessoa que estava apurando poderia dar o voto para quem quisesse, da boa vontade dela. Eu fazia um N inclinado, a pessoa podia entender como D, como anulação, ficava esse subjetivismo. Às vezes não entregava o voto para a pessoa certa, ou preenchia as cédulas entregues em branco. Quando tinham sessões sem nenhum voto em branco, a gente já sabia que havia fraude”, comentou.

Apesar de ter início em 1996, a ampliação das urnas para todo o país foi gradual. Na Paraíba, os primeiros municípios a receberem a tecnologia foram João Pessoa e Campina Grande, em 1998 chegou o momento das cidades

com mais de 40 mil eleitores, incluindo os municípios de Santa Rita, Bayeux, Cabedelo e Patos. Mas foi apenas no ano 2000, a votação eletrônica foi instituída em todo o Brasil.

Para isso ser possível, a urna eletrônica foi criada para atender a todos, dos lugares mais distantes aos mais urbanos, dos analfabetos aos letrados. O formato que se assemelha a um telefone fixo, por exemplo, da urna, permite com que pessoas não alfabetizadas consigam votar com mais facilidade. Além disso, o material é adaptado para aguentar temperaturas altas e baixas.

“Ela foi feita para resistir do Oiapoque ao Chuí, da temperatura abaixo de zero a uma temperatura acima de 40 graus. O mesmo modelo de urna funciona em qualquer lugar. Ela foi feita para ser transportada de canoa, no Norte, ou ser transportada de avião”, comentou José Cassimiro.



Foto: Arquivo Pessoal

História da urna eletrônica vem desde 1995

A criação de um aparelho mecanizado para coletar votos veio muito antes da década de 1990. O primeiro Código Eleitoral, de 1932, previa em seu artigo 57 o “uso das máquinas de votar, regulado oportunamente pelo Tribunal Superior [Eleitoral]”, devendo ser assegurado o sigilo do voto.

Entretanto, o projeto da urna eletrônica genuinamen-

te brasileira só começou em 1995, quando o TSE formou uma comissão técnica liderada por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) para desenvolver o projeto da “máquina de votar”.

O primeiro nome do equipamento foi Coletor Eletrônico de Votos (CEV). O projeto foi concebido com base em algu-

mas premissas básicas: o dispositivo teria de ser capaz de eliminar a intervenção humana dos procedimentos de apuração e totalização dos resultados, bem como de garantir maior segurança e transparência ao processo eleitoral. Além disso, deveria ser leve e compacto (para facilitar seu transporte) e prático de usar.

Nestas mais de duas décadas de atividade, a urna ele-

trônica coletou e apurou os votos de milhões de eleitores em 25 eleições gerais e municipais (contando os dois turnos), com segurança e total transparência. No pleito municipal de 2020, mais de 147 milhões de eleitores votaram em mais de 400 mil urnas eletrônicas instaladas em 5.567 municípios, consolidando o Brasil como o país com a maior eleição informatizada do mundo.

CAMPANHA ELEITORAL

Partidos preveem traições na eleição para presidente

Líderes consideram impossível garantir, nos estados, lealdade aos candidatos

Pedro Venceslau
Agência Estado

Líderes e dirigentes dos partidos envolvidos na disputa presidencial deste ano preveem uma campanha marcada por “traições consentidas” aos seus futuros candidatos e avaliam que será impossível criar mecanismos para garantir, nos estados, a lealdade aos palanques nacionais. A leitura do mundo político é de que a proibição das coligações proporcionais, a cláusula de barreira e a polarização consolidada entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) resultaram em um deslocamento mais acentuado das candidaturas regionais dos postulantes ao Palácio do Planalto.

“Não é um fenômeno novo, mas neste ano está mais antecipado e acentuado. Como ninguém (além de Lula e Bolsonaro) fura a barreira dos 10% (nas pesquisas de intenção de voto), os partidos já trabalham com a lógica de segundo turno. Com a cláusula de barreira e o financiamento público de campanha, o tamanho da bancada passou a ser vital. Ninguém quer ver seu partido minguar nos estados”, disse o cientista político Vitor Marchetti, professor da Universidade Federal do Grande ABC.

Estacionados nas pesquisas de intenção de voto, os pré-candidatos da chamada terceira via são os mais vulneráveis e já admitem que seus partidos vão fazer vista grossa para eventuais traições nos estados. Como a Justiça Eleitoral não trata do tema, eventual punição a políticos que decidam apoiar a campanha presiden-



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Simone Tebet, do MDB, enfrenta um dilema no PA, AL e CE, onde a sigla está próxima de Lula

cial de outra sigla é prerrogativa dos partidos, que podem retirar nomes das disputas.

Fundo

“Qualquer resolução para obrigar o apoio ao candidato seria inócua. Infelizmente, há uma livração geral. Os candidatos querem salvar a própria pele”, disse o senador Alvaro Dias (Podemos), que será candidato à reeleição no Paraná. Para o parlamentar, o fundo eleitoral “deteriorou” ainda mais a relação dos partidos e reforçou o poder de atração das máquinas estaduais.

Dias se comprometeu a fazer campanha para o ex-juiz e presidenciável do partido, Sérgio Moro, mas lideranças do Podemos admitem que dificilmente o nome do ex-ministro da Justiça vai aparecer no horário eleitoral na TV e rádio da legenda no Paraná. No estado, a sigla apoia o go-

vernador Ratinho Jr. (PSD), pré-candidato à reeleição. O palanque de Ratinho é um caso emblemático, já que vai reunir quase todos os partidos da terceira via.

O MDB, da pré-candidata Simone Tebet (MS), enfrenta o mesmo dilema no Pará, em Alagoas e no Ceará, estados onde a sigla está próxima de Lula. O caso do Pará é o mais simbólico. Pré-candidato a governador apoiado pelos Barbalhos, o deputado estadual Paulo Dantas (MDB) articula uma aliança que vai do PT ao União Brasil, passando pelo Progressistas do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (AL).

Simone foi questionada sobre o assunto após um almoço com empresários em São Paulo e disse que as conversas com Lula são “a cara do MDB”. “Prefiro a honestidade dos que conversam e dialo-

gam com outros pré-candidatos a conversas entre quatro paredes. O jogo no MDB é totalmente transparente. Não existe nada de que eu não tenha conhecimento ou não tenha sido avisada antes”, afirmou.

■ Os pré-candidatos da chamada terceira via são os mais vulneráveis e já admitem que seus partidos vão fazer vista grossa para eventuais traições nos estados

Doria enfrenta dissidência no próprio PSDB

A situação do governador de São Paulo, João Doria, pré-candidato do PSDB, é inédita na história do partido. O tucano enfrenta dissidência interna que se tornou pública e é tolerada pela direção nacional. “Quem fizer campanha para candidato de outro partido tem que ser expulso. A executiva nacional precisa adotar uma resolução para os Estados”, disse o presidente do PSDB paulistano, Fernando Alfredo, que é aliado de Doria.

“Isso é um delírio. Não tem como obrigar lideranças do Nordeste a apoiar Doria, que tem traço (nas pesquisas de intenção de voto na região). O partido está estressado”, rebateu o ex-senador José Aníbal, desafeto do governador no PSDB.

Entre os partidos que tentam se viabilizar na terceira via, o Novo é o único que promete ser rigoroso com “traições”. “É inaceitável o palanque duplo. Isso está vedado. Em Minas Gerais essa questão está pacificada”, disse o presidente do Novo, Eduardo Ribeiro. Único governador da sigla, Romeu Zema, de Minas, é visto como um potencial apoiador da reeleição de Bolsonaro.

Doria defende que, “quem fizer campanha para candidato de outro partido, tem que ser expulso”



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

religionários que vai respeitar as realidades locais e não pretende punir eventuais palanques com outros candidatos que não Bolsonaro.

No outro campo, a Rede, da ex-ministra Marina Silva, fez uma proposta inusitada ao PSOL durante as negociações para formação de uma federação: uma cláusula no estatuto que garantisse aos filiados o direito de fazer campanha para outro candidato que não aquele apoiado pela união partidária. Como o PSOL caminha para apoiar Lula, a intenção era dar li-

berdade para Marina e outras lideranças, como Heloísa Helena, subirem em outro palanque, como o de Ciro Gomes (PDT). A ideia, porém, foi vetada pelo PSOL, que deixou essa decisão para cada partido, que teria liberdade na federação.

Na Bahia, o movimento foi inverso. O PP desembarcou da aliança que mantinha com o PT havia 14 anos, e já dialoga composição com o pré-candidato do União Brasil ao governo do Estado, ACM Neto. Na eleição presidencial, a sigla deverá apoiar Bolsonaro.

Toca do Leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com / Colaborador

Briga de foice no escuro

A guerra entre Rússia e Ucrânia repercute até no alpendre da casa de Zé Barata, influenciar com bastante influência na produção de conteúdos na rede de arrasto da galhofa, diretamente de sua rede de dormir tipo Xingu, com massageador vibroterápico e varanda colorida de origem ameríndia, perfeita simbiose da modernidade supérflua e a inventividade indolente dos naturais. Essa arenga dos galegos europeus requer muita apreensão da humanidade. Como toda guerra, a crueldade e terror passam dos limites. O índio Mairiporã ensina que, se a pessoa soubesse o que é uma guerra e o que ela causa, não faria piadas, apenas pediria misericórdia a Deus e rezaria pelas almas dos falecidos nos campos de batalha. O mano Juliano acha que o Brasil vive sua guerra civil, batendo mais de 150 homicídios por dia. Uma baixa mais alta do que na guerra declarada. O Google cientifica que, “nos tempos em que o mundo era dominado pela Grécia Antiga, a técnica do humor foi primordialmente utilizada na área da medicina, basicamente como forma de tirar a tensão, entreter e aliviar o estado físico e mental dos indivíduos.” Seja como for, rir de nossas desgraças, que alguns chamam de humor tóxico, avacalhar o drama tem virado caso de polícia. Zombar do próprio infortúnio ou das tribulações alheias, entretanto, pode ser um jeito de suportar e resistir ao problema, mas sempre refletindo sobre ele.

Diante dessas considerações, nas minhas redes está liberada a chacota para desnudar o ridículo de certas situações do cotidiano neste mundo cheio de bafafá. E a concorrência é pesada no universo dos maloqueiros da “bixigalixa” dos sem noção. Humor involuntário? Temos, sim! O Primeiro Mandatário falando em suas lives é o exemplo de como uma tragédia pode ser ridícula. “Minha Nossa, essa vergonha é tua ou é nossa?”, vocifera o velho Ameba diante das insinceridades e lérias do chefe da mundiça brasileira. E acaba o Ameba fazendo, ele mesmo, o verdadeiro humor, que é a transformação de um contexto, surpreendendo com ideias inesperadas. Isso ajuda a rever conceitos e mudar o sentido das coisas, com altas doses de risibilidade.

Alegando insanidade temporária, o cronista sai das análises sobre a guerra, sem querer polemizar mais do que já é controverso o tema. Apenas me reservo a permissão de citar o escritor americano Kurt Vonnegut: “O Exército é uma escola que torna rapazes em maníacos homicidas para serem usados na guerra”. Nessa e em outras conflagrações, em certa altura as pessoas abandonam o hábito de raciocinar e se acostumam a serem aparelhos de reproduzir inverdades e caraminholas estúpidas nas redes sociais. Por isso eu fico em sossego, não opino. Porque estupidez é como brincadeira, tem hora. Agora vem o babaquara das quebradas nordestinas explicar a trama da guerra da Rússia para seus radiouvintes, depois de consultar entendidos no zap zap e nas sábias lives dos tais influencers. Ouçamos o popular:

“Sobre essa arenga aí da Rússia e Ucrânia, eu vou explicar pra quem é do Nordeste. É assim: a Rússia é aquele cabra metido a arrochado que quer porque quer baixar o lombo dos Estados Unidos da Arenga, e a Ucrânia é aquele amarelo cabuêta que gosta de dedurar os parecido e gosta de lamber sola dos ‘pé preto’ militar. Certo dia no sertão do Cabrobó que fica pro lado do oriente europeu, os disgramado dos americanos chamou a Ucrânia pra fazer parte do bando de cangaceiro deles e pra isso encheu a cuia dos ucranianos de munição e farinha quebradinha porque os ucranianos era metido a cunhão roxo e foi tirar graça com os russos que ficaram entufados e emburacaram na fazenda deles na baixa da égua, comeram o milho deles, mijaram no cacimbão deles, tudo com ordem do fi do cabrunco do tal do Putinho que é um infeliz das costa oca. Tudo isso se deu lá no calcanhar de Judas e agora os Estados Unidos dos Marreteiros ameaça começar o papoco do fim das era se os russos não pegar o beco e não deixar de pelejar com os ucranianos, mas os samangos da Ucrânia tão se amarrando e o sítio deles ta só o buraco e a catinga, ninguém sabe se escapa. E pra completar o fuzuê, um deputado do Brasil foi lá na Ucrânia e deixou seu tolete. É isso. Ta assim esse risca faca lá na Ucrânia. Ninguém quer pedir penico e a merda ta feita. Agora vou tomar minha talagada de remédio capa preta que o rapapé é grande. Inté mais...”



Na edição anterior do ranking, em 2019, a posição do país era a 77ª

IGUALDADE DE GÊNERO EM 144 PAÍSES

Brasil está na 78ª posição no ranking

Pontuação do país no Índice de Gênero dos ODS 2022, desenvolvido pela Equal Measures 2030, chegou a 66,4

Heloisa Cristaldo
Agência Brasil

O Brasil alcançou a 78ª posição no ranking que mede igualdade de gênero em 144 países. O dado faz parte do Índice de Gênero dos ODS 2022, desenvolvido pela Equal Measures 2030, um relatório global que avalia a evolução dos países em metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A pontuação do Brasil chegou 66,4, atrás de países como Uruguai (31º), Argentina (44º), Chile (49º) e Paraguai (74º). Na edição anterior do ranking, em 2019, a posição do país era a 77ª.

De acordo com o documento, a pandemia de Covid-19 expôs ainda mais a desigualdade de gênero no mundo. A publicação aponta que menos de um quarto dos países está fazendo progressos considerados rápidos em direção à igualdade de gênero, e um em cada três países não está fazendo nenhum progresso ou está se

movendo na direção errada.

“Para dar um exemplo, o Brasil ainda é o quinto no ranking mundial de casamentos infantis em números absolutos. Isso porque o problema é ainda maior quando consideramos as uniões informais, muito mais frequentes por aqui”, explicou a gerente de empoderamento econômico e gênero da Plan International Brasil, Raíla Alves. “Embora, em 2019, o Brasil tenha mudado a legislação sobre o casamento infantil, ela ainda tem uma brecha, pois permite a união a partir dos 16 anos com a autorização de responsáveis e/ou da Justiça. Na prática, os casamentos continuam ocorrendo e atingem, principalmente, meninas com menos de 18 anos”, acrescentou.

De acordo com o documento, a pontuação do índice do Brasil estagnou com o “não progresso” entre 2015 e 2020. Segundo Raíla Alves, atualmente “não há projeção de avanço às metas da Agenda 2030, sobretudo no que tange ao quesito de igualdade de gênero e empoderamento de meninas e mulheres”. “[Este cenário] representa um prejuízo que pode afetar não só as meninas de hoje, mas as gerações futuras também”, ponderou.

Índice

O índice abrange 56 indicadores-chave em 14 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dos 144 países pesquisados, 135 têm estatísticas de pelo menos dois anos, o que possibilita acompanhar o progresso entre 2015 e 2020. Segundo o relatório, não é possível “voltar ao normal” em relação à igualdade de gênero em um cenário pós-pandemia.

“Não basta retomar o que fazíamos antes”

Tempo

Comparando a posição do Brasil em 2019 à atual, percebemos que pouco mudou. Vamos precisar acelerar muito para recuperar o tempo perdido

“Voltar ao normal seria retomar um cenário anterior à pandemia. Comparando a posição do Brasil em 2019 à atual, percebemos que pouco mudou. Por isso, para alcançarmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 não basta só retomar o que fazíamos antes. Vamos precisar acelerar muito para recuperar o tempo perdido. E isso não diz respeito apenas ao Brasil, mas a boa parte dos países no mundo”.

O documento apontou ainda que nenhum dos 144 países pesquisados alcançou a igualdade de gênero e nenhum país tem o melhor desempenho do mundo – ou mesmo entre os dez melhores do mundo – em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Segundo o documento, em 2020, mais de três bilhões de meninas e mulheres ainda vi-

viam em países com pontuações “ruim” ou “muito ruim” para igualdade de gênero.

Por outro lado, o índice aponta que mais da metade dos países em todo o mundo estão se movendo na direção certa em relação à igualdade de gênero.

Recomendações

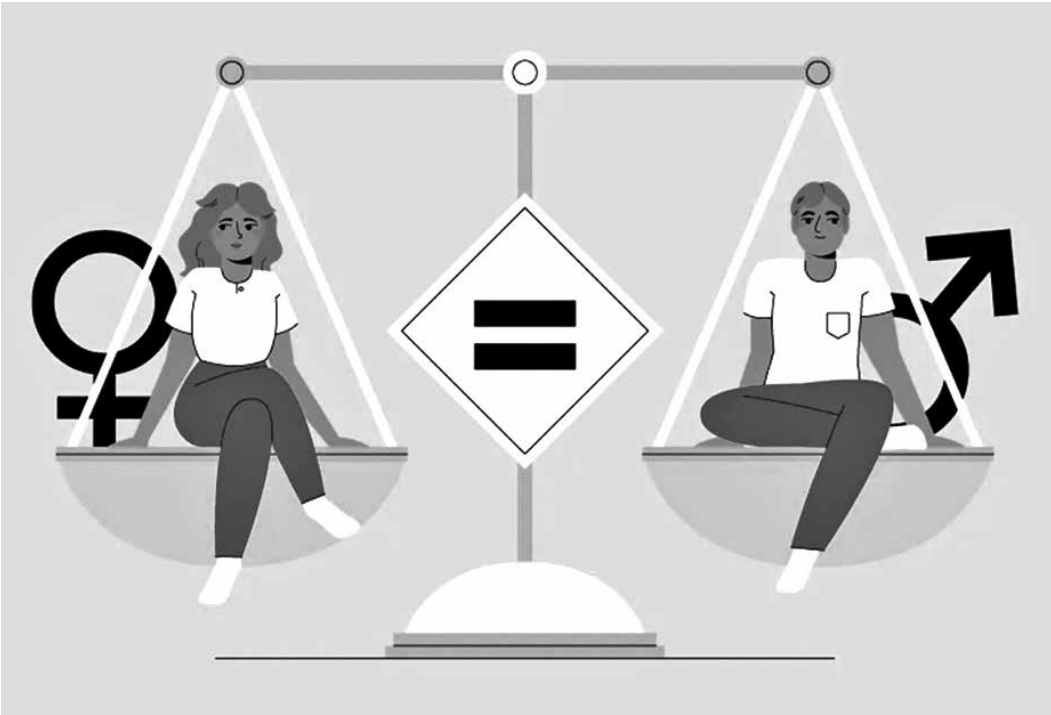
A pesquisa faz seis recomendações para acelerar o progresso na igualdade de gênero. Entre elas, está a reforma de leis e a adoção de políticas afirmativas. O documento sugere ainda o incentivo a grupos de jovens meninas líderes; acabar com a falta de dados sobre gênero; investimento em serviços públicos e infraestrutura social; Investimento na criação de espaços e apoio a organizações e movimentos feministas; além de trabalhar no empoderamento de garotas e mulheres jovens.

“Como o relatório aponta, “países que fazem bom uso de leis para facilitar a inclusão econômica das mulheres têm melhores resultados de saúde, nutrição e educação para mulheres e suas famílias, emprego mais resiliente para mulheres e mais mulheres na política”, afirmou Raíla.

Políticas públicas

Hoje, no Dia Internacional da Mulher, serão lançadas pelo governo iniciativas voltadas para o público feminino. Serão lançados o Programa Mães do Brasil, a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino – Brasil pra ELAS e o Comitê de Empreendedorismo Feminino. O programa promoverá a proteção integral à gestante e à maternidade. A estratégia e o comitê têm o objetivo de estimular o empreendedorismo feminino.

Ilustração: Jornal USP



O documento apontou ainda que nenhum dos 144 países pesquisados alcançou a igualdade de gênero e nenhum tem o melhor desempenho no mundo

“
Não há projeção de avanço às metas da Agenda 2030, sobretudo no que tange ao quesito de igualdade de gênero e empoderamento de meninas e mulheres

Raíla Alves



As queridas Rose Costa e Amira Mendes, duas grandes mulheres, promovem eventos que vão acontecer, respectivamente, nos dias 5 (no Hotel Sapucaia) e 12 de abril (na magnífica cobertura da anfitriã).



A expert na arte da confeitaria, Maria Helena Moura, vai assinar o bolo do meu aniversário, evento que vai acontecer no próximo dia 20 de abril, no Red Beach, espaço maravilhoso localizado à beira-mar do Cabo Branco.



Além de excelente cirurgião bucomaxilofacial, Talvane Sobreira ainda “navega” pelas artes plásticas, quando confere, com seu traço de artista plástico, beleza a aquarelas fantásticas.



Em viagem de lazer a Abu Dhabi a querida amiga Luzenira Sobreira conheceu o belíssimo Emirates Palace, construção com designer árabe considerada uma das mais luxuosas do mundo.



A senadora Daniella Ribeiro, ainda em comemoração ao mês da mulher, promoveu o evento “O papel da imprensa no combate à violência contra a mulher”, com a participação da delegada Emilia Ferraz (na foto com a anfitriã) e mulheres jornalistas.



O jornalista Ewerton Vieira, na foto entre esta colunista e as amigas Lúcia Padilha, Evelyn César, Júlia Ferrer, Vânia César e Mércia Mota, promoveu elegante evento no Johns Grill, espaço localizado no térreo do Tour Genève, no Altiplano Cabo Branco.



Zorilda Medeiros, Alípio Rabelo, Mayrinne Meira, Melissa Rabelo, Gorete Xavier, José Vieira Neto, Conceição Medeiros, Patricia Rabello e Disouza são os aniversariantes da semana.



A professora/doutora Ana Flávia Medeiros da Fonseca é a prefaciadora do meu novo livro infantil, “Dona Cotinha, a vaca voadora”, publicação que lançarei no próximo mês de abril.



A querida amiga Tácia Leite terá seu aniversário festejado durante almoço no restaurante do Hotel Laguna, na próxima sexta-feira (25). Claro que teremos bolo e docinhos da melhor qualidade.

IMOBILIÁRIA PARAIBA PROPERTY
www.paraibaproperty.com.br
+55 83 99302-7071

Contabilize
Consultoria e Assessoria Contábil

LIVRE-SE DAS DORES NA COLUMNA SEM CIRURGIA
FONE: (83) 3204-0423 98708-8189
DOUTOR HERNIA

Durante reunião do Rotary Club João Pessoa Norte, que aconteceu no Litoral, Dorita Santiago e Simone Cartaxo (na foto com a paisagista e rotariana Alice Fernandes), tomaram posse na associação que presta serviços humanitários e promove a paz internacional.

Selic Fixado em 16 de março de 2022 11,75%	Sálário mínimo R\$ 1.212	Dólar \$ Comercial -0,37% R\$ 5,016	Euro € Comercial -0,77% R\$ 5,544	Libra £ Esterlina -0,15% R\$ 6,614	Inflação IPCA do IBGE (em %) Fevereiro/2022 1,01 Janeiro/2022 0,54 Dezembro/2021 0,73 Novembro/2021 0,95 Outubro/2021 1,25	Ibovespa 115.310 pts 1,98%
--	---	--	--	---	---	---

RODOVIAS DA PARAÍBA

Venda de beira de estrada ajuda na renda familiar

Até dezembro, 731 mil pessoas tiraram seu sustento do comércio informal

André Resende
andreresendejornalismo@gmail.com

O comércio informal segue como uma das principais alternativas de renda no Brasil diante da crise econômica. Na Paraíba, esse cenário não é diferente. De acordo com o IBGE, a taxa de informalidade entre os trabalhadores no último trimestre de 2021 no estado foi aferida em 52,6%. Para além do comércio de rua visto nos grandes centros urbanos, persiste o comércio de beira de estrada, em que comerciantes montam suas bancas às margens de grandes rodovias e comercializam desde frutas até artesanato para ter uma renda.

Até dezembro de 2021, ainda conforme o IBGE, um volume de 731 mil pessoas na Paraíba tiravam seu sustento do chamado comércio informal. Um deles é Joanderson Silva, de 23 anos. Há cerca de quatro anos, o jovem,

52,6%
É a taxa de informalidade entre os trabalhadores registrada na Paraíba no último trimestre de 2021, segundo informações do IBGE

morador de Mata Redonda, distrito da cidade de Alhandra, na Região Metropolitana de João Pessoa, faz o trajeto de bicicleta, de domingo a domingo, até uma pequena banca de madeira que montou às margens da BR-101, no sentido João Pessoa para Recife, em Pernambuco.

No seu mix de produtos dispõe de abacate, laranja, pitomba, umbu-cajá, mangas e demais frutas da região. O preço varia de acordo com a oferta e o período propício para cada um dos frutos. Uma cesta de abacates, com cerca de 10 unidades da fruta, custa R\$ 10, enquanto um saquinho com um dúzia de umbu-cajá é vendido por R\$ 4.

Joanderson Silva comenta que em dias bons, principalmente nos fins de semana, consegue apurar R\$ 100, enquanto nos dias de baixa, fechar a banca com um faturamento de R\$ 20 é considerado suficiente para comprar comida para dentro de casa. “O movimento piorou muito durante a pandemia, mesmo em dia de semana, a gente conseguia vender mais de R\$ 100, as pessoas paravam para comprar. Depois desse vírus, a gente vende pingado. O comércio aqui está muito parado”, lamentou.

Casado, mas ainda sem fi-

lhos, Joanderson explica que vontade para ter filhos não falta, o que falta é a condição financeira para aumentar sua família. “Na minha casa só mora eu e minha esposa. Nosso meio de locomoção é a bicicleta e quando ela está quebrada ou quando eu empresto ao meu irmão, a gente vem de casa até a pista a pé. Não é fácil, mas é melhor fazer assim do que se envolver com coisa errada”, comentou.

Além do baixo movimento, Joanderson Silva também lida com a forte concorrência. O item mais comum oferecido às margens das rodovias são as frutas. Muitas bancas semelhantes à do jovem de Mata Redonda se enfileiram ao lado do acostamento das principais estradas do estado. E muito embora haja concorrência, ele garante que todos praticam o mesmo preço, como uma forma de fortalecer o chamado comércio de beira de estrada.



Foto: Ortilo Antonio

Comércio nas estradas paraibanas é um costume antigo, mas se transformou em alternativa de fonte de renda para diversas famílias no estado

Frutas dividem espaço com o artesanato

O enfileirado de bancas de frutas às margens da BR-101 remetem a um cenário de décadas passadas e um registro fotográfico desse ambiente passaria despercebido pelos mais atentos, exceto pelas placas afixadas nas palafitas, “aceito Pix” ou “aceitamos cartão”. Registro temporal que deixa a digital da contemporaneidade no local. Mas nem só de fruta se dá a economia informal das estradas. Tem espaço para o artesanato. Alguns metros à frente da banca de Joanderson Silva, a venda de Martins Bispo, artesão de 58 anos.

Ocupando um espaço que comporta três palafitas, Martins Bispo, morador de Alhandra, expõe sua arte feita de cocos, madeiras, cabaças e demais materiais colhidos na reserva

de Mata Atlântica que margeia a rodovia. Escudos de clubes de futebol e animais esculpidos em madeira, cabaças usadas como luminárias, quadros feitos com materiais de oficina. A arte de Martins Bispo é variada, porém, uma temática é o fio condutor do seu trabalho, a cultura local.

“Eu busco minha inspiração para criar do meu cotidiano mesmo, das coisas que vivi, do artesanato que eu aprendi com o meu pai. A maior herança que ele me deixou foi a do trabalho manual, o artesanato”, explicou Martins. Há seis anos o artesão montou seu “ateliê” às margens da BR-101, no sentido da Paraíba para Pernambuco. A iniciativa surgiu não como opção, mas por necessidade.

“Eu sou mecânico in-

dustrial, trabalhei a maior parte da minha vida como mecânico, mas há uns seis anos eu fiquei desempregado. Com a idade já avançada, com dificuldade de encontrar trabalho, resolvi fazer aquilo que meu pai tinha me ensinado. Comecei a fazer algumas peças, as pessoas que iam parando gostavam, se interessavam, e eu fui percebendo que poderia tirar meu sustento do artesanato”, relatou.

Poucas vendas

Martins Bispo conta que o seu carro-chefe são as borboletas feitas em madeira, que mesmo presas à parede, batem as asas com a ação do vento. O artista popular garante que as pessoas não costumam desvalorizar o preço de suas peças, mas destaca que as

vendas são esporádicas, o que acaba comprometendo seu orçamento.

“O preço que eu coloco, as pessoas aceitam e compram. Não é pelo local, mas é pela ideia, pela qualidade do meu trabalho, o encantamento que dá nas pessoas. Não é igual a fruta, porque alimento as pessoas sempre param para comprar nas viagens, mas eu consigo vender algumas peças e a gente vai levando”, concluiu.

Seja com fruta ou com arte, a dificuldade em encontrar posição no mercado formal de trabalho leva os paraibanos a buscarem cada vez mais o comércio informal. Uma realidade que não é exclusiva da Paraíba, mas que está presente em todas as cidades.

Continua na página 18

Economia em Desenvolvimento

Joao Bosco Ferraz de Oliveira
joaobferraz3@gmail.com | Colaborador

Nômades digitais, uma profissão do futuro de hoje!

Não sei se vocês já ouviram falar em “nômade digital”. Essa é uma expressão para caracterizar um profissional que pode estar trabalhando de qualquer parte do mundo, se comunicando ou atendendo seus clientes em outra parte do continente e sua empresa de vinculação, se existir, também estar localizada em local bem diferente. Ou seja, ele está trabalhando de forma on-line e, portanto, não precisa ter ou estar em uma empresa para exercer seu trabalho.

Com o isolamento imposto pela pandemia ficou cada vez mais constante encontrarmos esses profissionais no mercado de trabalho. Mas como são nômades, como a própria expressão já traduz, não são perceptíveis aos olhos da população comum.

Hoje são milhões de pessoas espalhadas pelo mundo que se viram forçadas a adotar o modelo remoto, fazendo reuniões, conferências e transações pela internet e interagindo com o mundo utilizando computadores, tablets ou celulares.

Até mesmo se você tem um emprego formal fixo você pode ser, mesmo que temporariamente, um nômade digital, bastando para isso possuir as ferramentas necessárias e as aptidões para tal. Quem sabe você não encontra a oportunidade de se mudar para o exterior e encontrar uma atividade nas férias, enquanto aproveita um café em Paris ou passeia em “Las Ramblas” de Barcelona? Ou sentado quem sabe à beira de uma piscina no Havaí.

Todos nós temos aquela ideia na cabeça das famosas imagens de executivos sentados com um computador na frente da praia, mas nunca paramos para pensar se isso será possível em qualquer lugar, em qualquer país. Nem sempre é assim, pois depende de muita tecnologia, não apenas dos seus equipamentos, mas da tecnologia que o local visitado oferece.

Mesmo sabendo que pra tudo na vida existem vantagens e desvantagens, focarei aqui algumas situações positivas nessa profissão de “nômade digital”: produtividade (não estar preso a horários pode te levar a um maior resultado nas atividades); liberdade espacial (poder executar em qualquer lugar e com baixo custo); conciliar férias e trabalho (e vice-versa); experiência com novas culturas (e métodos); intercâmbio pessoal (conhecer pessoas e outros profissionais com troca de ideias e tecnologias); ser feliz (felicidade traz produtividade também).

Mas essas vantagens que enumerei terão mais potencialidade quanto maior for o seu grau de liberdade de decisão em relação ao poder ser, fazer e se sustentar. Essa é a vantagem do nômade autônomo em relação a quem tem vínculo, mesmo que remoto, com uma empresa ou patrão.

Uma boa notícia é que recentemente o Ministério da Justiça regulamentou a concessão de visto temporário e autorização de residência a imigrante que, sem vínculo empregatício no país e fazendo uso de tecnologias da informação, possa a executar trabalhos para empregadores estrangeiros.

Com essa decisão e observando as vantagens que puxei aqui em ser um nômade digital, sites especializados não apenas em turismo, mas em negócios e profissão apontam para nós uma outra grande notícia: João Pessoa é considerada a melhor cidade brasileira para abrigar os profissionais considerados nômades digitais.

Para alcançar esse resultado, a nossa capital foi submetida a alguns critérios que levou em consideração fatores como: atrações que a cidade oferece, a segurança, o custo de vida e a velocidade de conexão da internet oferecida.

Além de João Pessoa (PB), a lista traz a seguinte ordem de classificação 2º Aracaju (SE), 3º Itacaré (BA), 4º Belo Horizonte, 5º Pirenópolis (GO), 6º Curitiba (PR), 7º Vitória (ES), 8º Florianópolis (SC), 9º Rio de Janeiro (RJ) e finalmente em 10º São Paulo (SP).

E você, está esperando mais para visitar João Pessoa?

COMIDA ACESSÍVEL

Alimentos dominam comércio de rua

Do Centro à orla de João Pessoa, é possível encontrar ambulantes com isopores ou carrinhos com produtos à venda

Juliana Cavalcanti
julianacavalcanti@epc.pb.gov.br

O comércio informal está presente em diversos setores e na alimentação vem ganhando destaque. São calçadas, praças, entradas de estabelecimentos públicos e privados, dentre outros espaços, que se transformam em restaurantes e lanchonetes ao ar livre. Apenas em João Pessoa, a Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba (Ameg) registra atualmente 500 pessoas atuando nessa área.

De acordo com a representante da Ameg, Márcia Medeiros, esse grupo é dividido principalmente entre os vendedores do Centro da cidade e aqueles que ficam na orla pessoense. O grupo de destaque está no Centro de João Pessoa, com aproximadamente 70 pessoas cadastradas vendendo quentinhas, tapiocas, salada de frutas, espetinhos, caldo de cana e outros lanches. “O Centro inclui as pessoas que vendem a tapioca ou o munguzá na Integração (terminal) a partir das 4h até as que ficam até à noite no espetinho”, afirmou a ambulante.

Os números restantes incluem os espetinhos que são vendidos nos bairros e em festas de rua. Além desses, há os vendedores não autorizados pelas prefeituras e, por isso, mudam seus locais de venda com frequência. Segundo a ambulante, a maioria dos comerciantes de alimentos nas ruas são mulheres. Muitas cuidam sozinhas dos filhos. “Elas acordam as 4h, fazem a comida, deixam o filho na casa da mãe, da vizinha ou na escola, vendem suas comidas e voltam”, conta. Para Márcia, ambulantes com



No Centro da cidade, pessoas vendem lanches, como Marciano Pereira (foto acima à direita), almoços, como Joseilton Silva (foto acima), ou sobremesas, como Pedro Antônio (foto ao lado), a um preço mais atrativo para o trabalhador pessoense



500

É o número estimado de pessoas que atuam no comércio ambulante em todas as áreas de João Pessoa, segundo a associação que representa a categoria

muitos anos de trabalho paralisaram suas vendas com a pandemia e não retornaram às atividades. Esses mesmos espaços foram ocupados por pessoas que antes eram pequenos empresários. “A pandemia afetou bastante a vida dos ambulantes paraibanos, assim como dos demais comerciantes”, declarou.

Realidade na praia

A maior parte dos ambulantes, contudo, está concentrada nas praias vendendo caldinhos, milho, açaí, salada de frutas em copos descartáveis, além de barraquinhas com espetinhos, camarões e outras opções. Nessa parte da cidade, a associa-

ção estima que 350 vendedores de rua estejam em atividade. “Algumas pessoas passam de bicicleta na beira da praia, outros caminham e tem alguns que têm suas barracas e fritam o camarão, preparam a batata recheada e outros itens. Ainda temos os vendedores de amendoins em grande quantidade”, acrescentou.

Os que não possuem barracas passam o dia andando pela faixa de areia oferecendo ostras, camarões e até lagostas. No entanto, a representante da Ameg lembra que esse pessoal não é cadastrado na associação devido à forma com que esses alimentos são vendidos.

“Muitas vezes os camarões, os-

tras e lagostas ficam expostos ao sol o dia inteiro, não são produzidos em um local adequado e passam o dia em recipientes de plástico. Não cadastramos essas pessoas porque a Vigilância Sanitária não aprova produtos vendidos de forma incorreta”, explicou Márcia Medeiros.

Incluindo o pessoal não cadastrado, a orla pessoense possui cerca de 400 vendedores ambulantes, segundo as estimativas da entidade. “Estamos tentando trazer esse pessoal para um novo modelo de vendas, com a utilização de saquinhos, caixas térmicas e outras formas de preservar esses alimentos”, adiantou Márcia.

Qualidade dos produtos oferecidos garante fidelidade da clientela

A pandemia e o desemprego fizeram com que Sirleide Pereira e o marido Joseilton Silva comessem a vender quentinhas desde setembro do ano passado. Inicialmente, a esposa vendia andando pelas ruas até que um dia passou por uma calçada no Centro de João Pessoa e outro ambulante a aconselhou a ficar naquele local. “A decisão ocorreu após vários problemas financeiros. Ficamos desempregados e passamos a vender quentinhas pelas ruas. Até que um dia parei para descansar nesse ponto em que trabalho hoje e outro vendedor insistiu para que ficássemos. Desde que nos fixamos nessa calçada estamos vendendo bastante. O movimento é

ótimo”, relatou Sirleide.

Hoje, o casal vende cerca de 70 quentinhas por dia, cada uma a R\$ 7. Os clientes, em sua maioria, são outros ambulantes e funcionários de lojas que até indicam para outras pessoas das proximidades. “A pandemia fez com que muitos comessem a trabalhar informalmente por causa do desemprego. Comida é algo que nunca vai deixar de vender e um bom tempero ajuda a atrair os clientes”, comemora Joseilton.

Pedro Antônio, por sua vez, vende salada de frutas em outra calçada no Centro há aproximadamente dois meses. Antes, vendia pizzas em Oitizeiro, mas com o aumento dos custos dos ingre-

dientes, decidiu mudar para outro tipo de refeição.

Geralmente, o vendedor leva entre 24 e 30 unidades e quase nenhuma volta pra casa. “Desde o começo da pandemia falamos muito que temos que nos reinventar. A crise faz a pessoa buscar outras oportunidades que podem dar certo”, ressaltou.

Informalidade antiga

A pandemia afetou, inclusive, os ambulantes mais antigos, como Sílvia Nóbrega, que há dez anos vende salgados, sanduíches, sucos, refrigerantes, café, água e outros alimentos próximo ao Liceu Paraibano. Ele chega às 5h e fica até os lanches acabarem. A

maioria dos clientes são os funcionários das empresas da mesma rua, além dos acompanhantes de pacientes das clínicas médicas nas proximidades. “Algumas pessoas já saem de casa na certeza de que eu estarei aqui para elas tomarem café. Já é um ponto certo, porque eu não falto. Quando preciso faltar, essas pessoas até reclamam”, conta.

Para ele, a alimentação fora dos restaurantes está se tornando mais frequente por causa do desemprego, que fez crescer o número de ambulantes. “A informalidade aumentou tanto no setor de alimentação quanto para outras mercadorias”, completou Sílvia.

Já Marciano Pereira há 15 anos

sai de sua casa no Grotão e vai trabalhar no Parque da Lagoa. Inicialmente, vendia milho cozido, mas hoje tem um carrinho de caldo de cana e lanches variados na frente de um ponto de transporte alternativo. Ele conta que a maior dificuldade está nos primeiros meses, porque existe a necessidade de conquistar a clientela e a concorrência é grande. Além disso, há um certo preconceito e temor pela qualidade da comida dos ambulantes. “Meus clientes vêm da Região Metropolitana de João Pessoa (Conde, Alhandra e outros locais) ou são lojistas que no dia a dia não podem almoçar, mas querem fazer um lanche”, observa.

Preços mais acessíveis e praticidade

Os vendedores ambulantes são conhecidos pelos preços mais acessíveis. Isso faz com que algumas pessoas prefiram fazer suas refeições nesses espaços, em especial durante o almoço. A funcionária pública Beatriz Gomes mora em Mangabeira, mas trabalha em uma repartição pública no Centro. Ela conta que hoje prefere consumir as quentinhas compradas nas ruas do que ir a restaurantes, pois o valor diário dos almoços nesses estabelecimentos pesa no orçamento. “Muitas vezes, vou comer nesses pontos mais populares por uma questão de economia, mas também por uma questão de tempo, pela pressa em voltar ao trabalho”, justifica.

Para ela, em vários bairros isso já é realidade, pois uma refeição na balança dos restaurantes é vendida ao preço médio de R\$ 25, enquanto uma quentinha dos ambulantes custa no máximo R\$ 15. Beatriz destaca que, além do sabor e

“

Muitas vezes, vou comer nesses pontos mais populares por uma questão de economia, mas também por uma questão de tempo, pela pressa em voltar ao trabalho

Beatriz Gomes

preço justo, a comida deve ter boa procedência. “Já cheguei a pagar R\$ 29 na refeição. Não dá para gastar isso todo dia. O jeito é recorrer às demais opções. Uma quentinha de alguém indicado por seus colegas custando de R\$ 12 a R\$ 15 é bem mais vantajoso”, compara.

Muitos vendedores informais escolhem espaços específicos. É o caso de Gabriel Sousa que, além de trabalhar em outros bairros, também visita órgãos públicos onde já tem uma clientela certa. Todos os dias vai trabalhar com a sua caixa térmica e vende em média 60 “quentinhas” por dia. Hoje, sente sua produção impactada pelo aumento dos preços dos legumes, além da gasolina e gás de cozinha mais caros. “Eu cobrava R\$ 10, mas com o aumento da gasolina e do gás de cozinha, cobro hoje R\$ 11. Os pratos que mais vendo são: frango napolitano e rubacão, mas meu cardápio varia diariamente”.

Cuidados necessários

■ Apesar da praticidade, para quem consome os produtos de rua, alguns cuidados são necessários. De acordo com a nutricionista e gerente-técnica de Inspeção e Controle de Alimentos, Água para Consumo Humano e Toxicologia da Agevisa/PB, Patrícia Melo, no Brasil, a maioria das doenças transmitidas por alimentos é causada por bactérias como a salmonela e *staphylococcus*. Ela lembra que, diante do maior consumo de alimentos nas ruas, a Agevisa/PB lançou um alerta para a população paraibana sobre os cuidados necessários ao adquirir e consumir produtos alimentícios fora de casa. A atenção deve ser maior quando as comidas ficam expostas ao calor, pois as altas temperaturas aceleram a deterioração dos alimentos, favorecendo a multiplicação de microorganismos causadores de várias complicações no organismo.

EM INVESTIGAÇÃO

Restos de naufrágios nas praias de JP

Novo aparecimento de objetos na costa nordestina intriga pesquisadores de instituto da Universidade do Ceará

Márcia Dementshuk
Assessoria (SE&T)

Domingo passado, o coordenador de Pesquisa e Acervo Museológico do Museu Marítimo EXEA, George Henrique, percorreu as praias de Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e, ao chegar na praia do Jardim Oceania, conhecida como Bessa, encontrou o que buscava: um fardo de borracha, como os que começaram a aparecer na costa nordestina em 2018 e 2019; novamente em 2021; e atualmente.

Pesquisadores do Instituto de Ciências do Mar da Universidade do Ceará (Labomar) descobriram que os fardos encontrados entre 2018 e 2019 haviam sido soltados de um navio alemão, o SS Rio Grande, naufragado pelos americanos ao largo da costa do Brasil em janeiro de 1944. Os fardos apresentavam etiqueta identificando produto da “Indochina Francesa”, atual Vietnã, local de onde a carga seria transportada até a Europa a fim de suprir o esforço de guerra alemão.

Mas, em 2021, com o novo aparecimento de fardos de borracha entre Alagoas e Bahia, dois detalhes intrigaram os pesquisadores. Um foi a quantidade de fardos encontrados, mais de 200. O outro, o fato de essas cargas apresentarem inscrições gravadas em ideograma japonês, o kanji.

O Labomar, em colaboração com pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL/Penedo), descobriram que durante a II Guerra Mundial, um navio alemão, o MV Weserland, havia saído do Japão em direção à Europa carregando fardos de borracha e estanho. O MV

Weserland “foi naufragado pelo destróier USS Somers, da Marinha americana, em janeiro de 1944, poucos dias após o navio SS Rio Grande”.

Com mais investigações, os pesquisadores “descobriram que houve um salto no preço do estanho no mercado internacional no primeiro semestre de 2021, resultando em um aumento de quase três vezes quando comparado aos preços praticados em 2020”, conforme noticiado no site do Labomar.

Havia a suspeita, portanto, de que “piratas poderiam ter mexido no naufrágio (a mais de cinco mil m de profundidade) na tentativa de recuperar essa carga, fato que foi confirmado pelo pesquisador britânico que atua nessa área, David Mearns, em contato com os pesquisadores do Labomar”.

O professor Dr. Luis Ernesto Arruda Bezerra, do La-

“
Esse novo aparecimento pode ser dos fardos que não foram retirados das praias e são levados pelas correntes e marés

Luis Arruda Bezerra

bomar, afirmou que os fardos que apareceram em 2018 na costa nordestina são do navio MV Rio Grande. Os encontrados entre Alagoas e Bah-

■
Pesquisadores do Instituto de Ciências do Mar da Universidade do Ceará (Labomar) descobriram que os fardos encontrados entre 2018 e 2019 haviam se soltado de um navio alemão, o SS Rio Grande, naufragado pelos americanos ao largo da costa do Brasil em janeiro de 1944



No último domingo, um fardo de borracha foi encontrado na praia do Bessa

ia, em 2021, provavelmente vieram do MV Weserland.

“Esse novo aparecimento na Paraíba (em 2022) pode ser dos fardos daquela época, que não foram retirados

das praias e são levados de uma praia a outra pelas correntes e marés”, explica o professor. “Mas, se for em grande quantidade, pode ser de outro navio. É preci-

so pesquisar”, salientou o professor.

Apesar das buscas de George Henrique nas praias paraibanas por mais vestígios, ainda não há respostas

para essa história. Mas, em pesquisas, o historiador George descobriu como o Brasil estava envolvido no naufrágio do MV Weserland, na Batalha do Atlântico (1939-1945).

Navio foi atingido a partir de bases militares dos EUA no Brasil

George Henrique
Especial para A União

No final de 1943, com escassos recursos, sem acesso a fontes de petróleo e suas indústrias sendo bombardeadas, aos alemães restou fazer uso de tentativas para obter recursos de onde quer que viessem e da forma que fosse preciso. A “Kriegsmarine”, a Marinha de Guerra alemã, entraria com os rompedores de bloqueio.

Chamados em inglês pelo termo “blockade runners”, os rompedores de bloqueio consistiam em navios mercantes (armados ou não) que carregavam suprimentos do sudeste asiático à Alemanha por via marítima, o único caminho de onde se poderiam obtê-los.

Os japoneses controlavam um grande Império no Extremo Oriente. Entre suas possessões, estava o sudeste asiático, fontes abundantes de petróleo e outros recursos como a borracha, itens fundamentais para fazer de

quase tudo: desde uniformes militares, veículos de combate, tanques e, é claro, o precioso combustível tão necessário aos famosos “Panzers” (os tanques de guerra da Alemanha). Até 1945, estes locais ficariam de posse dos japoneses, sendo, portanto, aproveitados pelos alemães.

E é aqui onde o MV Weserland entra nesta História.

O Weserland foi construído na Alemanha em 1922, pelos estaleiros da Blohm & Voss em Hamburgo. Era um cargueiro de 6.528 toneladas e que fazia 11 nós de velocidade (ou 20 km/h). No começo, ele foi comissionado à empresa Hamburg Amerikanische Packetfahrt A.G (HAPAG), com sede também em Hamburgo. Mas a partir da II Guerra Mundial, ele e outros navios mercantes de bandeira alemã tornaram-se rompedores de bloqueio.

Em sua última e arriscada operação, o Weserland, junto ao Burgenland e o Rio Grande, partiram de suas bases japonesas no oriente rumo ao

Atlântico. Era dezembro de 1943. A carga do Weserland, segundo depoimentos extraídos de seus tripulantes no dia de seu afundamento, consistia de: borracha, estanho e tungstênio. Mas as águas do Atlântico estavam vigiadas pelos Aliados.

No Nordeste brasileiro, como base aérea e naval para os Estados Unidos, estava estabelecida a base da 4ª Frota (Base Fox) em Recife (PE). Além dela, bases aéreas em Recife, Parnamirim (RN) e Fortaleza (CE) também estavam sob tutela dos Estados Unidos, de onde aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) e da USAAF (Força Aérea dos EUA) tinham aviões patrulha e de bombardeiros, prontos para interceptar U-Boats (submarinos alemães) e navios de superfície. Somados a eles, as ilhas de Santa Helena e Ascensão (Widewake Field) também foram ocupadas e pistas de pouso construídas.

Ainda assim, os blockade runners alemães seguiram com sua missão “quase suici-

da”. Os relatórios da Marinha dos EUA sugerem que a presença dos navios alemães na área já era conhecida de antemão devido a interceptações de mensagens. Bastou o conhecimento sobre sua presença na área de operações para que as bases aéreas ficassem em alerta máximo. Segundo consta, imediatamente as bases aéreas nas Ilhas Ascensão e em Parnamirim (RN) iniciaram suas patrulhas. Seis aeronaves e nove tripulações operavam a partir da ilha, enquanto 5 aeronaves e 6 tripulações trabalhariam a partir do Rio Grande do Norte.

Uma aeronave dos EUA baseada nas Ilhas Ascensão (esquadrão VB-107) avistou primeiro avistou o Weserland, em 1º de janeiro de 1944. Ele navegava na posição 09° 35’ S, 23° 45’ W, navegando ao curso 060° a uma velocidade de 10 nós.

Sobrevoando mais próximo, conseguiu ver claramente o nome na ponte do navio: Glenbank. Mas Glenbank era o nome-disfarce.

Não convencido, o avião norte-americano sinalizou mais vezes, porém, o navio desta vez falhou em sinalizar de volta com algum código que o autenticasse como tal. Estava claro que era um navio inimigo. O avião abriu fogo, mas recebeu como resposta salvas de artilharia anti-aérea. O avião foi atingido três vezes, tendo uma de suas turbinas sido danificada e um membro de sua tripulação ferido.

Portanto, o Weserland carregava armamentos em seu convés: um canhão naval de 10,5 cm e armas de 4x2 cm.

Os americanos pediram reforços. Outra aeronave foi enviada das ilhas Ascensão para continuar a perseguição. Desta vez, com mais cautela, o avião americano ficou vigiando a distância, informando sua posição à frota americana. De Recife, imediatamente, foi despachado o destroyer USS Somers, que fazia parte da 4ª frota.

No dia 3 de janeiro de 1944, com apoio de outros aviões, o Somers, movendo-

se com mais velocidade, alcançou o Weserland e o atingiu. O Weserland afundou às 3 horas da madrugada, na posição Latitude 14° 55’ S, Longitude 21° 39’ W. Foram resgatados 134 tripulantes alemães, todos estavam trajando uniformes da Kriegsmarine. Os outros dois rompedores de bloqueio alemães, o Rio Grande e o Burgenland, também seriam afundados pela Marinha dos Estados Unidos.



Acesse o QRCode e conheça essa e outras histórias no site do Museu EXEA

Foto: Ortilo Antonio

CRIME AMBIENTAL

Ligações clandestinas

Despejo de esgotos na rede de galerias pluviais, em João Pessoa, polui rios e praias, põe em risco a qualidade da água e ameaça saúde da população

Alexsandra Tavares
lekajp@hotmail.com

Os rios, mares e lagos são biomas aquáticos essenciais à vida na Terra, mas são comumente poluídos pela ação do homem. E uma das formas de interferir na qualidade dessas águas é a interligação ilegal das galerias pluviais às tubulações de esgotos. Isso porque as galerias pluviais têm a função de captar apenas água da chuva e conduzi-las aos rios, lagos ou mar, mas quando a rede é alterada, pode receber os mais variados tipos de detritos, sejam domésticos, industriais, do setor do comércio ou de serviços. Somente no ano passado, a Prefeitura de João Pessoa registrou mais de 200 denúncias de ligações clandestinas de esgoto, 60 delas comprovadas.

“Entre as inúmeras contribuições domésticas estão água de lavagem de roupa, de louça, de banheiro, ou seja, de todo uso doméstico. Quando não se tem a rede regular de esgoto na comunidade, geralmente, as pessoas canalizam para a rua, para as galerias pluviais”, afirmou Jocélio Araújo, chefe de Fiscalização Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (Semam) de João Pessoa.

Não cuidar da manutenção das fossas sépticas, deixando que elas transbordem, se espalhando no meio ambiente, também é outra forma de poluir o solo, as galerias pluviais, enfim, as águas dos corpos hídricos e o mar.

A Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), que tem o papel de instalar e garantir o bom funcionamento das galerias pluviais, também auxilia na descoberta dessas ligações clandestinas. O diretor de Manutenção e Conservação do órgão, Rodrigo Pacheco, revelou que não são apenas moradores de comunidades carentes, onde não há rede de esgoto implantada, que come-

te tal crime ambiental. Nas áreas nobres da cidade, a população também faz ligação irregular de esgoto. “Nos prédios próximos ao Parque Paraíba, entrecortado pelo Rio Paraíba, no bairro do Jardim Oceania, já encontramos diversas ligações clandestinas nas galerias”, frisou Rodrigo.

Para constatar esse crime, a equipe da Seinfra utiliza um equipamento chamado insuflador que, por meio de uma metodologia com fumaça, identifica a presença de esgoto, diferenciando o que é água pluvial ou cloacal (de esgoto).

Comprovada a canalização irregular, o autor da ação é notificado para cessar o problema, determinando-se um prazo para corrigir o erro. Se o impacto ao meio ambiente for grande, esse tempo é mais curto, podendo ser de imediato o pedido de correção. Jocélio contou que posteriormente é feita uma vistoria no local para saber se a falha foi sanada, caso tudo esteja consertado, segue para a fase de autuação.

Em situações mais graves, quando se percebe o descaso de um morador ou um empreendimento comercial, aplica-se a multa, que é uma sanção mais grave, cujo valor para uma moradia unifamiliar ou multifamiliar (de até 10 pessoas) varia de R\$ 13.843 mil até R\$ 16.525, mas pode ser maior dependendo dos prejuízos causados ao meio ambiente e à sociedade.

O diretor de Manutenção e Conservação da Seinfra, Rodrigo Pacheco, contou que no ano passado uma fábrica no Bairro das Indústrias, em João Pessoa, estava lançando material usado na empresa nas galerias pluviais, gerando uma obstrução na rede. A ação causou vários alagamentos na rua de entrada da comunidade, prejudicando os moradores e a malha asfáltica da via. “A multa neste caso foi de R\$ 500 mil”.

200

denúncias dando conta de ligações irregulares nas galerias pluviais foram registradas pela prefeitura da capital no ano passado; 60 delas foram confirmadas

Impactos no meio ambiente

As ligações clandestinas de esgotos às galerias pluviais têm impacto no ecossistema marinho e costeiro, além de colocar em risco a saúde da população. O biólogo Gilson Ferreira de Moura destacou que esse é um problema grave, visto em todo o Brasil. A matéria orgânica oriunda das águas cinzas ou negras (poluídas) é condutora de uma série de bactérias e vírus ao meio ambiente, causando doenças na população e degradação na natureza.

Segundo Gilson de Moura, entre as patologias de veiculação hídrica que atingem os indivíduos estão cólera e difteria, entre outras, gerando, inclusive, problemas de saúde pública. Na natureza, a água contaminada com esgoto pode matar os animais típicos dos corpos hídricos. “Nas praias, é comum escutarmos em João Pessoa que há áreas impróprias para o banho porque não tem condições de balneabilidade”.

Já a engenheira química e doutora na área ambiental, Cláudia Cunha, coordenadora do projeto Mares sem Plástico, explicou que, como a água residuária (suja) concentra matéria orgânica, favorece uma maior disponibilidade de nutrientes no meio, aumentando a proliferação de algas. A temperatura elevada, vista nesse pe-

ríodo do ano, também influencia na floração, agravando a situação.

A multiplicação desordenada das algas traz vários danos aos mares, rios e lagos. “Elas impedem a aeração da água na interface ar-água, bloqueiam a penetração da luz do sol na coluna da água e podem liberar toxinas”, citou Cláudia.

Também pode ocorrer uma queda na concentração de oxigênio dissolvido na água, resultante dos decompositores (microorganismos) que estabilizam a matéria orgânica presente, podendo matar os peixes. “É como se ocorresse uma disputa entre peixes e microorganismos (decompositores de matéria orgânica)”.

Maior fiscalização

Para mudar essa realidade, o biólogo Gilson Moura frisou que é preciso uma intensificação da fiscalização por parte dos órgãos ambientais, investimento em campanhas educativas e também uma postura mais consciente da própria população. “Porque trata-se da má educação das pessoas”.

Outra sugestão do biólogo é a aplicação de punições mais severas para quem comete esse crime ambiental, com multa alta, cujo valor aumente consideravelmente em caso de reincidência, culminando até em prisão

se for preciso. “Os gestores precisam entender o meio ambiente como algo prioritário, extremamente importante para a economia da cidade”.

Saiba Mais

■ Além da ligação clandestina de esgoto, a população ainda tem o mau hábito de jogar lixo nas ruas ou galerias pluviais, favorecendo a condução de lixo para os rios, lagoas, lagos e praias da cidade. O diretor de Manutenção e Conservação da Seinfra, Rodrigo Pacheco, declarou que casos como esses podem ser denunciados nos canais da Prefeitura de João Pessoa.

■ Basta telefonar para o 0800 031 15 30 ou se dirigir pessoalmente à sede da Seinfra, que fica na Avenida Rio Grande do Sul, 721, Bairro dos Estados. O funcionamento é das 7h às 17h.

■ Outra forma de denunciar é acessando o site da prefeitura: joaopessoa.pb.gov.br, na área Prefeitura Conectada. Nesse espaço, o cidadão pode ou não se identificar e tem a opção de enviar foto ou vídeo da situação.

Foto: Roberto Guedes

FÁBIO GOUVEIA

Um campeão ainda surfando na onda

Paraibano da cidade de Bananeiras fez história no surfe e se consagrou como primeiro brasileiro a ganhar um título mundial, além de outras grandes conquistas na modalidade

Laura Luna
lauraluna@epc.pb.gov.br

Hoje o surfe é um esporte admirado, rodeado de grandes patrocínios e com atletas de destaque em todo o mundo, inclusive no Brasil, país que entrou para a história ao fazer o primeiro campeão olímpico, o norte-rio-grandense Ítalo Ferreira. Mas quem acompanha os eventos badalados, com premiações milionárias, muitas vezes transmitidos ao vivo por grandes emissoras de televisão, pode não saber que há algum tempo a situação era outra.

Poucos recursos, falta de incentivo e o forte preconceito freavam, de alguma forma, o desenvolvi-

mento do esporte. E foi nesse cenário desfavorável, em uma cidade onde o mar está longe do ideal para a prática, que nasceu um campeão. Fábio Martins Gouveia, o Fabinho Gouveia, primeiro brasileiro a ganhar um título mundial e a vencer no Havaí. O paraibano de Bananeiras, Brejo do estado, pegou as primeiras ondas em 1982, na Praia do Bessa. Em 87 começou a competir nacionalmente e tchau. Ganhou o mundo, reuniu inúmeros títulos e entrou para a história do surfe mundial.

A reportagem de **A União** conversou com o surfista e produtor de pranchas, de 52 anos, radicado em Florianópolis (SC), que falou sobre a carreira, a boa fase do surfe no Brasil e as perspectivas de crescimento do esporte.

Fotos: Arquivo pessoal



Fábio Gouveia atualmente produz pranchas, mas ainda pega onda nas praias de SC

Títulos conquistados ao longo da carreira

- Campeão Brasileiro Amador 87
- Campeão Mundial Amador em Porto Rico 88(primeiro titulo mundial de um brasileiro no surfe)
- Campeão Mundial do WQS 98
- Campeão Brasileiro profissional 88
- Campeão Sul-Americano 88
- Bi Campeão de eventos especiais da WSL em piscinas de ondas no Japão (Ocean Dome)
- 5º do ranking final da WSL em 92
- Bi Campeão Brasileiro 2005 (Supersurf)
- Vice-campeão Mundial Master 2011(Arpoador)
- Terceiro colocado no Mundial Master da Wsl 2018 nos Açores.
- Campeão Brasileiro Master Gran Kahuna 2021 pelo Circuito The Legends

A entrevista

■ *Você iniciou no surfe aos 13 e aos 18 já era campeão brasileiro amador. Hoje, aos 52 anos, continua participando de competições?*

A competição tá no sangue e eu gosto de competir, não profissionalmente mas sempre que tem um evento master, especial, eu vou e participo amarradão. Estou bem esperançoso em participar de mais competições, mas é uma forma diferente, hoje em dia é muito mais uma confraternização do que uma competição, claro que todo mundo que vai querer dar o melhor, quer ganhar, mas eu acho que antes mesmo de ganhar tem toda a vibe de você estar com a galera das antigas. Ao mesmo tempo que é uma confraternização é um lance que faz você se manter fisicamente. Você sabe que vai ter uma competição pra disputar então você quer estar na água todo dia, fazer exercício físico pra poder desempenhar bem, aí é um ponto positivo.

■ *Vamos voltar algumas décadas e lembrar de um início desafiador...*

Realmente quando eu comecei, lá no início dos anos 80, o surfe era marginalizado ainda, tinha aquele estigma de surfista vagabundo, que queria ficar na praia, aquela coisa toda e o pessoal não olhava com bons olhos. Mas aí depois eu já comecei a pegar uma época melhor, eu lembro muito de mães de amigos falando pra minha mãe: “olha, não deixe seu filho surfar não, se ele começar a viajar nunca mais vai parar, não vai querer estudar” (risos). Mas isso ficou bem lá atrás, na verdade acho que muito dessa coisa era da fissura do surfista de querer estar na água, pela felicidade que dava pegar onda e o pessoal acaba ficando por muitas e muitas horas e isso era real pra mim também. Quando eu comecei a pegar onda eu não queria sair da água, ficava com o nariz e os lábios arrebitados, não conseguia dormir de noite com o olho ardendo, mas isso trazia a evolução rápida, muitas horas na água trouxe a evolução rápida e foi o que me fez correr atrás.

■ *Quem são os destaque do Brasil atualmente?*

Os grandes da atualidade são os que estão em evidência, os campeões mundiais. O Adriano, o Ítalo, o Felipinho. O Adriano, que parou,

mas continua sendo muito admirado. Tem uma turma nova que entrou agora, o João Chianca, o Samuel, que são moleques muito bons também, uma galera mais nova tipo Mateus Herdy. A Paraíba também é um celeiro de grandes talentos e eu tenho acompanhado mais o Yure Barros, que atualmente mora em Floripa, pego algumas sessões de surf com ele ali e ele vem surfando bastante, é o cara que eu mais estou avaliando de perto. Tem também Kauã Hanson, que surfa muito bem, e outros que já tem mais idade, mas surfam muito como o Jonas Marretinha, Francisco Fininho. No geral é difícil acompanhar de perto porque é muita informação e não tem como assimilar tudo, e hoje em dia é muito mais trabalho pro surfista, com essa questão de mídia social, porque tem sempre o trabalho fora d'água.

■ *As Olimpíadas de Tóquio marcaram o ingresso do surfe, mas a ideia é antiga. É um novo momento para o esporte?*

A perspectiva do surfe olímpico começou a partir do Mundial Amador de 88, quando eu ganhei, ali já tinha um pessoal querendo organizar, já tinham em mente colocar o surfe nas Olimpíadas. Só que entrar nas Olimpíadas era uma coisa muito difícil, foram muitos anos e o convite aconteceu aqui no Brasil e oficialmente realizado no Japão. Então realmente nesse patamar aí a gente já tinha dois campeões mundiais e aí foi um negócio que culminou porque o esporte aqui já estava em ascensão, com muita visibilidade por causa dos títulos do Adriano e do Gabriel. E aí com o ouro olímpico ficou um negócio de outro mundo, né?! Realmente a evolução atingindo outro patamar com muitas empresas de fora do ramo do surfe, que na minha época os patrocínios vinham muito das empresas de surfe. Agora esse pessoal de ponta é um pessoal que ganha muito dinheiro e toda essa visibilidade desses últimos anos transformou o esporte, com pais e mães querendo matricular seus filhos nas escolinhas. Virou realmente um grande esporte no Brasil, com grande reconhecimento. É o país do futebol mas acredito que também somos o país do surfe, neh?!

■ *Se imaginou, em algum momento, surfando uma onda olímpica?*

Eu digo que por um tempo eu me imaginei fazendo parte de alguma delegação, mas como atleta era um lance meio distante porque na nossa época a gente via aquela tentativa, mas não acontecia, porque realmente era difícil e dependia de muitas federações. Na real, a gente teve um gostinho, porque os mundiais realizados pela ISA (International Surfing Association), aquele próprio onde fui campeão mundial amador, era como se fosse nos moldes olímpicos. A gente tinha os desfiles das delegações com todas nas praias, tinha um quê de olimpíadas e, claro, a gente tinha um sonho, mas a gente já vivia um pouco disso porque eles faziam uma coisa similar. Infelizmente esse ano da Olimpíada de estreia do surfe foi um ano atípico por conta da pandemia que atrapalhou e os atletas que estiveram lá não conseguiram sentir o que era um desfile de delegação, uma presença no estádio... teve atleta que disse que parecia um campeonato normal: “eu tava na praia, da praia ia pro hotel, do hotel pra praia”...

■ *Você é consciente da contribuição que deu, e segue dando, para o desenvolvimento do esporte ao longo desses quase 40 anos?*

Eu tenho consciência do meu trabalho dentro do surfe, mas logicamente meu trabalho foi um trabalho no sentido de ter uma postura profissional mesmo sem saber como ser um profissional do surf, porque a gente foi crescendo junto com o esporte e aprendendo junto, na estrada, mas sempre fazendo tudo com muito cuidado. Sempre tentamos passar a imagem do atleta e acho que, eu e minha geração, fomos bem-sucedidos, fizemos o nosso papel pra época. O surfe tava em evolução e esse reconhecimento veio quando o pessoal teve o título mundial, porque existiu toda uma pavimentação pra se chegar até ali e a gente se viu como exemplo de profissionais. A gente trabalhou dentro da linha, fazendo as coisas certas, sadias, hora da brincadeira era hora da brincadeira... hora do trabalho tinha que encarar como trabalho, às vezes nosso trabalho mesmo se fundindo com o nosso lazer, isso era um cuidado que a gente tinha que ter. Mas como eu disse, a gente foi aprendendo na estrada e assim... a minha contribuição foi realmente o profissionalismo e, claro, hoje eu como fabricante de prancha e

surfista, a contribuição é mais essa de viajar para instruir outros profissionais e ter um esporte organizado dentro e fora da água e a gente vai passando esse conhecimento nessas viagens.

■ *Uma vida dedicada ao surfe. Deve ter vivido muitas alegrias...*

O surfe só me proporcionou alegrias. Foi uma forma de crescer na vida como pessoa, como atleta. O oceano ensina muito pra gente. Na época que você tá muito acelerado, é muito jovem, ganha um evento e o ego vai lá pra cima, o próprio oceano coloca você no lugar (risos). Com ondas desafiadoras você aprende o seu limite, a respeitar bem mais tudo e a todos e assim, desde que eu subi na prancha eu sempre botei em mente que queria viver do surfe pra sempre, então eu fui criando todos os caminhos que me permitissem estar nele e é onde eu estou agora. Dentro do surfe eu acabo sempre estando com a imagem acesa e isso gera os compromissos presentes e futuros. Hoje em dia eu nem faço tantos planos a longo prazo porque sempre uma ação causa uma reação e outros projetos aparecem e vão linkando uma coisa à outra. Mas claro, não é uma carreira fácil. Eu tenho alguns patrocinadores ainda, mas não vivo só de patrocinador, por isso eu não consigo focar só numa preparação física pra estar melhor para encarar um mar gigante. Mas claro, eu sempre me mantenho ali na ativa e é sempre uma correria, como eu te disse, vão aparecendo as coisas e a gente vai trabalhando e como é difícil viver de uma coisa só você tem várias vertentes pra trabalhar.

■ *E o futuro do surfe, como você enxerga?*

Não para de crescer, tem muita visibilidade hoje em dia, e no Brasil essa crescente com as escolas de surfe instruindo bem os futuros atletas e praticantes do esporte, é promissora. O futuro é muito bom porque teve também esse acréscimo das piscinas de ondas em casos de países que não tem mar, o que amplia muito a área pra treinamento prático. O Brasil tem uma legião de novos atletas e foi ótimo que aconteceram esses títulos mundiais para termos referência e cada vez mais a galera lutar, porque brasileiro é muito guerreiro e se der oportunidade ele vai lá.

LUTA OLÍMPICA

Atletas paraibanos no Pan-Americano

Gemerson Moura, Michael Lima, Ana Karolina Moura e Pedro Henrique vão competir no México, em junho

Laura Lima
lauralima@epc.pb.gov.br

Quatro atletas paraibanos de luta olímpica irão representar o Brasil no Pan-Americano Sênior de Wrestling, no México em maio, e no Pan-Americano Sub-17 2022, que acontece na Argentina em junho. Os nomes foram conhecidos no último final de semana, em São José dos Campos (SP), quando aconteceu o Campeonato Brasileiro de Wrestling Brasileiro de Wrestling Sub-17.

Gemerson Moura e Michael Lima já iniciaram os treinamentos com foco no Sênior, segundo assegurou o treinador da dupla, Walter Júnior, que acredita na possibilidade de medalhas no campeonato internacional. “Os meninos têm chances de pódio. Os treinos são diários e eles já conquistaram medalhas internacionais”. Já Ana Karolina Moura e Pedro Henrique de Souza-que irão representar o Brasil no estilo livre e greco-romano- garantiram vaga no Pan-Americano Sub-17. Dos 33 atletas brasileiros classificados, 18 participarão das competições em Acapulco e 15 estarão competindo em Buenos Aires.

Eliezer Ferreira, técnico de Pedro Henrique que é atleta do Clube Campes- tre (CG), recebeu a notícia da classificação com entusiasmo. “Representou nosso estado, representou nosso clube. É o resultado de muito treino e muita dedicação que ele tem e agora é focar

ainda mais pra representar o país”. Eliezer lembra que, se alcançar o objetivo para o qual está focado, Pedro poderá marcar uma nova etapa da carreira. “Que eles suba mais uma vez ao pódio, dessa vez internacional, o que é um fato inédito pra ele, mas ele está se preparando da melhor maneira para representar bem o Brasil nessa competição”.

221
atletas participaram, em São Paulo, do Campeonato Brasileiro Sênior, a grande maioria com idade inferior a 23 anos, numa grande renovação

O Campeonato Brasileiro Sênior, de São Paulo, registrou recorde no número de participantes com 221 atletas, chamando a atenção para a idade dos competidores, com menos de 23 anos, o que representa a renovação do estilo, segundo constatou o Comitê Olímpico do Brasil (Cob). A Paraíba levou 19 atletas e conquistou 13 medalhas, sendo cinco de ouro, cinco de prata e três bronzes.



O paraibano Germerson Moura no lugar mais alto do pódio durante as disputas do Campeonato Brasileiro de Wrestling

TRÊS PARAIBANOS

Seleções de goalball convocadas para treinamentos

Os atletas das Seleções Brasileiras de Goalball e Judô paralímpico se reunirão de 3 a 10 de abril, no Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo, para mais uma fase de treinamentos. A CBDV (Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais) divulgou as listas oficiais com os 42 nomes chamados. O time de futebol de cegos não terá fase pois, no mesmo período, estará na Argentina disputando a Tango Cup.

No goalball, será a primeira reunião das equipes feminina e masculina após a troca no comando técnico das duas seleções: o paraibano Jônatas Castro, campeão do último Campeonato das Américas com as mulheres, agora terá a missão de liderar os rapazes. Ele manteve a última convocação do seu antecessor com os mesmos oito atletas. Já a seleção feminina, sob gestão de Gabriel Goulart, acrescentou um nome, o de Geovanna Moura, da Apace-PB, que retorna ao grupo após ter se afastado por conta do nascimento da filha.

No time masculino, mais uma vez, o paraibano Emerson Ernesto aparece entre os convocados.

No judô, o trabalho iniciará com os 25 atletas convoca-

42
atletas foram convocados para as seleções de goalball e judô para treinamentos no Centro Paralímpico em São Paulo entre os dias 3 e 10 de abril

dos para a fase anterior segue ainda com o foco de montar um grupo de acordo com as regras implementadas em 2022. Os judocas continuam se adaptando aos novos pesos e às novas classificações oftalmológicas que alteraram significativamente a modalidade.

Festival para Cegos
O 1º Festival de Futebol de Cegos, que será realizado entre os dias 26 e 29 de maio, no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo, está com inscrições abertas. As mulheres interessadas têm até o dia 6 de abril para preencherem a fi-

cha e encaminhá-la à secretariageral@cbd.org.br.

Há 45 vagas disponíveis. Caso o número de inscritas seja superior, a prioridade será de quem enviou primeiro a ficha com todos os dados preenchidos corretamente. O evento é destinado a mulheres com deficiência visual das classes B1, B2 e B3, praticantes ou não de outras modalidades para cegas. Todas devem se apresentar com os materiais básicos, tais como

ventas, chuteiras, caneleiras e luvas (goleiras). O material de treinamento (camisas, calções e meias) será fornecido pela organização.

O Festival estava originalmente agendado para maio de 2020, mas, por conta da pandemia, precisou ser adiado. Não haverá a disputa de um torneio propriamente dito. Ao longo dos quatro dias, as inscritas participarão de palestras e treinamentos e, no dia 29, irão para a quadra

bater bola em jogos de exibição. O objetivo principal da CBDV (Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais) é dar início à prática da modalidade, ainda restrita aos homens, entre o público feminino. Ao atrair praticantes, espera-se identificar possíveis talentos para a formação de uma Seleção Brasileira.

Vale lembrar que, em 2023, a IBSA (sigla em inglês para Federação Internacional

de Esportes para Cegos) pretende organizar a primeira Copa do Mundo Feminina, que estaria inserida na programação dos Jogos Mundiais, em agosto, na Inglaterra. A Copa também estava marcada para 2020 e seria disputada em Enugu, na Nigéria, mas foi outra competição adiada devido aos protocolos da Covid-19. Ainda não há informações sobre o formato de disputa nem como as seleções serão escolhidas.



O técnico paraibano Jônatas Castro (de óculos), que dirigiu a equipe feminina, agora vai comandar o time masculino

SELEÇÃO BRASILEIRA

Jogadores se apresentam amanhã

Brasil volta a competir nas Eliminatórias no dia 24 contra o Chile, no Rio, e dia 29 contra a Bolívia, em La Paz

A Seleção Brasileira já tem sua programação definida para a Data FIFA de março, quando enfrentará Chile, no dia 24, e Bolívia, no dia 29, em jogos válidos pelas Eliminatórias da Copa do Mundo FIFA Catar 2022. Para estes dois compromissos, toda a preparação da equipe será realizada na Granja Comary, em Teresópolis. A apresentação dos jogadores será amanhã.

Serão três dias de treinamentos antes da primeira partida, marcada para o dia 24 de março, no Maracanã, contra o Chile. No dias 21, 22 e 23, o técnico Tite comandará os treinos sempre às 16 horas. A comissão técnica, como de costume, se apresenta já neste domingo (20) no Centro de Treinamento da Seleção Brasileira.

Após o confronto com os chilenos, a delegação retorna para a Granja Comary no sábado, quando retomará os trabalhos de olho na partida contra a Bolívia. Serão mais três dias de treinamentos, sendo os dois primeiros também às 16 horas, e o de segunda-feira (28) às 10h. Neste mesmo dia, a equipe embarca para Santa Cruz de La Sierra, em voo fretado, às 17 horas.

Já na Bolívia, a Seleção Brasileira pernoitará em Santa Cruz, de onde parte para La Paz no dia seguinte. O embarque para a capital boliviana, que receberá o duelo contra os donos da casa, está marcado para as 15h30. A bola rola para Brasil x Bolívia às 19h30 (20h30 de Brasília). Logo após a partida, a delegação retorna para o Brasil.

17ª rodada das Eliminatórias

■ 24/3
20h30
Uruguai x Peru
Colômbia x Bolívia
Brasil x Chile
Paraguai x Equador

■ 25/3
20h30
Argentina x Venezuela

Os treinos para os jogos contra o Chile, que vão acontecer no Maracanã, começam amanhã na Granja Comary, em Teresópolis



Foto: Lucas Figueiredo/CBF

Tite

vai comandar três treinos antes do jogo contra o Chile, que será realizado no Maracanã. A viagem para o jogo na Bolívia só vai acontecer no próximo dia 28

CLASSIFICAÇÃO

SELEÇÕES	PG	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Brasil	39	15	12	3	0	32	5	27
2º Argentina	35	15	10	5	0	23	7	16
3º Equador	25	16	7	4	5	25	15	10
4º Urugua	22	16	6	4	6	19	22	-3
5º Peru	21	16	6	3	7	17	21	-4
6º Chile	19	16	5	4	7	19	20	-1
7º Colômbia	17	16	3	8	5	16	19	-3
8º Bolívia	15	16	4	3	9	23	35	-12
9º Paraguai	13	16	2	7	7	9	23	-14
10º Venezuela	10	16	3	1	12	14	30	-16

COPA LIBERTADORES

Sorteio para definir os grupos acontece no próximo dia 25

No próximo dia 25, na sede da Conmebol, no Paraguai, acontece o sorteio da fase de grupos da Copa Libertadores, quando os times brasileiros irão conhecer os seus adversários. O Brasil tinha dois clubes na pré-Libertadores e apenas um conseguiu avançar, no caso, o América Mineiro, já que o Fluminense caiu diante do Olimpia, do Paraguai.

Além do América, o país ainda tem o atual campeão, o Palmeiras, Atlético Mineiro, Flamengo, Athletico-PR, Corinthians, Bragantino e o Fortaleza, num total de oito. A fase de grupos da Libertadores 2022 começa no dia 6 de abril e vai até o dia 25 de maio. As oitavas de final estão previstas do dia 29 de junho até 6 de julho. As quartas de final acontecerão entre os dias 3 e 10 de agosto, enquanto as semifinais de 31 de agosto a 7 de setembro. A final será no dia 29 de outubro.

O fato de terminar mais cedo nesta temporada tem a ver com a disputa da Copa do Mundo, a partir de novembro, no Catar. Os potes do sorteio da

fase de grupos da Libertadores 2022 foram definidos da seguinte forma: os vencedores das competições continentais ficam no primeiro pote (Palmeiras e Athletico-PR).

Já as outras vagas para cabeça de chave são preenchidas pelo ranking da Conmebol. Equipes do mesmo país só se enfrentam na fase de grupos se um desses times tiver garantido vaga na fase preliminar. Neste caso, o América pode ter um brasileiro no seu grupo.

Na última quarta-feira, o Olimpia se classificou ao eliminar o Fluminense



Foto: Lucas Merçon/Fluminense

CABEÇAS DE CHAVE

- **Pote 1**
Palmeiras
River Plate
Boca Juniors
Flamengo
Nacional-URU
Peñarol
Atlético-MG
Athletico Paranaense
- **Pote 2**
Cerro Porteño
Libertad
Independiente del Valle
Universidad Católica
Emelec
Corinthians
Colo-Colo
Vélez Sarsfield
- **Pote 3**
Sporting Cristal
Deportivo Cali
Red Bull Bragantino
Deportivo Táchira
Alianza Lima
Deportes Tolima
Colón
Caracas
- **Pote 4**
Always Ready
Talleres
Independiente Petrolero
Fortaleza
Olimpia
Estudiantes
The Strongest
América-MG

ATLÉTICO DE CAJAZEIRAS

Dois jogos para evitar o rebaixamento

Técnico Stefferson Bruno tem a missão de salvar o clube nas duas rodadas finais do Campeonato Paraibano

Fabiano Sousa
fabianogool@gmail.com

Ocupando a última colocação do grupo A do Campeonato Paraibano, o Atlético de Cajazeiras terá duas rodadas na sequência da competição para tentar evitar o seu terceiro rebaixamento na história do Estadual. O preparador físico Stefferson Bruno é quem vai comandar a equipe no restante da competição, com a missão de tentar salvar o clube do descenso.

O Trovão soma apenas dois pontos na tabela de classificação e está a dois pontos do Auto Esporte, mas pode vê a vantagem aumentar, caso o Macaco Autino vença uma partida a menos que tem para ser disputada. O clube não conseguiu vencer no torneio e ainda acumula um retrospecto de quatro derrotas e dois empates.

O último ponto conquistado pelo Paraibano foi no empate sem gols, no clássico sertanejo com o Sousa, no meio de semana, em partida válida pela 7ª rodada. Nesta partida, quem esteve à frente do comando técnico foi o preparador físico Stefferson Bruno. Ele é quem vai comandar a equipe nos dois últimos jogos do Estadual com a missão de livrar o clube do rebaixamento.

“Com pouco tempo de trabalho conseguimos um empate contra uma equipe tida

como favorita a conquistar o título. Nos próximos dois jogos acredito que possamos tirar o clube dessa situação. Teremos um pouco mais de tempo até o próximo jogo e vamos tentar passar confiança aos jogadores

■ Os dois jogos decisivos para o Atlético serão disputados em João Pessoa, diante do Auto Esporte e do Botafogo, ambos no Almeidão

para que eles possam conseguir os resultados”, comentou o treinador interino, Stefferson Bruno.

Em 2013, Stefferson assumiu o clube em situação semelhante, no entanto, conseguiu levar o Trovão até as semifinais daquela edição do Paraibano. Agora ele encara a missão de salvar Atlético do rebaixamento, como sendo seu maior desafio profissional.

“Quando assumi o clube por onze jogos, em 2013, conseguimos chegar até as semifinais daquela edição. Desde a 4ª rodada desta temporada estava na função de preparador físico e assumi o maior desafio de minha vida profissional, em 20 anos, quando decidi comandar o clube nas três últimas partidas do Estadual. O Atlético tem uma história belíssima no futebol da Paraíba, vamos tentar livrá-lo do rebaixamento. Que essa má campanha sirva de lição para as próximas edições”, finalizou.

O alviázulino terá de vencer os seus dois próximos compromissos contra Auto Esporte e Botafogo, respectivamente, ambos fora de casa, para permanecer na elite do futebol paraibano em 2023.



Foto: Reprodução/Instagram

Nos seis jogos disputados no Campeonato Paraibano, o Atlético de Cajazeiras comemorou apenas dois gols e levou sete

CLASSIFICAÇÃO

GRUPO A

	PG	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Sousa	11	5	3	2	0	7	1	6
2º São Paulo Crystal	9	6	2	3	1	6	5	1
3º Botafogo	8	4	2	2	0	5	3	2
4º Auto Esporte	4	5	1	1	3	3	7	-4
5º Atlético	2	6	0	2	4	2	7	-5

GRUPO B

CLUBES

	PG	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Campinense	10	4	3	1	0	6	1	5
2º Nacional	10	6	3	1	2	15	11	4
3º CSP	3	2	1	0	1	4	5	-1
4º Treze	6	6	1	3	2	9	7	2
5º Sport	3	4	1	0	3	1	14	-13

2013

foi o ano em que o técnico interino Stefferson Bruno conseguiu levar o Atlético a uma posição de destaque no Campeonato Paraibano

Jogos de hoje

- **CARIOCA**
16h
Flamengo x Vasco
- **BRASILIENSE**
15h30
Gama x Brasiliense
- **CATARINENSE**
11h
Hercílio Luz x Figueirense
16h
Concórdia x Chapecoense
- **PAULISTA**
16h
Novorizontino x Corinthians
Bragantino x Palmeiras
- **PARAENSE**
9h30
Tapajós x Paysandu
15h30
Bragantino x Tuna Luso
- **PARANAENSE**
18h30
Maringá x FC Cascavel
16h
Athletico-PR x Londrina
- **MARANHENSE**
16h
Pinheiro x Moto Club
- **GAÚCHO**
20h30
Brasil x Ypiranga
- **POTIGUAR**
16h
ABC x Santa Cruz
- **SERGIPANO**
15h15
Freipaulistano x Boca Júnior
América x Falcon
18h15
Itabaiana x Lagarto

PARAIBANO SUB-17

Finalistas serão conhecidos amanhã com jogos em Bayeux e João Pessoa

Fabiano Sousa
fabianogool@gmail.com

O Campeonato Paraibano Sub-17 conhecerá amanhã os finalistas. Diamante, de Santa Rita, e Treze duelam a partir das 15h, no Estádio Lourival Caetano, em Bayeux, pelo jogo de volta das semifinais. O outro jogo vai acontecer no Campo do Unipê, em João Pessoa, às 15h, entre Centro Sportivo Paraibano (CSP) e Nacional de Patos.

Nos jogos de ida das semifinais, Treze e Centro Sportivo Paraibano abriram vantagem em suas respectivas partidas. O Galo venceu o Diamante, no Estádio Presidente Vargas, em Campina Grande, pelo placar de 3 a 1, com isso o Alvinegro pode até perder o confronto de amanhã por diferença de um gol, que mesmo assim, avançará à grande final e, em caso de derrota por dois gols de diferença, a vaga será de-



Foto: @cassiano13fc

No jogo de ida, o Treze levou a melhor sobre o Diamante, de Santa Rita, e venceu por 3 a 1 no Estádio Presidente Vargas, na última quinta-feira

cidida nos pênaltis. Uma derrota por três ou mais gols de diferença vai custar a eliminação do clube da Rainha da Borborema.

Apesar da vantagem para o confronto contra o Diamante, o coordenador de base do futebol do Treze, Franklin Lopes, garante que o clube vai buscar mais uma vitória para garantir a vaga na final.

"Estamos desenvol-

vendo um trabalho na base do futebol do clube e revelando bons atletas. Construímos uma boa vantagem no jogo de ida, mas não podemos nos acomodar com esse resultado. O nosso objetivo é de conseguir mais uma vitória para chegarmos fortes na final em busca do título", comentou.

No outro confronto das semifinais, o Tigre foi

bem, derrotou o Nacional por 1 a 0, no Estádio José Cavalcanti, em Patos, e agora, tem a vantagem de um empate na partida de amanhã, para garantir a sua ida à final.

O campeão do Campeonato Paraibano Sub-17 vai representar a Paraíba na Copa do Brasil da categoria, que será disputada no segundo semestre deste ano.

Uma padroeira gigante

Aparecida, cidade do interior paulista, terá Nossa Senhora de aço inoxidável maior que o Cristo Redentor

José Maria Tomazela
Agência Estado

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) autorizou a instalação de uma estátua gigante de Nossa Senhora na cidade de Aparecida, no interior de São Paulo. A obra estava embargada desde 2019 por decisão judicial, após a ação de uma entidade que representa ateus questionar o investimento de dinheiro público em monumento de cunho religioso. A escultura foi feita pelo artista plástico Gilmar Pinna e doada à cidade em homenagem aos 300 anos da padroeira do Brasil, transcorridos em 2017.

Desde que foram transportadas até Aparecida e sofreram o embargo, as quatro partes da escultura, em aço inoxidável, ficaram abandonadas e sofreram depredação. O plano do município era instalar a imagem gigante no final do eixo turístico, na margem do Rio Paraíba do Sul. A prefeitura chegou a elaborar um projeto da praça que abrigaria o monumento.

A cidade abriga o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, principal destino do turismo religioso no país. Com o pedestal, a escultura atinge 50 metros de altura, maior que o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (RJ).

Na época, a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (Atea) entrou com ação alegando que, por ser o Brasil um estado laico, não poderia haver investimento de recurso público em benefício de uma religião, no caso, a católica. Ao contestar a



Foto: Reprodução

■ Santa padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida tem seu santuário localizado no interior do estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba, um local que se transformou no principal destino do turismo religioso do país

Religião

Associação de Ateus e Agnósticos entrou com uma ação na Justiça alegando que o Brasil é um estado laico

ação, o município alegou que a economia da cidade depende do turismo, que seria incrementado com a instalação do monumento. O argumento da associação foi acatado pelo juízo de primeira instância, que também mandou retirar outras cinco esculturas com motivos religiosos de Pinna, instaladas em rotatórias da cidade. A prefeitura e o escultor entraram com recurso. Em decisão dada no

último dia 9 e divulgada na quarta-feira (16), o Tribunal de Justiça revogou a decisão, permitindo que a escultura seja erguida. Conforme o desembargador Ponte Neto, a cidade tem como principal atrativo econômico o turismo religioso e, ao permitir e investir em obras para atrair mais turistas, a economia local será fomentada, melhorando a qualidade de vida dos moradores. Ele também se referiu ao va-

lor artístico da escultura. O tribunal autorizou ainda a reposição das outras obras retiradas da cidade. Pinna comemorou a decisão do TJ. “Fiquei feliz com o entendimento de que se trata de uma obra de arte”, disse. Ele lamentou que, durante a pandemia, as partes da escultura sofreram vandalismo. “Arrombaram um contêiner e furtaram o rosário de Nossa Senhora, inclusive o crucifixo, uma

peça de três toneladas de aço inoxidável”. Ele espera fazer parceria com a iniciativa privada para recuperar e montar a escultura, que também sofreu pichações. A Atea lamentou a decisão do Tribunal de Justiça por contrariar o princípio da laicidade do estado, consagrado pela Constituição brasileira. Após ser notificada da decisão, a associação decidirá se vai entrar com recurso.

Prefeitura quer parceria para viabilizar montagem

O prefeito de Aparecida, Luiz Carlos Siqueira (MDB), disse que a decisão do Tribunal de Justiça reconhece que é um polo de turismo religioso e é depositária da fé do povo brasileiro por abrigar o santuário da padroeira do Brasil. “Nós somos a capital mariana (referência à Maria, mãe de Jesus, segundo a religião católica) e recebemos até 13 milhões de peregrinos por ano. De acordo com a Constituição Federal, o poder público é laico e as administrações devem ser conduzidas com espírito laico, mas, no entendimento dos julgadores, Aparecida é diferente, pois toda a movimentação é voltada à institucionalização da padroeira, nossa mãe Aparecida”, disse.

O prefeito disse que, embora a decisão do tribunal paulista não seja definitiva, pois ainda pode haver recurso, a prefeitura pretende realizar uma parceria-público-privada para a montagem da estátua. “Já pedi ao escultor Gilmar Pinna um laudo de engenharia estrutural para que a gente possa fazer a montagem. O artista acredita que até 12 de outubro, o



Foto: Divulgação

■ O escultor Gilmar Pinna, na foto ao lado, disse que economizou recursos e acumulou material durante 30 anos para fazer e doar a escultura de Nossa Senhora Aparecida, que hoje se encontra abandonada: as quatro partes da obra, em aço inoxidável, sofreram depredação e algumas peças foram furtadas

dia da padroeira, será possível montar a estátua. Eu prefiro não falar em prazo, mas a prefeitura fará todos os esforços para ter a imagem erguida o quanto antes. Nossa cidade existe por conta da devoção à Nossa Senhora Aparecida”.

A imagem será instalada em um dos pontos turísticos mais emblemáticos da cidade, no Porto Itaguassu, à margem do Rio Paraíba do Sul. É

o local mais próximo do ponto em que a imagem de Nossa Senhora Aparecida foi encontrada em 1717. A área que vai abrigar a praça com o monumento foi doada ao município. Comerciantes da cidade defendem o novo atrativo.

Sobre o furto de peças da imagem, Siqueira disse que a segurança na cidade foi reforçada. “Estamos melhorando a segurança com a instalação

de cabines de monitoramento em tempo real nas praças. O projeto está em fase experimental, mas já estamos tendo resultados”.

O escultor Gilmar Pinna disse que economizou recursos e acumulou material durante 30 anos para fazer e doar a escultura de Nossa Senhora para Aparecida. “Foi uma promessa e eu quis cumprir. Se fosse fazer hoje, custaria R\$

8 milhões. Só lamento que tenha sido necessário entrar com recurso no Tribunal de Justiça para que fosse reconhecida como obra de arte”.

O artista disse que suas obras sacras são “perseguidas” por entidades não religiosas. “Há esculturas de santos de 30, 40 metros em todo o Brasil e ninguém embarga. Talvez por ser um artista conhecido, eu já tive várias esculturas em-

bargadas”, reclamou. Ele contou que uma escultura de São Sebastião com cerca de 40 metros feita para ser instalada no município do mesmo nome, no litoral norte de São Paulo, também foi barrada por ação judicial. “Precisei alugar um terreno aqui em Guarulhos, onde fica meu ateliê, para colocar as peças. São 30 carretas de peças que estão aqui paradas”, contou.



Ilustração: Tasso

O jornalista e poeta Raul Machado nasceu em 7 de abril de 1891, na Vila Batalhão, atual Taperoá, interior da Paraíba

Poeta utilizava a imprensa para publicar seus versos

Hilton Gouvêa
hiltongouveauniojo@gmail.com

Na opinião do poeta, escritor e cordelista Irani Medeiros, Raul Machado pertenceu à fina flor da literatura e dos poemas, incluindo-se entre os que reinavam nessa área no período que vai do final do século 19 ao início e meados do século 20. Em síntese, “colocou-se no meio destacado dos brilhantes sonetistas dessa época e, como ilustre referência, podemos citar que foi contemporâneo de Perylo de Oliveira e de Augusto dos Anjos, também notabilizando-se como colunista do jornal **A União**, onde publicava seus versos e artigos em prol da cultura”.

Os biógrafos de Raul Campelo Machado o comparam, na escrita, a Severino Peryllo de Oliveira, que atuou no jornalismo paraibano, divulgando peças teatrais. Era o repórter de cultura da época. Trabalhou como ator e redator de peças-drama em diversas companhias artísticas pelos palcos do Nordeste, no período de 1913 a 1917. Estreou no Teatro São João (RJ), com apoio da Companhia Artística Brandão Sobrinho. Fez Turnê pelo interior do Brasil, escolhendo uma faixa de apresentações a partir do norte de Minas Gerais, até o Rio Grande do Norte.

Então, quem veste esta carapuça de versatilidade cultural-histórica é o jornalista, escritor, ensaísta, conferencista, poliglota jurista e poeta Raul Campelo Machado, imortalizado nas páginas do ‘Pequeno Dicionário de Escritores e Jornalistas Paraibanos do Século XIX’, lançado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para marcar a trajetória política, inte-

lectual e profissional dos valores locais para a posteridade. Pode-se acrescentar que Raul não foi apenas isso. Segundo Irani, “ele contribuiu muito para o jornalismo paraibano, principalmente com a publicação de inusitadas matérias sobre cultura”.

Raul Machado nasceu em 7 de abril de 1891, na Vila Batalhão (atual Taperoá, interior da Paraíba). Seus pais foram João Machado da Silva e Júlia Campelo Machado. Iniciou os estudos na sua terra, complementando-os no Lyceu Paraibano, em João Pessoa; depois matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, onde cursou somente o primeiro ano, indo concluir na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Casou-se com Diana Sampaio Machado.

Aos 15 anos, já compunha versos que publicava no jornal **A União**, órgão de imprensa do governo estadual. Seus poemas comoviam os leitores, já que ele transformava em rimas o cotidiano da época, vez por outra, utilizando a morte como tema.

Aprovado em concurso público, acabou nomeado auditor de Guerra, indo servir nos estados do Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Seus versos mais famosos foram ‘Lágrimas de Cera’, ‘Póstumas’ e ‘Na Praia’.

Exerceu as funções de promotor da Justiça Militar, em Pernambuco; foi ministro do Tribunal de Segurança Nacional; secretário-geral da Comissão Organizadora dos Estatutos dos Funcionários Públicos; e ministro corregedor da Justiça Militar.

Era Membro da Sociêtê dês hommes de lettres e da Sociêtê Académique d’histoire Internationale, da França.



Foto: Marcos Russo

Raul Machado é o patrono da Cadeira 35 da Academia Paraibana de Letras

A morte a bordo de um navio em alto mar

Raul Machado morreu em 19 de julho de 1954, a bordo do navio Provenge, quando regressava da Europa, onde fora em busca de tratamento de saúde.

É patrono da Cadeira 35 da Academia Paraibana de Letras (APL). Na Ilha do Bispo, bairro de João Pessoa, existe uma escola pública que tem o

nome do ilustre paraibano.

Suas obras, ora publicadas em livros, ora em jornais, foram ‘Cristais de Bronze’ (1909), ‘Água de Castália’ (1919), ‘Asas Afiltas’ (1924), ‘Pelo Abolicionismo da Arte’ (1925) e outras de grande importância, como ‘Na Praça’, além do livro especial ‘Parecer Sobre o Processo Criminal Militar’.

Seu nome aparece até nas autorizações do Congresso Nacional para pagamentos de despesas burocráticas e vantagens do ofício. Uma delas foi em 21 de novembro de 1950. Com apoio na Lei 1.242, o Congresso foi autorizado a liberar a verba de CR\$ 140.480,00 para Raul pagar despesas e material de expediente, ocorridas

no período de 1948 a 1949.

Outra autorização advinda do mesmo órgão manda pagar a Raul 25% sobre seus vencimentos, como auditor da Justiça Militar, em 7 de setembro de 1945. Morreu nove anos depois, em 1954, a bordo de um navio em pleno oceano, longe da Paraíba, terra que tanto amava.

Angélica Lúcio

angelicallucio@gmail.com

Um apanhado de leituras em 15 dias de férias

Ainda tenho mais alguns dias de férias para usufruir, mas minha lista de leituras só aumenta. Sim, sou aquela louca dos livros, que lê tudo ao mesmo tempo agora. Nos meus primeiros 15 dias de folga, li várias obras e outras estão na lista. Admito, muitos livros são sobre jornalismo ou comunicação – eu descanso carregando pedra, vocês já sabem...).

Fora os que já li, na minha lista de livros por concluir ou iniciar, ainda estão: ‘Sapiens’ (Yuval Noah Harari) – um livro maravilhoso, mas que exige leitura atenta, pois é riquíssimo em informações; ‘Você foi enganado’ (Chico Otavio & Cristina Tardáguila); ‘Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news’ (Mathews D’ Ancona); e ‘O super-homem vai ao supermercado’ (Norman Mailer). Detalhe: boa parte dessas obras que citei está com um preço bem acessível nas livrarias on-line.

Entre um livro e outro, também reli poemas de Carlos Drummond de Andrade, Adélia Prado e Pablo Neruda (nesse caso, não os românticos, mas os que integram o ‘Livro das perguntas’, cuja tradução foi feita por Ferreira Gullar). A seguir, compartilho com vocês os livros que terminei de ler nos últimos dias.

‘Histórias lindas de morrer’ – Autora do best-seller ‘A morte é um dia que vale a pena viver’, a médica Ana Claudia Quintana Arantes escreve sobre a finitude, mais uma vez, de forma elegante, sincera, carinhosa, humana. O livro traz histórias de pacientes terminais



Foto: Angélica Lúcio

em seus momentos de maior vulnerabilidade. Não é uma obra triste, mas faz o leitor se desmanchar em lágrimas. Merece ser lido e relido.

‘Quem me roubou de mim?’ – Lançado em 2008 pelo padre Fábio de Melo, o livro ficou entre os mais vendidos no ano seguinte na categoria autoajuda e esoterismo, conforme a revista Veja. Ao tratar do sequestro da subjetividade, o autor nos leva a refletir sobre relacionamentos, pertencimento e o mal que algumas

pessoas fazem ao minar a coragem, a autenticidade e a capacidade de escolha do outro.

‘Notícias: manual do usuário’ – Escrito pelo filósofo Alain de Botton, é obra essencial para ser lida por todos: jornalistas e não jornalistas (principalmente). Ao mostrar como alguns temas são tratados pela mídia, Botton coloca vários pontos de interrogação na mente do leitor, abrindo espaço para importantes reflexões sobre o que nos atrai no noticiário.

‘Em nome dos pais’ – Matheus Leitão é filho dos jornalistas Marcelo Netto e Mirian Leitão. Nesse livro, ele narra em primeira pessoa o percurso que percorreu para compreender o período vivido por seus pais na época da ditadura, além de investigar personagens da vida real envolvidos em delação, prisão, tortura, culpa. Com um texto envolvente, Matheus contribui para que anos muito obscuros do Brasil não sejam esquecidos.

Tocando em Frente



Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br

A Jovem Guarda – Conclusão

No auge da apresentação do programa Jovem Guarda (de agosto de 1965 a janeiro de 1968), por volta de 1967, quando a chamada música jovem havia ganhado terreno no Brasil, nas Américas e até na Europa, Carlos Manga, que era o “todo poderoso” produtor, numa tentativa de “universalizá-la”, tentou mudar-lhe o nome para MJB – Música Jovem Brasil –, possibilitando assim que outros astros e estrelas emergentes também participassem do evento televisivo.

Além do mais, ele implicava diante dos constantes atrasos dos músicos para o planejamento das apresentações, por exemplo, o acomodamento dos espaços no palco. Algumas vezes, superando o inimaginável, chegou até a proibir a presença do RC7 no programa. Por conta de alguns vetos semelhantes, a audiência do programa começou a declinar. Em parte, Carlos Manga tinha razão. Tanto é prova disso o fato de que o próprio Erasmo Carlos chegou a reclamar da “grande bagunça no palco”.

De maneira geral, a direção da TV Record insistia em que se retirasse o foco em Roberto Carlos, no sentido de massificar a presença de outros astros e estrelas emergentes, como Raul Seixas e seus Panteras, por exemplo.

Roberto Carlos voltara do 17º Festival



Imagem: Reprodução

de San Reno (janeiro de 1968), de onde saiu vencedor, interpretando a música ‘Canzone per te’ (Sérgio Endrigo), e o seu prestígio havia aumentado significativamente, o que o fazia exigir mais foco nele próprio durante as apresentações no programa televisivo. Mesmo assim, não há como negar que, mesmo com o fim das “alegres tardes do domin-

go”, ele ajudava a manter o nome jovem guarda, como ocorria nos seus programas de fim de ano na TV Globo.

Em abril de 1968, ele promove uma apresentação, com o nome de RC/68, que, com a apresentação de Bibi Ferreira, no Teatro Carlos Gomes (Rio de Janeiro), contou com a participação da maioria dos que faziam o cast

do programa Jovem Guarda: Erasmo Carlos, Wanderléa, Waldirene,

Wanderley Cardoso, Martinha, Bobby di Carlo, Nalva Aguiar, os Vips, os Fevers, The Jordans, Jerry Adriani, Rosemary, além, obviamente, do RC7. Na plateia, presenças ilustres: Sérgio Endrigo e o casal Johnny Hallyday e Silvie Vartan (para os mais curiosos, é dessa época - 10/5/68 - o casamento de Roberto Carlos com Cleonice Rossi Martinelli, a Nice, em Santa Cruz de la Sierra-Bolívia, já que, no Brasil, ainda não havia sido aprovada a lei do divórcio, e ela vinha de um matrimônio). Fala-se, mas não há provas, que o casamento de Roberto, de certa forma, teria acelerado o fim do programa.

Após a saída de Roberto Carlos do comando, Wanderléa e Erasmo tentaram dar continuidade ao programa, no entanto, bem ao estilo deste, ele afirmou na época: “Não deu para segurar a barra!...”.

Já em março daquele ano, Roberto Carlos passou a apresentar o seu Opus 7, um programa experimental, na própria TV Record, com foco em músicas clássicas, com ele próprio se apresentando em vestes, digamos, acadêmicas.

Por ser o reflexo de um momento, a Jovem Guarda apresentava um estado d’alma que viverá em nossa memória musical afetiva, porque almas são eternas, segundo se acredita.



Fotos: Acervo Walter Ulysses



Walter Ulysses

Chef de cozinha
| Colaborador

Paraíba Restaurant Week

Começou na Paraíba o Restaurant Week, maior evento de gastronomia do Brasil. O festival teve início no último dia 11 e vai até o dia 3 de abril nos melhores restaurantes de João Pessoa e de Bananeiras.

Conhecido por seu sucesso, o Restaurant Week é realizado há 15 anos em 12 estados e no Distrito Federal. Durante 24 dias, os melhores restaurantes de cada cidade criam menus individuais em três tempos, com entrada, prato principal e sobremesa, por um valor fixo.

Na Paraíba, o festival gastronômico está em sua quarta edição. O Restaurant Week reúne diversos estabelecimentos que elaboraram seus cardápios exclusivos para o evento. O menu padrão tem valor fixo de R\$ 59,90 no almoço e R\$ 69,90 no jantar, enquanto o menu plus, almoço e jantar, fica por R\$ 79,90 e R\$ 89,90, respectivamente.

Para Marina Sá, coordenadora do Paraíba Restaurant Week, as expectativas para o evento são de bons resultados. “Nós estamos realizando o evento em um momento muito otimista para as pessoas. Elas querem estar confraternizando, celebrando e vivendo as experiências de forma presencial. Então, eu acho que isso, aliado ao maior número de restaurantes, ao maior número de parceiros e ao evento ter crescido de forma orgânica, faz com que a expectativa seja muito positiva”, avalia.

O festival conta com o apoio e parceria de empresas que acreditam na importância do evento para o mercado paraibano. Um deles é a PBGás. “O setor de restaurantes é um dos principais focos da companhia, que tem em sua carteira de clientes mais de 300 restaurantes usufruindo das vantagens do gás canalizado, com o fornecimento contínuo, segurança e pagamento após o consumo”, diz o gerente de Marketing e Relacionamento com o Mercado da PBGás, Renato Vilarim.

Além da PBGás, apoiam o evento EstrellaGalicia, Coca-Cola sem açúcar, Vinícola Aliança, São Braz, Tea Shop Cabo Branco, Banco do Nordeste, Uninassau, Sir Investimentos e Núcleo Imobiliário. O evento tem apoio também da SinGroup, Neoron e Gráfica Moura Ramos, e assessoria de imprensa da Vivass Comunicação.

O Paraíba Restaurant Week tem uma plataforma de inteligência artificial para melhor interação entre clientes e restaurantes. Com chatbot, o consumidor pode conhecer mais sobre os estabelecimentos, opinar sobre os menus e votar no Prêmio Cantaloupe.

Parceira do evento, a startup Neoron (uma spin-off da empresa paraibana Fabwork) é detentora de uma plataforma studio de criação de chatbot: um software capaz de manter um diálogo com um usuário humano em uma linguagem natural, destinada a construir experiências com o cliente.

Além de proporcionar experiências gastronômicas, o Paraíba Restaurant Week também promove a inclusão profissional. Durante o evento, os estudantes de Gastronomia da Faculdade Uninassau têm a oportunidade de estagiar nos locais participantes do festival. Os alunos estão conhecendo, na prática, andamento, gestão e processos do dia a dia dos melhores estabelecimentos da cidade de João Pessoa por meio do Estágio Week.

Desde o início do Restaurant Week na Paraíba, a ONG Milagre Sertão, que assiste famílias carentes no interior do estado, foi escolhida para ser beneficiada pelo evento. Os clientes que consumirem um dos menus criados pelos restaurantes participantes podem contribuir com a ONG doando a partir de R\$ 1,00.

Para prestigiar os menus mais saborosos e o estabelecimento mais criativo, o Restaurant Week premia os melhores nas categorias de melhor entrada, prato principal, sobremesa, menu, atendimento, ambiente e prêmio revelação. A votação é realizada durante o festival por meio do voto popular.

A lista de participantes do evento conta com 33 restaurantes paraibanos com diversas particularidades, como ambiente externo, pé na areia, pet friendly e espaço kids, por exemplo. A lista de restaurantes pode ser acessada no endereço www.cantaloupe.com.br. Nas redes sociais: @cantaloupebr e @restaurantweekbrasil.

Walter Ulysses - Chef formado no Curso de Gastronomia no antigo Lynaldo Cavalcante (João Pessoa) e tem Especialização na Le Scuole di Cucinadi Madrid. Já atuou em restaurantes de diversos países do mundo, a exemplo da Espanha, Itália, Portugal e Holanda. Foi apresentador de programas gastronômicos em emissoras de tv e rádio locais, e hoje atua como chef executivo de cozinha na parte de consultorias.

PITADAS A GOSTO

A forma mais simples de se conservar carne consiste em cortá-la em pedaços que se possam colocar num lugar onde o ar seco retire a humidade da carne, mesmo sem qualquer espécie de cura; isto só é possível em climas que tenham uma estação seca e fria, como no norte da Europa, ou na Mongólia, onde a borts é uma forma tradicional de secar a carne. Noutras regiões, e dependendo da disponibilidade de sal, a salga de carne para ser seca é uma forma mais eficiente e foi utilizada, por exemplo, na América do Sul: os incas secavam carne de lhama com sal, num produto que eles chamavam charqui; esse processo foi, depois, transferido para o Brasil, onde subsiste com o nome de charque, e aparentemente para a América do Norte, onde os nativos aprenderam a conservar carne de bisonte; eventualmente, os colonos europeus adotaram o processo, que veio a ser conhecido como jerky, uma corruptela de charqui da língua quíchua.



PRATO DO DIA Coxinha de carne de sol

Ingredientes:

- Batata: 500 gramas
- Água: 1 litro
- Leite: 1 xícara (chá)
- Margarina: 2 colheres (chá)
- Açúcar: 1 colher (chá)
- Caldo de galinha: 2 tabletes
- Azeite de oliva: 1 xícara (chá)

- Sal: 1 colher (sopa)
- Farinha de trigo: 1 quilo

Recheio:

- Carne de sol: 500 gramas
- Cebola: a gosto
- Ervas finas: a gosto
- Salsinha: 1 colher (sopa)

Modo de preparo:

- Cozinhar a batata, descascar, amassar e depois misturar a água, o leite e o resto dos ingredientes, menos a farinha de trigo; deixar ferver bem e acrescentar a farinha até soltar do fundo da panela; esfriar no mármore e enrolar o recheio escolhido.

Recheio:

- Cozinhar a carne-de-sol até o ponto de desfilar; temperar com ervas a gosto; acrescentar cebola branca e salsa picadas.

Cultura do clientelismo

Uma relação na troca de favores

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

O nome clientelismo é muito popular, mas a maioria das pessoas não sabe a definição sem que uma pesquisa seja realizada. No entanto, apesar do termo ser desconhecido, as práticas que provêm dele são culturais e fazem parte do cotidiano de todo brasileiro que sabe o mínimo sobre política. Quantas vezes políticos prometeram, durante o período de eleição, favores em troca de votos? Ou mesmo favores em troca de apoio político, entre um candidato e outro?

Essa troca em favor de um benefício próprio que ocorre na política, podendo ser entre político e cidadão, ou entre político e político, é muito comum no cotidiano do Brasil. Na opinião de Luciano Nascimento, professor de Direito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o próprio sistema político atual do país favorece essa prática.

“É uma problemática da política nacional brasileira. Isso se repete em muitos mu-

nicipios, estados e na República brasileira, muitos não conseguem se libertar. Eu diria que temos assistido a isso, o modelo de gestão brasileiro se caracteriza por essas palavras, o clientelismo e o coronelismo, no sentido de que a

relação entre a Câmara dos Deputados e o Senado é uma relação política clientelista”, comenta o professor.

Segundo explica o especialista, o presidente da República, por exemplo, precisa ter maioria no Congresso Nacio-

nal para governar, o que contribui para que as trocas de favores ocorram. “Para isso, ele não vai agir ideologicamente. Ele vai ter que se submeter às estruturas da Câmara e do Senado. O presidente vai ter que se submeter a isso

à luz da nossa história política, é uma realidade da nossa história e memória. A própria estrutura do sistema político leva, muitas vezes, não como regra geral, o chefe do Executivo a essa relação clientelista e coronelista”.

Luciano Nascimento

Prática da política brasileira de “jogar o jogo” de trocas

É possível observar o clientelismo entre os Poderes Legislativo e Executivo, na prática, quando, por exemplo, o chefe do Executivo libera verbas maiores que o habitual às vésperas de uma votação importante, do qual tem interesse em aprovação. Ou mesmo quando são prometidos cargos, secretarias, em troca de apoio durante as eleições, que resultam em votos dos eleitores. O fato é que o clientelismo não ocorre apenas durante o processo eleitoral, mas durante os quatro anos que sucedem a posse do candidato.

Em último caso, quando o político não sabe “jogar

Mônica Bergamo, fez a seguinte afirmação: ‘A ex-presidente Dilma foi impeachmada não porque cometeu um crime de responsabilidade,

mas por ausência e falta de apoio político no Congresso Nacional’. O que quer dizer essa fala? De que uma presidente da República é jogada para fora do poder não porque cometeu uma falta grave mas porque a estrutura clientelista e coronelista do Congresso deixou de apoiar essa presidente e, por causa de interesses pessoais, a maioria votou pelo seu impeachment”.

Ainda segundo o professor de Direito, o ministro apenas utilizou sinônimos para se referir ao clientelismo no Brasil. A entrevista de Barroso à colunista da Folha de São Paulo foi publicada no último dia 2 de fevereiro, sob o título ‘Motivo real de impeachment de Dilma foi falta de apoio, não pedradas, diz Barroso’.



Ilustração: Pixabay

o jogo” de trocas, é possível que ele chegue a se prejudicar, ao ponto de sofrer um impeachment. O professor avalia que foi isso que ocorreu com a ex-presidente da República Dilma Rousseff (PT).

“Recentemente, o ministro Luís Roberto Barroso, em entrevista à jornalista



Ilustração: Pixabay

O bem comum esquecido

Os interesses em volta do poder podem resultar em problemáticas que vão além de prejudicar uma carreira política ou mesmo retirar alguém de seu cargo. A população e a democracia são os que mais sofrem com essa prática. Se por um lado o voto direto perde a força elegendo-se o candidato que mais “compra voto” e tem apoio político, e não necessariamente o mais preparado, por outro, os já eleitos não exercem o papel do qual foram chamados para fazer, as políticas exercidas por eles não são públicas, mas sim de interesse pessoal.

Segundo explica Luciano Nascimento, para entender a prática do clientelismo atualmente, é preciso recorrer a algo mais antigo, o coronelismo. A mesma ideia de um coronel que detém uma clientela de votos, e se torna o maior beneficiado com a eleição, pode ser aplicada ao clientelismo.

“Esse político eleito, antes de ser um representante da comunidade, ele é o representante do coronel. Os votos que ele detém é em função do apoio que recebeu do clientelismo. O clientelismo só tem vida na política porque é um desvirtuamento do coronelismo. Sem o coronelismo, o clientelismo não subsiste na política. Esses políticos são representantes

diretos do coronelismo e não dos eleitores que votaram neles”, avalia o professor.

Ele completa ressaltando os problemas práticos que resultam na vida de cada eleitor, como a falta de saúde, educação, mobilidade urbana, entre outros problemas que são de responsabilidade dos parlamentares solucionarem. “As políticas exercidas por aqueles que praticam o clientelismo não poderão ser chamadas de públicas, porque só serão para aquele nicho de eleitores que estão associadas ao coronel”.

A política deveria ser a realização do bem comum, do bem-estar de todos. “O clientelismo na política é a negação desse modelo de política do bem comum para todos, porque o clientelismo é o favorecimento estratégico na política. É a criação de uma clientela específica que será favorecida por quem estiver no exercício do poder”.

Na opinião do professor, o clientelismo é uma forma de política que nega a própria ideia maior de política. “O clientelismo é uma forma de política que mantém os municípios, os estados e o país, a nação no atraso da realização do que a política tem que construir em termos de beneficiar a todos e não apenas uma parte”.



Foto: Arquivo Pessoal

É uma realidade da nossa história e memória. A própria estrutura do sistema político leva, muitas vezes, não como regra geral, o chefe do Executivo a essa relação clientelista e coronelista

DIFÍCIL DE SER COMBATIDO

Problema estrutural e enraizado

Ideia do clientelismo é muito mais cultural e sociológica do que algo que pode ser solucionado com leis e fiscalização

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

A ideia do clientelismo é muito mais cultural e sociológica do que necessariamente algo que pode ser solucionado com leis e fiscalização. Na opinião de Luciano Nascimento, professor de Direito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), esse problema é algo estrutural no país, difícil de ser combatido apenas no âmbito jurídico.

Segundo explica o professor, a Justiça Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, assim como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não tem poder sobre o clientelismo que ocorre principalmente entre os próprios políticos. “Essa é a nossa realidade. A estrutura jurídica do Direito, a lei federal e a própria Constituição não têm poder sobre isso. Porque não é uma questão jurídica e dogmática, é uma questão sociológica. É uma questão cultural da política brasileira, e cultura não se elimina criando leis, ou por decisões judiciais”.

Mas como o país pode ser liberto dessa estrutura, já que os próprios órgãos que deveriam combatê-la não conseguem fazê-lo? “Culturas são extintas por outras culturas, a cultura só será eliminada com uma outra cultura, que é a cultura da representação popular verdadeira, sem cabresto. Sobre isso ainda estamos muito longe. Isso depende da consciência política do cidadão”, analisa o professor.

Muitos municípios, estados e até mesmo o presidente da República são reféns desse sistema que, na teoria, tem legislação quando diz respeito à relação de clientelismo entre político e eleitor, desde a década de 1960.

Conforme o artigo 299 do Código Eleitoral (Lei 4.737, de 15 de julho de 1965), é proibido dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita. A pena para esse crime é de até quatro anos de reclusão e pagamento de 5 a 15 dias de multa. Não é por acaso que essa é uma preocupação da Justiça Eleitoral há mais de 50 anos.

A ideia de clientelismo na política nacional pode ser identificada em alguns marcos da história do país. A impressão é de que a democracia sempre esteve à espreita do que diz respeito às eleições do país, mas sendo impedida de ganhar seu protagonismo pelo poder falar mais alto.

“Na nossa passagem de Império para República, em 1891, temos a primeira Constituição da República e a segunda do Brasil. A primeira foi a Constituição do Império, em 1824, que determinou uma monarquia hereditária constitucionalista em que a ideia do voto era totalmente indireta, praticamente não existia. Com a proclamação da República e a Constituição de 1891, nós tivemos o que chamamos de virada epistemológica na política brasileira, mas não foi para tanto, porque as eleições foram indiretas. O primeiro presidente da República, Marechal Deodoro, foi um presidente provisório e portanto uma figura indireta. No exercício do poder democrático, só em 1894 que nós temos eleições diretas, mas não foi possível justamente por conta dessa palavra chamada clientelismo e o que ela representa”, explica Luciano Nascimento.



Modelos oligárquicos e realidade socioeconômica



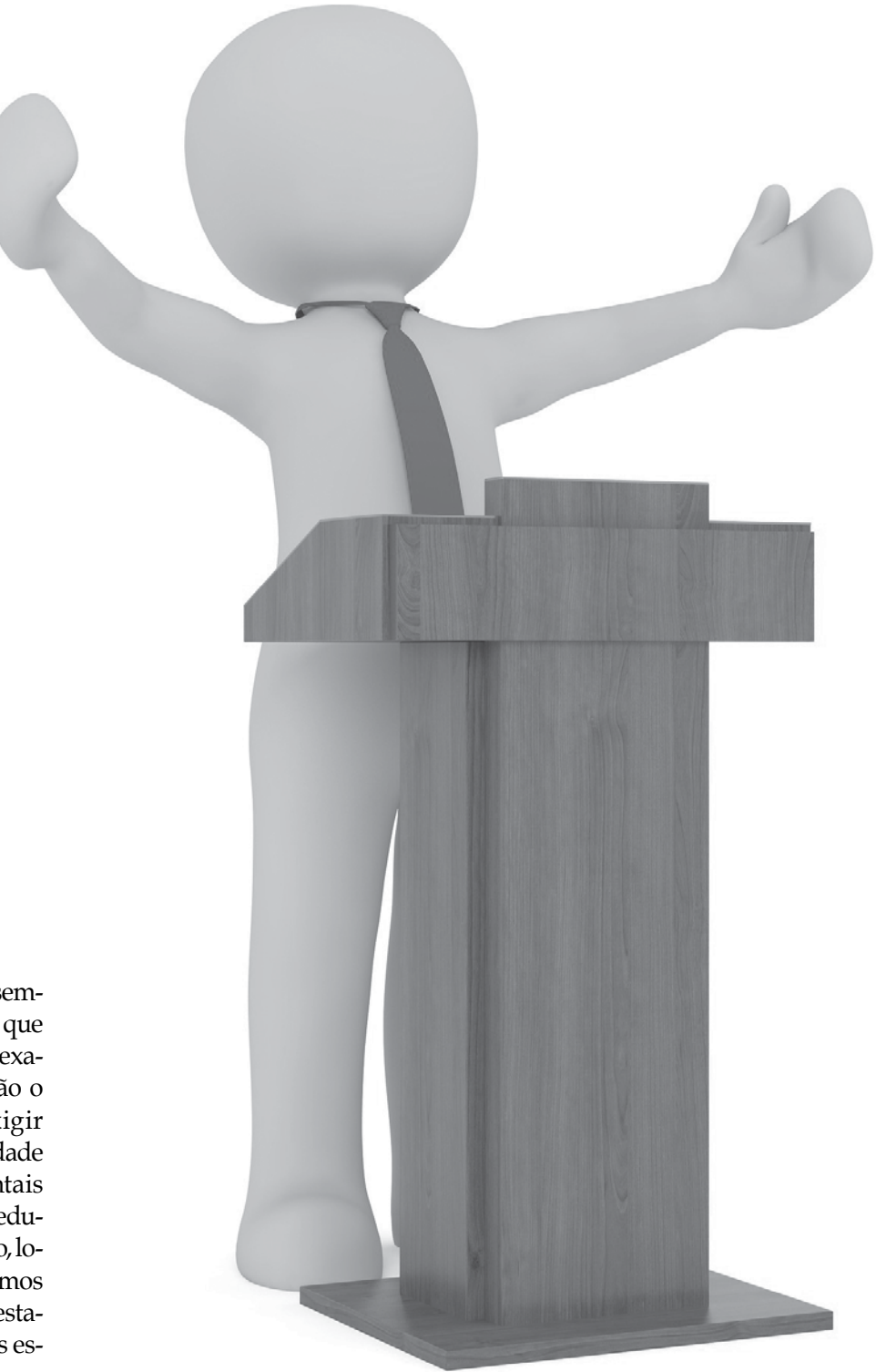
■ Muitos municípios, estados e até o presidente da República são reféns desse sistema

■ A ideia de clientelismo na política nacional pode ser identificada em alguns marcos da história do país

Mudança de prática

Na opinião do especialista, o Brasil está bem longe de alcançar qualquer tipo de mudança. “O modelo que precisamos atingir está muito longe da nossa realidade”, comenta Luciano Nascimento. O caminho percorrido por outros países, como Portugal, Alemanha e França, foi o da efetivação dos direitos fundamentais sociais, que

são papel da política desempenhá-los. “Quem tem que realizar esses direitos é exatamente a política e não o Direito. Temos que exigir junto à política a efetividade dos direitos fundamentais sociais, como a saúde, educação, moradia, emprego, locomoção. Se conseguirmos exigir isso da política, estaremos eliminando essas estruturas sociológicas”.



sofrer variações. Luciano Nascimento explica que os autores não diferenciam essa prática, mas sim mostram que há vários modelos oligárquicos que podem variar de lugar para lugar, de acordo com a realidade socioeconômica.

“Isso varia conforme um estado. Você pode ter num estado como São Paulo, por exemplo, que tem uma economia voltada a determinada riqueza, e ali se instala uma ideia clientelista. Estados do Nordeste, como a Paraíba, Pernambuco, Bahia, têm outras formas de se instalar. Mas não há uma definição fragmentária do que é, há uma complexidade quanto às formas de oligarquias”, diz.

Public Opinion Project (Lapop).

Já o Instituto de Pesquisas de Opinião trouxe dados mais recentes que mostram os efeitos da pandemia nessa prática. De 2018 para as eleições de 2020, o percentual cresceu 5%, passando de 10% para 15%. Os fatores levantados é a crise financeira causada pelo período de pandemia no país. Os dados são referentes apenas às eleições municipais do Rio Grande do Sul, no entanto, ainda assim, conseguem refletir uma realidade muito próxima à vivenciada por todo o país durante esse mesmo período.

No entanto, a forma como o clientelismo se desenvolve em cada estado ou município pode

LÓGICA DO CLIENTELISMO

Privatização das políticas públicas

Poder político para privilegiar apenas interesses pessoais em detrimento dos anseios mais gerais da sociedade

Lucilene Meireles
lucilenemeireles@epc.pb.gov.br

■ A troca de favores, de bens e de serviços por apoio político é uma prática ilegal, mas ainda bastante usual em épocas de eleições

“Estamos buscando apoio para o candidato fulano de tal, uma pessoa do bem, que vai ajudar muita gente se for eleito. Mas precisamos do seu voto, dos familiares e vizinhos”. Quem nunca recebeu um “convite” assim ou soube de alguém que ficou tentado a ceder? Em ano eleitoral, então, as propostas “indecentes” se multiplicam. E para conquistar a confiança do eleitor, vêm as promessas: “Tem um emprego te esperando assim que meu candidato for eleito”; ou ainda “Te dou o material que está precisando para construir tua casa”. As promessas são muitas, remédio, cirurgia, vaga numa creche, consulta antecipada. Parece bom ter uma vantagem, mas no final das contas, para quem não sabe, essa troca de favores, bens e serviços por apoio político tem nome: clientelismo, e é uma prática ilegal.

O clientelismo é sempre prejudicial à democracia e à construção de uma sociedade mais justa econômica, social e politicamente, conforme o cientista político Maurício Sardá, doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Para ele, a lógica do clientelismo é a privatização do estado e das políticas públicas. “Utilizam-se do poder político para privilegiar apenas interesses afetos e privados, além de aliados políticos, em detrimento dos interesses mais gerais da sociedade, em busca de políticas distributivas efetivas que combatam a resiliente desigualdade econômica e social do país”.

Atualmente, conforme Sardá, o Governo Federal mobiliza seus esforços principalmente através da lógica do clientelismo, quando apoia apenas governos estaduais que lhe são favoráveis, determina reajuste salarial para as categorias dos servidores que lhe são base de apoio, quando participa da construção de um mecanismo de distribuição de recursos públicos aos parlamen-

tares da sua base de apoio através de orçamento secreto, quando trata a coisa pública como negócio privado seu e da sua família, quando define parte importante da sociedade civil organizada como inimigos e nega o diálogo e o acesso às políticas públicas.

“Vivemos um retrocesso efetivo em termos de cultura política e de gestão do Estado, com o retorno do autoritarismo, do clientelismo e da ocupação extensa dos cargos públicos por servidores militares, uma vez que esse setor não é qualificado para a gestão democrática e, sequer, tecnicamente qualificado para a complexidade dos problemas públicos e do Estado brasileiro”, analisa.



Foto: Pixabay



Foto: Reprodução/UFPB

“ Vivemos um retrocesso efetivo em termos de cultura política e de gestão do Estado, com o retorno do autoritarismo, do clientelismo e da ocupação extensa dos cargos públicos por servidores militares, uma vez que esse setor não é qualificado para a gestão democrática e, sequer, tecnicamente qualificado para a complexidade dos problemas públicos e do Estado brasileiro

Maurício Sardá

Políticos idolatrados, uma prática

No Brasil, a construção recente de uma sociedade e estado democrático avançou significativamente desde a Constituição de 1988, que estabeleceu, por exemplo, o concurso público para todas as carreiras de servidores públicos, a incorporação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e humanos. Até o golpe institucional de 2016, o Brasil vivenciou avanços significativos, especialmente no reconhecimento dos direitos e na construção institucional do Estado para fazer frente a esses direitos de cidadania, na busca da universalização da proteção e da promoção sociais.

Uma nova cultura política, que se chamou de um novo republicanismo, restringia consideravelmente a margem de ação clientelista, com ampliação progressiva da transparência estatal e do controle social sobre as políticas públicas. Ainda que importante, conforme Sardá, esse período de reformas não conseguiu transformar as estruturas da desigualdade e da exclusão social, ao ponto de uma importante estudiosa do tema considerar esse período mais recente como “claudicante e não homogêneo”, dados o aumento dos gastos sociais e as políticas redistributivas implementadas até 2016.

“Após o golpe de 2016, o que assistimos é o desmonte da capacidade estatal que havíamos construído no curto período de 25 anos”, constata. É o que também pensa Tião Santos, presidente da Central Única dos



Foto: Arquivo Pessoal

O clientelismo ataca as relações democráticas, interpessoais. Perde-se o valor e o poder de interferir, de decidir, de propor. Quando a pessoa se deixa levar pela troca de favor, se anula no processo e se condiciona às decisões daquele que está lhe oferecendo algo

Tião Santos

Trabalhadores (CUT), na Paraíba. Para ele, o clientelismo tem se instalado de forma assustadora, revoltante e não acontece só na política, mas também nas instituições, no estado de direito, nas relações de poder.

Tião diz que as instituições democráticas e a sociedade precisam fazer esse debate para que a sociedade entenda

que a troca de favores prejudica o processo democrático. “O clientelismo ataca as relações democráticas, interpessoais. Perde-se o valor e o poder de interferir, de decidir, de propor. Quando a pessoa se deixa levar pela troca de favor, se anula no processo e se condiciona às decisões daquele que está lhe oferecendo algo”, pondera.

Mais comum em sistemas onde as pessoas possuem menor grau de escolaridade e educação, a prática resulta numa política tendenciosa, corrupta e ineficiente para o coletivo, como avalia a bióloga Rita Mascarenhas, vice-presidente da ONG Guajiru. Ela afirma que essa “compra” de pessoas leva o sistema à perda da democracia, onde um político trabalha para poucos e não para a coletividade. “O peso é o povo idolatrando políticos e grupos sociais separados do todo e comprometimento dos recursos que devem ser para as necessidades coletivas”.

Ela diz que o uso do clientelismo na política resulta na perda da força democrática do sistema e desvio de recursos públicos para fins individuais. Ela diz ainda que determinados indivíduos veem nos políticos, justamente por causa dessa falsa proximidade e identificação, um salvador, amigo e protetor, que vai resolver seus problemas. “A nossa falta de conhecimento de política, o individualismo e subordinação que carregamos como herança do coronelismo, faz com que direitos e necessidades coletivas sejam deixadas de lado”.

Apoiada na fragilidade das pessoas

O clientelismo ainda é muito forte e é uma prática que também faz parte da cultura política brasileira, em especial nos setores conservadores e neoliberais que concebem o Estado como inimigo. Isso ocorre porque não desejam a construção de políticas de proteção e promoção sociais para enfrentar as mazelas históricas, as desigualdades sociais, raciais, de gênero, entre outras, aponta Maurício Sardá.

Nesse sentido – continua ele – o clientelismo caminha muito próximo do elitismo, racismo e patriarcalismo. No Nordeste, segundo

o estudioso, o clientelismo é uma concepção adequada ao coronelismo, à imagem de poderosos locais que transformam a propriedade fundiária em poder político e se apropriam da máquina pública para atender a seus interesses privados e aliados.

A força do clientelismo se apoia na fragilidade das pessoas e das instituições e, de acordo com o presidente da CUT, Tião Santos, na Paraíba não é diferente do Brasil. Ele entende que a ascensão do clientelismo é um problema político que se fortalece pela falta de conhecimento, de autonomia

política, social e econômica do cidadão. “É histórica essa questão. Vem desde o Brasil Império e continua no Brasil republicano, principalmente no cenário político, quando se tenta chegar ao poder através dessa troca de favores”, lamenta.

Ele afirma que quem tem o poder econômico se apropria das estruturas democráticas e usa as instituições para benefício próprio, mantendo a desigualdade social, que é um dos fatores preponderantes nessa relação. Na avaliação do sindicalista, os políticos atuais não podem ser considerados representantes do povo.

Criando cidadão menos cidadão

O clientelismo é praticado pelos partidos, grupos de poder, instituições e agentes políticos desde as promessas nos discursos de palanque aos pedidos de “ajuda” de cabos eleitorais na divulgação de plataformas. Em troca, segundo a bióloga Rita Mascarenhas, sempre há um cargo, um trabalho, uma cirurgia, passando na frente de outros, uma casa, uma bolsa de estudo, enfim, há sempre um favorecimento que torna o político “comprometido” em sua integridade.

É um movimento que torna o cidadão menos cidadão, o faz acreditar que é amigo do político e ele se torna dependente daquele ou outro partido justamen-

te para manter em pé os que o beneficiam. Além disso, interfere no processo de tomada de conhecimento das regras, normas e estruturas que colocam as bases para a participação popular na política. “Compromete toda a base do sistema democrático, uma vez que podemos ter, ocupando cargos, pessoas menos preparadas, mas apadrinhadas”, lamenta.

Maurício Sardá acrescenta que isso ocorre na medida em que o clientelismo está ligado ao elitismo, racismo e patriarcalismo. Ele analisa que o clientelismo combate a democratização porque concebe o público como ente privado a ser controlado e dominado através da con-

quista – a qualquer custo – do poder político.

O cientista político analisa que o clientelismo também é autoritário, pois não reconhece vozes divergentes, especialmente quando emanadas dos setores populares e das classes trabalhadoras para as quais não deseja o acesso às políticas públicas, negando-lhes direitos consagrados. Ainda conforme Sardá, para os políticos conservadores e clientelistas, não existe cidadão, apenas serviçais para as elites. Daí a permanência de trabalho em situação análoga à escravidão, o ataque aos direitos trabalhistas e demais direitos sociais da população.



Lucilene Meireles
lucilenemeireles@epc.pb.gov.br

O clientelismo político se aproveita dos menos favorecidos para chegar ao poder e é claro que, nesse processo haverá consequências que afetam não apenas o cidadão, que se “vendeu” em troca de algum benefício, mas toda a sociedade. A maior consequência, como observa o cientista político Maurício Sardá, é o bloqueio da cidadania e a limitação da democracia.

Ele reforça que a população tem dificuldades para compreender tudo isso como um direito fundamental e condição estrutural para ampliação dos direitos, repartição das riquezas e “desmercantilização” da vida social. Diz também que é ainda o clientelismo responsável pela incompletude do estado de bem-estar social, que avançou muito da Constituição Federal de 1988 para cá, mas encontra, nos políticos conservadores e autoritários, detratores da ideia de bem comum e da solidariedade social.

“No Brasil, é urgente a recuperação da agenda pela democratização do Estado e da sociedade, da ampliação do campo dos direitos, do avanço das políticas públicas para o for-

Foto: Arquivo Pessoal



As consequências [do clientelismo] são desigualdade, corrupção, desvio das prioridades sociais, enfraquecimento das bases democráticas, povo dependente e sociedade desestruturada e sem sentido coletivo

Rita Mascarenhas

Criado no campo da Ciência Política, o termo clientelismo é um velho conhecido que tem raízes na Roma Antiga, em específico na “instituição da clientela”. O clientelismo tinha como base de funcionamento o estabelecimento de uma dependência econômica e política entre os patrícios, que eram os grandes senhores de terra, e seus clientes, os homens livres, pequenos proprietários, escravos libertos ou imigrantes. “Detentores de uma posição privilegiada, os patrícios romanos ofereciam um pedaço de terra e proteção aos seus clientes. Em troca, recebiam submissão e obediência”, explica Loyvia Almeida, doutoranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Em uma sociedade onde o poder estatal era ineficiente no que diz respeito à tutela e proteção eficaz de seus membros, sendo essa mantida pela iniciativa privada,

era natural e lógico o poder inerente à categoria dos patrícios. “É certo que de lá pra cá muitas coisas mudaram e outras tantas se modernizaram, mas, em virtude da conservação e não extinção do peso das tradições, ainda sobra espaço para que surjam e se conservem formas de clientelismo, mesmo na atualidade”, observa.

Nos países desenvolvidos, ele está presente e se torna mais evidente nas relações sociais estabelecidas em regiões mais afastadas dos grandes centros, como subúrbios onde há maciça presença de negros e imigrantes. Porém, não está só aí, podendo ser visto por todo lugar, permeando a cisão inerente à sociedade civil que, ao se dividir, origina diversos grupos, com os mais distintos interesses. Concorrendo entre si, conforme Loyvia Almeida, esses grupos disputam os mais variados campos, desde o político, passando pelo simbólico e chegando ao econômico.

Em países subdesenvolvidos, como o Brasil, o histórico colonial, patriarcal e paternalista, o entulho autoritário e a tendência à personalização do poder dão um tempero “sui generis” a esse clientelismo. Portanto, o clientelismo pode ser entendido como “uma prática política que consiste no intercâmbio de voto por favores entre um determinado chefe ou organização política e seus eleitores, com os quais cria um forte componente de lealdade e dependência pessoal”, diz, citando Maria Antônia Alonso de Andrade na publicação ‘Notas sobre clientelismo, coronelismo e representação política’, de 1988.

“Tal componente sempre será usado em favor das classes dominantes. Dessa forma, o clientelismo se situa como uma das dimensões ou bases de sustentação do sistema coronelista, típico da República Velha, cuja superação ocorreu em 1930”, afirma.

O coronelismo, tal como um sistema político, caracterizado por Victor Nunes Leal, em ‘Coronelismo, en-

xada e voto’, de 1976, tinha sua imagem característica na figura dos coronéis, os quais, durante muito tempo, pela ingerência do Estado, exerceram funções típicas desse, tais como justiça, proteção e assistência. “Composto de variadas relações complexas que se desenrolavam nas mais diversas instâncias do poder – federal, estadual e municipal –, o coronelismo deitava suas esperanças de sobrevivência no pacto firmado a partir do decadente poder privado dos coronéis e o nascente poder público, que se fortalecia”.

“Invariavelmente, o coronelismo sucumbiu ao fim de 1930. Não há dúvidas quanto a isso. Mas, em seu lugar, o que terá sido posto? A verdade é que as práticas que lhes davam sustentação sobreviveram e se adaptaram ao passar dos anos e às mudanças que ocorreram”, destaca. Em resumo, citando Eliete de Queiroz Gurjão em ‘Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)’. “Antes mesmo de morrer, o milagre da ressurreição se operou”.

talecimento da rede de proteção e promoção sociais pelo Estado”, comenta.

Na visão de Rita Mascarenhas, vice-presidente da ONG Guajiru, com o clientelismo passam a existir pessoas favorecidas e outras esquecidas. “As consequências disso são desigualdade, corrupção, desvio das prioridades sociais, enfraquecimento das bases democráticas, povo dependente e sociedade desestruturada e sem sentido coletivo”, elenca.

Já para Tião Santos, presidente da CUT-PB, as consequências são temerosas. Ele diz que o Brasil passa por um momento difícil, reflexo da forma de política atual, baseada no clientelismo. E o “esquema” funciona de forma simples, segundo explica: “Os políticos prometem, as pessoas se corrompem, na maioria das vezes, por migalhas, e um dos fatores é a promessa de melhoria. Dão o voto em troca de algo que beneficia de imediato e individualmente, e não pela coletividade”, analisa.

“É a perda do espírito solidário. A desigualdade social aumenta ainda mais pelos que usam de má-fé e oferecem recompensa pessoal. São grandes as consequências, a desigualdade de social e o desrespeito com o ser humano”, emenda.

Foto: Arquivo Pessoal



(...) Sempre será usado em favor das classes dominantes. Dessa forma, o clientelismo se situa como uma das dimensões ou bases de sustentação do sistema coronelista, típico da República Velha, cuja superação ocorreu em 1930

Loyvia Almeida

Revisitando velhos problemas que habitam a sociedade atual

Mestre em Sociologia, doutor em Ciência Política e professor da Fundação Getúlio Vargas, George Avelino Filho escreveu sobre o clientelismo abordando o período da passagem do estágio das sociedades em transição para as politicamente desenvolvidas que, segundo ele, é o caso brasileiro. No texto ‘Clientelismo e política no Brasil: revisitando

do velhos problemas’, o autor se concentrou no clientelismo eleitoral e afirmou que o clientelismo na sua versão mais estatal e partidária é produto do desajuste entre a estrutura social e o sistema político.

“No ‘clientelismo eleitoral’, duas instituições são fundamentais: os partidos políticos e o sistema eleitoral; no fim das contas, é a vitória eleitoral que

permite o acesso ao poder e, em certo sentido, a reprodução da classe política”, comenta na publicação.

Ele destacou que, num sistema onde a tônica da competição política é dada, quase sempre, pelo acesso individual aos benefícios estatais, mais do que pela disputa entre partidos com diferentes alternativas de governo, a disciplina

representaria mais a lealdade a um “cacique”, “intermediário até aqui dispensável”, do que às ideias e programas partidários.

Nessa mesma lógica – conforme segue o texto –, a despeito dos custos crescentes das campanhas eleitorais, o financiamento público também é evitado. Dada a profusão de candidatos, esse tipo

de financiamento implicaria uma quantia irrisória per capita ou o fortalecimento das direções partidárias, que se encarregariam de escolher os “agraciados”. “Daí a valorização dos redutos eleitorais que cada um consiga manter”, destaca no artigo.

Em outro trecho, ele diz: “Contudo, embora a utilização do aparelho estatal como

recurso eleitoral não necessariamente se traduza em votos, os políticos governistas continuam a disputar as indicações para esses postos”. No texto, o cientista político acrescenta que a posse desses postos possibilita, além da troca por votos, intermediar uma série de contatos entre diferentes setores da sociedade e o poder público.